

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico - CSE
Departamento de Economia e Relações Internacionais

Cinthia de Souza

OS IMPACTOS DA CRISE DE 2008 NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Florianópolis, 2017

CINTHIA DE SOUZA

OS IMPACTOS DA CRISE DE 2008 NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei

Florianópolis, 2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10,0 à aluna Cinthia de Souza na disciplina CNM 7101 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Lauro Francisco Mattei

Prof. José Antônio Martins

Prof. Márcio Moraes Rutkoski

AGRADECIMENTOS

A entrada na Universidade Federal de Santa Catarina foi a realização de um sonho e um alicerce para muitos outros. Esperava encontrar na universidade um ambiente que proporcionasse muitos aprendizados, mas não passou pela minha cabeça que os mesmos pudessem ter a dimensão que tiveram. Imaginei ainda menos que não seria na sala de aula ou na busca por obter notas máximas que esse aprendizado se daria. Nessa jornada que iniciei em 2010 ao entrar no curso de Engenharia Sanitária e Ambiental na UFSC passei da realização de um sonho para uma completa frustração: não havia na sala de aula espaço para aprender, mas apenas para reproduzir. As aulas se resumiam a um conteúdo abstrato e desconexo com a realidade; as avaliações exigiam a plena decoreba e a mera reprodução do conteúdo escrito dos cadernos para as provas. A princípio acreditei ser algo restrito a área das exatas e diante da minha crescente simpatia pelas Ciências Econômicas optei por mudar de curso em 2013.

A economia me despertou uma ânsia muito grande por aprender. Descobri, entretanto, que as deficiências que eu acreditava serem específicas da área da engenharia se estendiam por toda a universidade. Dessa vez não me deparei com a frustração, mas sim com a indignação e a vontade de ir em frente, de aprender por outros meios e de buscar transformar o curso de economia. Essa realidade evidenciou um grande potencial perdido da universidade em voltar a sua produção de conhecimento para os reais problemas da nossa sociedade. Pude, durante estes 5 anos de curso, vivenciar a universidade de forma plena e me debruçar não apenas em minha formação acadêmica mas também na construção de uma UFSC que estivesse ligada à superação dos problemas da nossa sociedade. Nasceu, assim, um novo sonho: o de transformar a universidade em uma universidade necessária ao povo brasileiro. Nesse consistiu o meu maior e inesperado aprendizado.

Todas essas conquistas não teriam sido possíveis sem o apoio incansável da minha mãe e de meu pai. À minha mãe Sandra, agradeço por estar sempre do meu lado, me estimular a seguir em frente. Guerreira e batalhadora desde muito cedo, sou não apenas admiradora como uma eterna agradecida por tudo que me proporcionou. Ao meu pai Osdair, Muito obrigada por todo o apoio, por acreditar em mim mais do que eu mesma. Sem os esforços de vocês dois esse momento não seria possível e sou verdadeiramente grata, eu amo vocês.

Ao CALE por transformar a minha indignação na determinação de construir um outro curso de economia. Agradeço a todos os colegas que construíram a Gestão Abre a Roda por

me inserirem no CA. Aos membros da Gestão Ventania, com os quais iniciei a minha militância na busca pela construção de um ensino de economia e da universidade necessária. Aos que militaram durante os últimos dois anos na busca de manter aceso o movimento estudantil no curso. Por fim, à atual gestão Renascer, por resgatarem todo o potencial do CALE.

Aos meus queridos amigos que me maltrataram durante esse ááááárduo caminho que foi a construção dessa monografia fazendo piadas, me convidando pra bares e festas de segunda a segunda e tornando um real desafio ficar em casa escrevendo com tantas boas companhias à espera. Ao Vini, por ser quase meu divã ambulante e pelas cervejas diárias; Ao Leo, coisa fofa da Cin, obrigada por ser maravilhoso; Ao Porto, por toda a parceria, pelo carinho e pela força que me deu na construção desse trabalho; À Lari, minha companheira de casa que surgiu do nada na minha vida trazendo a surpresa de uma sintonia absurda; À Pupella, por nunca ter me pego de porrada; À Cíntia, pelos roles e por atrapalhar minha vida dividindo o mesmo nome; Ao Edu, por todos os furos que me deu; À Nath, por não aparecer mas pelo menos não me dar furos; À Bea, por se fazer tão especial num tempo tão curto; Ao Arland, por me ajudar com os meus dramas de me formar e de escrever a monografia; À Mari Ferreira, que me faz uma falta gigante; À Elisa, pelas loucuras no início do curso; Ao Ricardo, pela companhia ao longo de grande parte da graduação; Às musas da engenharia sanitária, Rita, Julia, Gabriela Vandri, Gabriela Silva e Thauana pelas loucuras de caloura e por aguentarem meu mega-hiper-super-drama pré mudança de curso; Aos amigos que fiz na militância estudantil, Arthur, Adriana, Tizol, Gabi Campos, Edu Dallabrida, Vanessa Canei, Marcola, Maju, Thiago, Ruan, Lucas, Segir, Gabi Florêncio, por compartilharem vitórias, derrotas, por vezes discordâncias, mas acima de tudo a busca pela transformação; Aos camaradas que atuaram comigo nas Brigadas, em especial aos que militei conjuntamente na Brigada 21 de Junho, Milezzi, Bia, Clari, Seabra, Vic, Fer, Duda, Luíza, Gabriel, Ries, João, Aline, Carla, Ceará, pela luta conjunta por uma Máttria Livre.

À Gestão Ainda Há Tempo, pela tão esperada vitória no DCE.

Aos poucos professores do departamento de economia que marcaram positivamente a minha graduação. Ao meu orientador Lauro Mattei, pela imensa atenção e dedicação na orientação. Ao José Martins, por atuar praticamente enquanto um coorientador e pela disponibilidade de tempo para discutirmos a temática das crises; Ao Nildo Ouriques, por ter me estimulado a estudar economia e por me introduzir a Teoria Marxista da Dependência.

Ao meu queridíssimo diretor de centro prof. Irineu Manoel de Souza, pela busca conjunta de transformar a UFSC.

À minha analista Liege Goulart, por percorrer comigo a transição entre o medo da loucura e a certeza da mesma, caminho que tornou possível a escrita deste trabalho.

Por fim, ao povo brasileiro, ao qual toda a produção de conhecimento da universidade ainda vai se voltar.

"No caso da economia, clama aos céus a necessidade urgente de criar núcleos capazes de repensar a problemática nossa e da América Latina. Os economistas oficiais estão todos doidos. A economia, desvairada. Ninguém trabalha na busca de alternativas válidas que se abram a nós para sair desse atraso autoperpetuante. É preciso repensar outra vez tudo, é preciso juntar gente nova, de cabeça fresca e lhes dar meios, desafiando-os para, com toda a liberdade, criar uma nova economia. Criá-la, como só uma universidade pode fazer, sem que ninguém dê ordens e palpites em cima do trabalho deles, só com o objetivo de - reconhecendo que esse país nosso não deu certo - buscar o modo de criar uma economia de prosperidade generalizável a toda à população, para que o Brasil dê certo."

Darcy Ribeiro, 1985.

RESUMO

Este trabalho busca analisar os impactos da crise de 2008 na economia brasileira, a fim de compreender suas consequências para o mercado de trabalho do país. Através da teoria das crises de Marx e da Teoria Marxista da Dependência são analisados os determinantes da instauração da crise econômica na economia brasileira e os elementos que permitiram postergar seus efeitos mais severos. A análise evidenciou uma intensificação da superexploração da força de trabalho na conjuntura recente, que se expressa nas atuais modificações em curso no mercado de trabalho e na política de contenção dos gastos correntes do governo. Por fim, busca-se analisar as perspectivas futuras para a economia brasileira.

Palavras-chave: Crise de 2008, Teoria Marxista da Dependência, Mercado de trabalho.

RESUMEN

Este trabajo busca analizar los impactos de la crisis de 2008 en la economía brasileña, a fin de comprender sus consecuencias para el mercado de trabajo del país. A través de la teoría de las crisis de Marx y de la Teoría Marxista de la Dependencia se analizan los determinantes de la instauración de la crisis económica en la economía brasileña y los elementos que permitieron postergar sus efectos más severos. El análisis evidenció una intensificación de la sobreexplotación de la fuerza de trabajo en la coyuntura reciente, que se expresa en las actuales modificaciones en curso en el mercado de trabajo y en la política de contención de los gastos corrientes del gobierno. Por último, se busca analizar las perspectivas futuras para la economía brasileña.

Palavras-chave: Crisis de 2008, Teoria Marxista de la Dependência, Mercado de trabajo.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da taxa de juros (Effective Federal Funds Rate) dos Estados Unidos.....	45
Gráfico 2: Índice de Produção Industrial dos Estados Unidos	48
Gráfico 3: Lucro das corporações não financeiras estadunidenses	50
Gráfico 4: Salário dos trabalhadores industriais e taxa de desemprego nos estados unidos	51
Gráfico 5: Índice de Preços dos principais produtos básicos de exportação na América Latina	63
Gráfico 6: Saldo da balança comercial, exportações e importações latino-americanas	65
Gráfico 7: Taxa de variação interanual do PIB e contribuição dos componentes da demanda agregada ao crescimento, 2008 – 2015 (em %).....	67
Gráfico 8: Taxa de desemprego, taxa de participação e taxa de ocupação na América Latina, 2013-2016 (em%).....	68
Gráfico 9: Taxa de desemprego de países latino-americanos.....	69
Gráfico 10: Variação interanual do salário real para o emprego formal (em%)	70
Gráfico 11: Resultado primário do setor público no Brasil em % do PIB	78
Gráfico 12: Evolução da taxa SELIC	79
Gráfico 13: Cotação da Soja. Bolsa de Chicago – CBTO, US\$ cents por Bushel	84
Gráfico 14: Cotação do Minério de Ferro no Porto de Tianjin/China.....	84
Gráfico 15: Conta de transações correntes do Brasil.....	86
Gráfico 16: Conta financeira brasileira	89
Gráfico 17: Importações de bens de capital e Formação Bruta de Capital Fixo no Brasil.....	97
Gráfico 18: Índice de Produção Industrial brasileiro.....	102
Gráfico 19: Utilização da capacidade instalada da indústria de transformação no Brasil.....	103
Gráfico 20: Evolução da dívida pública externa e interna do Brasil	105
Gráfico 21: Evolução do salário mínimo nominal no Brasil	109
Gráfico 22: Razão entre o salário mínimo e o salário mínimo necessário do DIEESE	110
Gráfico 23: Taxa de desemprego no Brasil	111
Gráfico 24: Saldo de crédito por controle de capital – Instituições públicas e privadas em relação ao total (%).....	113
Gráfico 25: Evolução do percentual de pobres e indigentes no Brasil.....	115
Gráfico 26: Estrutura setorial do mercado de trabalho brasileiro, variação do número de ocupações em cada setor de junho-julho-agosto de 2016 com relação ao mesmo período de 2015 (em n° 1000).....	117
Gráfico 27: Estrutura setorial do mercado de trabalho brasileiro, variação do número de ocupações em cada setor de junho-julho-agosto de 2017 com relação ao mesmo período de 2016 (em n° 1000).....	119
Gráfico 28: Estrutura ocupacional do mercado de trabalho brasileiro, variação do número de ocupações de junho-julho-agosto de 2017 com relação ao mesmo período de 2016 e variação de junho-julho-agosto de 2016 com relação ao mesmo período de 2015 (em n° 1000).	120
Gráfico 29: Rendimento médio real	121
Gráfico 30: Evolução do acumulado em doze meses do número de beneficiados pelo seguro desemprego (em n° 1000).....	122

Tabela 1: Formação Bruta de Capital Fixo dos Estados Unidos	51
Tabela 2: Distribuição setorial das exportações latino-americanas e do caribe por setor, em %	60
Tabela 3: Taxa básica de juros dos países latino-americanos (% a.a.).....	80
Tabela 4: Inflação (IPCA, % a.a.), meta de inflação e limites	81
Tabela 5: Exportações, importações, saldo da balança comercial e taxa de câmbio brasileira	86
Tabela 6: Participação em % dos oito principais produtos exportados em cada ano	91
Tabela 7: Participação de cada fator agregado nas exportações e nas importações brasileiras	92
Tabela 8: Contribuição para a variação do consumo aparente no Brasil.....	96
Tabela 9: Evolução dos componentes da demanda agregada brasileira de 2007 a 2010 (em %)	100
Tabela 10: Evolução dos componentes da demanda agregada brasileira de 2011 a 2017 (em %)	104
Tabela 11: Dívida interna e externa, resultado primário e pagamento de juros da dívida pública	107
Tabela 12: Número de empregados com e sem carteira assinada no Brasil.....	112
Tabela 13: Número de famílias beneficiadas e valor total repassado pelo programa Bolsa Família	123
Tabela 14: Número de beneficiados e valor total repassado pelo programa Benefício de Prestação Continuada	123

SUMÁRIO

CAP. I: TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	3
1.1 Introdução.....	3
1.2 Objetivos.....	5
1.2.1 Objetivo Geral	5
1.2.2 Objetivos Específicos	6
1.3 Procedimentos Metodológicos	6
1.4 Estrutura do Trabalho	7
CAP. II: REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO	9
2.1 O Método na Economia Política.....	9
2.2 A Exploração do Trabalhador no Sistema Capitalista.....	14
2.3 O Preço da Força de Trabalho e os Direitos Trabalhistas	18
2.4 A Teoria Marxista das Crises	20
2.4.1 As Contradições da Acumulação de Capital	22
2.4.2 A Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro.....	27
2.4.2.1 A Acumulação de Capital Fictício.....	31
2.5 A Acumulação de Capital na América Latina e a Superexploração.....	35
CAP. III: CAUSAS DA CRISE DE 2008 E SUAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO	42
3.1 A Eclosão da Crise no Mercado Imobiliário Estadunidense	42
3.2 A Crise no Setor Produtivo.....	47
3.3 A Transferência da Crise para as Economias Dependentes	53
3.3.1 O Papel do Endividamento Latino Americano na Acumulação Capitalista.....	54
3.3.2 O Novo Padrão Exportador Latinoamericano	59
3.3.3 Economia latino-americana em crise.....	64
CAP. IV: IMPACTOS DA CRISE DE 2008 NO BRASIL	72
4.1 Plano Real e a dependência financeira	72
4.2 O receituário neoliberal no Governo Lula e Dilma	76
4.3 O setor externo diante da crise	83
4.4 A acentuação do padrão exportador de produção na economia brasileira	90
4.5 Aparente recuperação e intensificação da crise.....	93
4.6 Impactos recentes na produção e na dívida pública	101
4.7 Políticas sociais e mercado de trabalho	108

4.8 Intensificação da superexploração na conjuntura recente	116
4.8.1 Modificações recentes na legislação brasileira.....	123
CAP V: CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133

CAP. I: TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 Introdução

Após quase uma década de sua eclosão, a crise financeira que teve origem em 2008 nos Estados Unidos permanece impactando fortemente a economia mundial. Ainda que inicialmente a crise parecesse caminhar relativamente à margem da maioria das economias latino-americanas, pouco tardaria para seus efeitos recaírem intensamente sobre as mesmas. Através de mecanismos políticos e econômicos, a crise foi paulatinamente transferida dos países centrais aos países periféricos, dada a necessidade de intensificação da acumulação de capital.

Na perspectiva marxista, as crises econômicas são decorrentes das contradições internas à acumulação de capital. É a própria necessidade do capital em se valorizar que gera a sua sobrevalorização, um excesso de capital que necessita ser destruído para que a acumulação possa ser retomada. A lei da tendência à queda da taxa de lucro possui um papel central para a compreensão das crises do sistema capitalista. Quando as contratendências à lei são insuficientes para manter elevadas as taxas de lucro, tem-se a eclosão da crise. A fim de elevar novamente a taxa de lucro, o capital lança mão de uma série de mecanismos para reestabelecer o ritmo de acumulação. A transferência de valor dos países periféricos para os países centrais se apresenta como um dos mecanismos que permitem contrabalancear a tendência à queda da taxa de lucro. É pela busca de taxas de lucro mais elevadas que o capital se volta mais arduamente para as economias subdesenvolvidas em momentos de crise, acentuando a dominação existente.

Levando-se em conta o caráter particular que o capitalismo adquire na América Latina, pode-se compreender a função que esses países periféricos cumprem nos momentos de crise do capital. A Teoria Marxista da Dependência (TMD) foi a corrente teórica que mais avançou na compreensão das particularidades do desenvolvimento capitalista latino-americano em consonância com a lei do valor. Na obra “A Dialética da Dependência”, Marini estabelece os mecanismos que explicam a perpetuação do subdesenvolvimento na América Latina e os fatores que implicam na miséria de seu povo, mostrando que as modificações ocorridas no capitalismo resumiram-se a dar roupagem distinta à velha subordinação da América Latina aos interesses externos. Para o autor, é a forma particular que o desenvolvimento capitalista

adquire na América Latina que causa e permite que a exploração dos trabalhadores pelas elites nacionais some-se a necessidade de transferência de valor da periferia para o centro.

A crise de 2008 se manifestou primeiramente no setor imobiliário estadunidense, evidenciando uma superprodução de capital fictício. A explosão da crise no setor financeiro indicou uma superprodução generalizada de capital, que se apresentou posteriormente em uma crise no setor produtivo da economia. Por ser a economia estadunidense reguladora da economia mundial, rapidamente os efeitos da crise foram transferidos para os demais países do globo. Nesse contexto, os países latino-americanos cumpriram importante papel para a retomada de um novo ciclo de acumulação nos países centrais.

Inicialmente, os impactos da crise na América Latina foram modestos e os efeitos iniciais da crise foram rapidamente sanados. Todavia, a partir de 2013 a crise econômica atingiu novamente grande parte dos países latino-americanos, demonstrando dessa vez impactos econômicos intensos e persistentes. Nesse contexto, a economia brasileira se destaca por ser a que sente os efeitos recentes da crise econômica de maneira mais acentuada.

Durante os governos petistas (2003-2015), foi difundida no Brasil uma onda de otimismo a cerca da superação estrutural da dependência brasileira e, principalmente, de mudanças no mercado de trabalho e no acesso das classes subalternas ao consumo. A eclosão da crise a partir de 2008 e sua transferência do centro para a periferia fez com que os mínimos avanços que a classe trabalhadora alcançou durante os governos petistas caíssem por terra diante de um duro ajuste fiscal que atingiu os trabalhadores ainda no governo de Dilma Rousseff (2011-2015) e se intensificou com Temer a partir do impeachment da presidente.

Embora a ascensão ao poder do Partido dos Trabalhadores tenha se baseado em uma forte crítica ao neoliberalismo, tal partido manteve a política macroeconômica centrada no tripé econômico herdada do governo Fernando Henrique Cardoso: as metas de inflação, o superávit primário e a taxa de câmbio flutuante. Os pilares da manutenção da dependência brasileira permaneceram inalterados, o rentismo e a dívida pública continuaram a imperar fortemente e as mudanças que ocorreram no mercado de trabalho foram, conseqüentemente, limitadas e superficiais.

A chegada da crise ao Brasil trouxe uma elevada pressão pela entrada de capitais estrangeiros na economia e pela liberalização econômica em geral. Como consequência, houve impactos severos sobre o mercado de trabalho brasileiro. Este momento de baixa do ciclo econômico veio acompanhado de uma crise política de grande envergadura. O pacto de

classes existente durante os governos petistas não possuía mais capacidade de prosseguir com as exigências do capitalismo. Instaurou-se a necessidade de montar um novo arranjo político que desse suporte ao capital neste novo momento do ciclo econômico. É diante da urgência em acentuar o processo de abertura econômica e de ajustes fiscais já iniciados pelo governo petista que há um golpe de estado que depõe a presidente Dilma Rousseff, colocando o vice Michel Temer na presidência.

Com Temer, é fortalecido o discurso de que a crise que assola a economia brasileira é de natureza fiscal, tendo origem principalmente no descontrole dos gastos do governo. Há, portanto, uma busca acentuada do governo brasileiro atual em cortar as despesas correntes com saúde, educação e na redução dos direitos dos aposentados e dos trabalhadores por meio da reforma da previdência, da lei da terceirização e da reforma trabalhista, a fim de supostamente reestabelecer o equilíbrio fiscal do país. Essa busca pouco eficiente para reestabelecer os equilíbrios das contas nacionais do Brasil – embora muito eficiente para atender os interesses do capital financeiro – deixa intacto o rentismo e os juros elevados que levam a uma dívida pública crescente, que atualmente consome quase metade do orçamento governamental.

Qual a função que os países dependentes cumprem nos momentos de crise do capital? Por que a crise de 2008 se apresentou inicialmente enquanto uma “marolinha”, para só demonstrar fortemente seus impactos a partir de 2014? Foi o descontrole dos gastos fiscais o causador dos desequilíbrios nas contas nacionais que levariam ao aprofundamento da crise? De que forma a crise impactou no mercado de trabalho brasileiro? Seria o ajuste fiscal e a retirada de direitos um mal necessário à superação da crise brasileira?

Levando em consideração esses questionamentos, e tomando a teoria marxista das crises e a teoria marxista da dependência como referência, esse trabalho busca analisar a forma com que a crise de 2008 atingiu o Brasil e o mercado de trabalho do país.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a crise de 2008 e seus impactos sobre a economia brasileira e no mercado de trabalho do país.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a. Analisar os elementos explicativos da eclosão da crise de 2008 na economia estadunidense.
- b. Analisar os impactos da crise na América Latina.
- c. Analisar a crise econômica atual visando compreender os seus determinantes e sua instauração na economia brasileira.
- d. Analisar os impactos da crise no mercado de trabalho brasileiro.

1.3 Procedimentos Metodológicos

Para que seja possível ao ser humano atuar sobre o mundo e modificá-lo em favor de seu benefício próprio, é necessária uma compreensão e interpretação adequada do mesmo. Há uma variedade de formas de pensamento que tem como objetivo realizar esta compreensão da realidade, como, por exemplo, o pensamento religioso, a arte, o misticismo, o pensamento científico. Todas estas formas de interpretação da realidade cumprem importantes funções para a humanidade, todavia há importantes diferenças entre o pensamento científico e as demais formas de interpretação da realidade (DIETERICH, 1999).

O pensamento científico se diferencia das demais formas de pensamento por ser resultado de um esforço mental deliberado e direcionado, onde se segue uma série de procedimentos e técnicas com o objetivo de gerar um conhecimento objetivo sobre os fenômenos (DIETERICH, 1999). É por haver uma distinção entre a aparência do fenômeno e de sua essência que o pensamento científico ganha sentido, se caracterizando por ser um esforço pela compreensão da realidade como aquilo que ela realmente é, e não apenas o que parece ser. A metodologia é basicamente um conjunto de técnicas que visam guiar o desenvolvimento deste pensamento científico a fim de permitir a compreensão da realidade em sua essência.

Nesta pesquisa o método a ser seguido será o de partir dos conceitos mais abstratos até elevar-se aos mais concretos. Para tal, será necessário primeiramente compreender a dinâmica do capitalismo mundial e as contradições internas do sistema que levam às crises econômicas. Trazendo a análise para um nível de maior concretude, a compreensão de que o capitalismo

existente nos países latino-americanos é um capitalismo *sui generis* torna necessária uma análise das particularidades do capitalismo na América Latina e no Brasil, buscando compreender o papel dos países dependentes frente às crises econômicas mundiais.

A pesquisa seguirá tanto por um caráter qualitativo por meio de uma pesquisa bibliográfica, quanto pela análise de dados a um nível quantitativo. Nessas duas direções, foram analisados os dados e as informações tendo em vista os conceitos mais abstratos previamente trabalhados, pela compreensão de que sem esse movimento não é possível compreender as determinações da realidade. A pesquisa bibliográfica se centrou na análise de livros, artigos, teses e dissertações relacionados ao tema que possam contribuir na compreensão do fenômeno analisado no presente trabalho. No que se refere ao caráter quantitativo da pesquisa, foram analisados séries de dados que permitiram compreender a forma com que se comportaram indicadores econômicos e sociais no país, especialmente em frente a um cenário de crise econômica global.

1.4 Estrutura do Trabalho

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, sendo esta introdução o primeiro deles. Neste primeiro capítulo é apresentado o assunto central do trabalho, ou seja, o estudo sobre a forma com que a crise de 2008 intensifica a superexploração da força de trabalho no Brasil.

No segundo capítulo será apresentado o referencial teórico e metodológico que servirá de base para todo o desenvolvimento deste trabalho. Primeiro, será expresso detalhadamente a crítica de Marx ao método da economia política. Posteriormente, será explicitada a forma com que a exploração do trabalho se estrutura no sistema capitalista, compreendendo as leis gerais de funcionamento do sistema de acordo com Marx. Na sequência, serão analisadas as contradições internas do capitalismo que desembocam nas crises econômicas, bem como o papel da acumulação de capital fictício na intensificação dessas contradições. Ao fim do capítulo buscar-se-á compreender as especificidades do capitalismo no Brasil com base na Teoria Marxista da Dependência, evidenciando o papel particular que os países latino-americanos desempenham nas crises capitalistas.

O terceiro capítulo analisa a origem da crise na economia estadunidense, os seus impactos na produção e no mercado de trabalho do país e a transferência da crise para a América Latina. Desenvolver-se-á uma análise a cerca da eclosão da crise no setor imobiliário

e, posteriormente, no setor produtivo da economia estadunidense. Para compreender os impactos da crise na América Latina será explicitada a forma com que se consolida a predominância do capital fictício na região, bem como as consequências desse processo para a estrutura produtiva latino-americana. Ao final do capítulo se analisará os impactos da crise econômica nas contas nacionais, no setor produtivo e no mercado de trabalho latino-americano.

No quarto capítulo serão analisados os impactos da crise de 2008 na economia brasileira. Primeiramente se analisará a configuração política e econômica estabelecida no país no momento de eclosão da crise, a qual teve origem com a formulação do Plano Real. Posteriormente, serão analisadas as modificações ocorridas na estrutura produtiva e no mercado de trabalho brasileiro nos anos imediatamente anteriores à crise, durante os governos petistas. Serão investigados os elementos que permitiram que a crise econômica demonstrasse inicialmente impactos modestos na economia brasileira, para anos mais tarde desembocar em uma crise intensa e duradoura. Por fim, se analisará a forma que a crise econômica intensificou a superexploração da força de trabalho no país.

No quinto e último capítulo serão apresentadas as considerações finais acerca do tema.

CAP. II: REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

Nesse capítulo será apresentado o referencial teórico e metodológico que embasa a pesquisa. Será apresentado o método científico descrito por Marx e a construção dos conceitos que permitem compreender a exploração da força de trabalho no sistema capitalista e as crises econômicas. Por fim, será exposto o referencial teórico da Teoria Marxista da Dependência, que permite elucidar as particularidades do desenvolvimento capitalista dependente.

2.1 O Método na Economia Política

O método científico deve ter, a primeira vista, a realidade enquanto ponto de partida efetivo de seu processo de análise, principalmente quando se parte de uma concepção materialista da história. Todavia, de acordo com Marx, uma visão mais cautelosa a cerca dessa afirmação demonstra que tal concepção é errônea. Tendo em vista que o que salta aos olhos não é o que de fato o é, o homem não pode compreender as múltiplas e complexas determinações da realidade simplesmente a partir da observação imediata. O real enquanto um todo articulado não está disponível enquanto ponto de partida para a ciência. A priori, o real não se apresenta enquanto um todo articulado e cheio de determinações, mas sim como um todo caótico. O que a princípio parece a realidade – esse todo caótico – se revela na verdade uma abstração vazia. Por exemplo, Marx (2011) salienta que ao começarmos a investigação pela população, não é possível analisá-la sem ter em vista as classes sociais que a compõem e as suas determinações mais simples. Sem essas compreensões, a população nada mais é que uma abstração. Dessa forma, o método que, a primeira vista, parecia partir do real, na verdade parte de um todo caótico que sem a compreensão de seus conceitos mais simples revela-se uma abstração vazia. Assim, o método correto da economia política defendido por Marx se diferencia daquele adotado pelos economistas do século XVIII, que acreditavam que o homem poderia ter acesso imediato à realidade.

Em “A Dialética do Concreto”, Kosik (1976) explicita a forma com que a existência real das coisas - a qual os homens acessam de imediato, o fenômeno - difere das leis internas do real. A realidade não se apresenta aos homens a priori como um objeto a ser compreendido

e analisado, mas sim como uma realidade perante a qual o mesmo age de forma prática e objetiva. Por exemplo, Kosik argumenta que os homens utilizam o dinheiro para as mais complexas transações sem que seja necessário que os mesmos compreendam o que é o dinheiro de fato. A ação dos homens perante a realidade é, de imediato, a de um sujeito histórico que age perante o mundo material a fim de atender suas necessidades e interesses e não de um indivíduo que busca compreender sua essência, ou seja, é uma *práxis utilitária*¹. Essa realidade - a qual os homens têm acesso imediato - ao mesmo tempo em que indica o acesso à essência, também a esconde. Indica-a, pois é apenas através do fenômeno que ela pode se manifestar, e a esconde porque o fenômeno é em si distinto da essência. É por exprimir seus determinantes, suas leis internas, que a essência está ligada a aparência, não sendo a ela um corpo estranho. Caso a essência não se manifestasse na aparência, seria impossível aos homens captarem os movimentos da realidade, pois o único mundo ao qual teriam acesso seria o mundo dos fenômenos.

O ponto de partida efetivo dos economistas políticos do séc. XVIII é a realidade caótica por não levarem em conta a diferença entre a realidade que se apresenta de imediato ao indivíduo e a realidade enquanto uma rica rede de determinações. Seria impossível ter como ponto de partida algo distinto dos fenômenos, tendo em vista que são eles que se apresentam de imediato ao homem. No sentido contrário, por compreender que esse real que se apresenta de imediato revela a priori apenas sua aparência, Marx vê a necessidade de realizar no método científico um segundo momento de investigação. Seria necessário não apenas olhar para uma realidade caótica e aos poucos perceber algumas de suas similaridades e de suas leis gerais – que é o primeiro momento do método, em que os economistas de seu tempo haviam parado. Era necessário realizar esse primeiro caminho, no qual o homem se apropria da realidade através de seu pensamento e vai alcançando seus elementos mais simples e abstratos, mas também um segundo caminho.

O segundo caminho do método consiste em partir dos conceitos descobertos no processo de abstração do todo – conceitos estes que revelam a essência do real – e realizar o caminho inverso, de caminhar das determinações mais simples para as mais concretas. Ou seja, na primeira via “a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na

¹ De acordo com Kosik, a práxis utilitária é aquela que *surge exclusivamente com uma captação da realidade originada mediante representações, e não de conceitos* (KOSIK, 1976, p.10). É a práxis vinculada a aparência do fenômeno, vinculada ao senso comum e que permite ao homem se orientar no mundo, mas não compreender a realidade.

segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento.” (MARX, 2011, p.78). Este caminho de volta em que se passa do abstrato para o concreto teria como fim o encontro com a realidade. Todavia, a mesma deixaria de se apresentar enquanto uma realidade imediata e caótica para se apresentar enquanto “uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (ibid., p.77). É exatamente pela visão de que a realidade pode ser alcançada de imediato que tais economistas não se deram conta da necessidade de realizar esse caminho de volta, que vai dos conceitos mais simples até os mais complexos. Se a complexidade é o ponto de partida, se é possível acessá-la de imediato, não há porque tomá-la também enquanto ponto de chegada.

É apenas através do pensamento que o homem consegue acessar a totalidade, mas isso não significa que a realidade seja propriamente um produto do pensamento, ponto em que reside uma importante diferença entre Marx e Hegel. Para Marx, o equívoco de Hegel seria ter afirmado uma igualdade entre o concreto existente e o concreto mental, enquanto eles são ao mesmo tempo identidade e diferença. É apenas através do pensamento que o homem consegue acessar a realidade para além da aparência, de forma com que o pensamento produz a realidade enquanto um todo articulado. Porém, isso não significa que esse concreto mental exista de forma independente do concreto real. O concreto mental é uma forma do pensamento de se apropriar do real e, ainda que o homem apenas consiga acessá-lo através do pensamento, tal realidade existe independente do mesmo e o condiciona. Desta forma, os conceitos são determinados pelo concreto existente, o qual é em si uma abstração sem os mesmos. É apenas através do pensamento e do exercício de abstração que o homem pode compreender as determinações da realidade, da forma que o pensamento produz esse todo articulado. Porém, essa totalidade rica em determinações existe de forma exterior ao pensamento - embora só possa ser acessado através dele.

Por outro lado, Marx afirma que as categorias mais simples também possuem uma existência independente e anterior à concretude. Isso se demonstra verdadeiro no sentido de que conceitos elaborados a partir de sociedades mais desenvolvidas podem ser aplicados nas análises de outras formas anteriores de sociedade, ou seja, “a anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco” (ibid., p.84). As sociedades mais complexas se erguem tendo como base as sociedades antigas, as sociedades mais primitivas possuem em seu interior elementos ainda não desenvolvidos das sociedades modernas, ou seja, “a categoria mais simples pode expressar relações dominantes de um todo ainda não desenvolvido” (ibid.,

p.80). Pelo seu alto grau de abstração as categorias simples podem ser de certo modo válidas para todas as épocas. Porém, as categorias simples apenas fazem sentido em toda sua abstração quando em consonância com o concreto desenvolvido. Marx utiliza como exemplo a categoria do trabalho - um conceito aparentemente muito simples e que está presente nos estágios mais primitivos da vida humana - para ilustrar o caso. Para além dessa aparente simplicidade, o conceito de trabalho apenas ganha sentido completo em toda sua abstração quando se supõe uma sociedade em que haja uma indiferença entre os variados tipos de trabalho, onde não haja predominância de um tipo sobre o outro. Ainda que seja verdadeiro que as categorias mais simples abstraídas de uma realidade complexa possam permitir a compreensão de realidades menos desenvolvidas, elas não podem ser aplicadas de forma a-histórica em todas as sociedades. Ao contrário, o desenvolvimento dessas categorias acompanha precisamente um desenvolvimento histórico.

É por conta da necessidade de realizar um duplo movimento do método de investigação – o primeiro de abstração e o segundo de retorno dos conceitos abstratos até a chegada aos elementos mais concretos – que Marx inicia sua análise em “O Capital” a partir da mercadoria. Os indivíduos produzem em sociedade e fazem parte de um todo complexo, não sendo possível analisá-los isoladamente para compreender a ampla gama de relações sociais em que a produção está envolvida. Por isso, Marx afirma que o “objeto deste estudo é, em primeiro lugar, a produção material. Indivíduos produzindo em sociedade, portanto a produção dos indivíduos determinada socialmente, é por certo o ponto de partida”. (ibid., p. 54). A partir da mercadoria, Marx desenvolve – tendo como base desenvolvimentos anteriores, como de David Ricardo, Adam Smith, Sismondi, etc - os conceitos cada vez mais simples da produção, como o valor de uso, de troca, o trabalho concreto, o trabalho abstrato, a mais-valia absoluta, a mais-valia relativa, etc. Após tal exercício quando volta a olhar para a mercadoria, tem não mais uma visão desconexa da mesma, mas sim totalizante. É possível agora compreendê-la enquanto produto do trabalho humano que está circunscrito a uma apropriação de riqueza dos detentores dos meios de produção pelos que detém apenas sua força de trabalho, além de representar a dissociação do produto do trabalho em relação à satisfação das necessidades do trabalhador.

Partindo de tais conceitos desenvolvidos por Marx e da própria compreensão do desenvolvimento capitalista global, é possível compreender a particularidade do desenvolvimento capitalista na América Latina. Realizar uma cisão entre o todo e as partes e

analisar a realidade latino-americana sem analisar a forma com que ela está inserida no capitalismo mundial seria partir de uma abstração vazia, “pois os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade” (KOSIK, 1976, p. 41). A realidade não é simplesmente equivalente à soma das partes, ela existe para além das mesmas, mas ao mesmo tempo também com ela se identifica. Ou seja, não se pode analisar isoladamente as partes sem compreender a totalidade em que a mesma está envolvida, nem tampouco compreender a realidade sem levar em conta a relação entre as partes. De acordo com Kosik,

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes. (KOSIK, 1976, p. 42)

Para compreender a forma particular com que o capitalismo se desenvolve na América Latina e mais especificamente no Brasil, é necessário compreender a forma com que essa parte integrante do capitalismo mundial está ligada ao todo, que posição específica ela cumpre nesse sistema e qual a sua relação com o centro do sistema. Essa compreensão dialética da relação do todo com as partes e o movimento de se partir dos elementos mais abstratos até os mais concretos é essencial para a análise da dinâmica capitalista na periferia. Foi seguindo rigor do método marxista que a Teoria Marxista da Dependência (TMD) analisou a particularidade da América Latina e desenvolveu conceitos que embora não elaborados devido a diferenças no nível de abstração estudado, se apresentavam enquanto possibilidades teóricas nas obras de Marx. O conceito da superexploração da força de trabalho elaborado por Marini em “A Dialética da Dependência” é a explicitação da peculiaridade do desenvolvimento capitalista na região, que apenas aparece como particularidade por estar inserido na totalidade. A superexploração da força de trabalho – conceito que posteriormente será detalhado neste trabalho – apenas faz sentido porque a América Latina está inserida em um sistema capitalista mundial que torna necessária a existência de um excedente que se mova da periferia para o centro do sistema.

De acordo com Marini, os teóricos marxistas geralmente incorrem em erros ao analisar a realidade latino-americana, por vezes encaixando conceitos inaplicáveis a tal realidade, por vezes abdicando do processo necessário de abstração para a compreensão da mesma:

Em sua análise da dependência latino-americana, os pesquisadores marxistas incorreram, geralmente, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto

pelo conceito abstrato, ou a adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde para aceitá-lo em sua formulação pura. No primeiro caso, o resultado tem sido os estudos marxistas chamados de ortodoxos, nos quais a dinâmica dos processos estudados se volta para uma formalização que é incapaz de reconstruí-la no âmbito da exposição, e nos que a relação entre o concreto e o abstrato se rompe para dar lugar a descrições empíricas que correm paralelamente ao discurso teórico, sem fundir-se com ele; isso tem ocorrido, sobretudo, no campo da história Econômica. O segundo tipo de desvio tem sido mais frequente no campo da sociologia, no qual, frente à dificuldade de adequar a uma realidade categorias que não foram desenhadas especificamente para ela, os estudiosos de formação marxista recorrem simultaneamente a outros enfoques metodológicos e teóricos; a consequência necessária desse procedimento é o ecletismo, a falta de rigor conceitual e metodológico e um pretenso enriquecimento do marxismo, que é na realidade sua negação. (MARINI, 2000, p. 137)

Deve-se, portanto, utilizar as categorias marxistas de análise para compreender a realidade latino-americana, porém tais categorias não podem ser utilizadas de forma a mistificar os fenômenos existentes nos países dependentes, mas sim proporcionar o entendimento de tal complexidade. Da mesma forma, não se pode enxertar corpos estranhos ao marxismo visando adequar a realidade à teoria, porém sem o rigor metodológico necessário.

2.2 A Exploração do Trabalhador no Sistema Capitalista

O trabalho é o processo que ocorre entre o homem e a natureza em que o homem procura modificá-la visando torná-la útil a sua vida. Ao mesmo tempo em que o homem age sobre a natureza e a modifica, ele modifica a si mesmo, desenvolvendo suas capacidades e habilidades. O que diferencia a forma com que o homem age sobre a natureza da ação dos demais animais sobre a mesma é que a atividade do homem opera uma transformação do objeto de trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início do processo produtivo (MARX, 2013).

O sistema capitalista se diferencia dos demais modos de produção pelos contornos particulares que esta natureza universal do processo de trabalho adquire. Nele, há uma separação entre o trabalhador e os meios de produção, bem como do produto de seu trabalho. Ocorre daí a divisão da sociedade em duas classes sociais: os detentores dos meios de produção e os detentores da força de trabalho. O processo de trabalho universal e comum a todos períodos históricos ganha aqui contornos particulares, “pois a natureza não produz possuidores de dinheiro e de mercadorias, de um lado, e simples possuidores de suas próprias forças de trabalho, de outro” (MARX, 2013, p.244). Os não possuidores dos meios de

produção tem como única forma de sobreviver, de produzir e de reproduzir a sua existência, a venda de sua força de trabalho. Em consequência, a força de trabalho se torna uma mercadoria que o capitalista utiliza durante a jornada de trabalho. Não é o trabalhador que se torna propriedade do capitalista, mas sim uma fração do seu tempo, o qual o trabalhador se vê obrigado a vender para que possa em troca usufruir de meios para a sua própria sobrevivência. Possíveis desgastes causados ao trabalhador devido à precariedade das condições de trabalho que se desdobrem em adoecimento ou morte não são, a priori, problemas para o capitalista, desde que o mesmo possa comprar a força de trabalho de outro trabalhador.

Toda mercadoria possui, ao mesmo tempo, valor de uso e valor de troca. Condicionado pelas propriedades materiais da mercadoria, o valor de uso diz respeito ao caráter qualitativo da mesma, que está ligado a sua utilidade e capacidade de satisfazer as necessidades humanas. Já o valor de troca aparece inicialmente como uma medida quantitativa pela qual determinado valor de uso pode ser trocado por um valor de uso distinto. Quando se abstrai da mercadoria suas propriedades físicas e a sua utilidade, sobra a todas as mercadorias apenas o fato de serem produtos do trabalho humano. Decorre daí que o elemento de igualdade existente no processo de troca é que toda mercadoria é produto do trabalho humano enquanto dispêndio de força física e mental. O valor de troca corresponde à quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. Não é o tempo de trabalho despendido individualmente em uma mercadoria que determinará o seu valor, e sim o trabalho gasto, em média, pela sociedade para produzir a mercadoria.

Como toda mercadoria, a força de trabalho tem o seu valor determinado pelo tempo de trabalho que é gasto em média para produzi-la. O que determina a produção e a reprodução da força de trabalho são todos os bens que o trabalhador necessita consumir para sobreviver e para se reproduzir. Desta forma, o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos bens e serviços essenciais para a sobrevivência do trabalhador e de sua família, garantindo também a geração futura de trabalhadores. As necessidades humanas variam de acordo com o tempo histórico e com a cultura, o que faz com que o valor desta mercadoria específica contenha elementos sociais particulares. Os custos necessários à formação do trabalhador para que a força de trabalho possa adquirir capacidades específicas necessárias ao processo produtivo também são incluídos no valor da força de trabalho.

Da mesma forma que as mercadorias, o trabalho cristalizado nas mesmas possui um duplo caráter, de maneira que “na medida em que se expressa no valor, já não possui os

mesmos traços que lhe cabem como produtor de valores de uso” (ibid., p.119). O trabalho se distingue enquanto trabalho concreto e trabalho abstrato. O trabalho concreto é a atividade específica orientada a um fim que se diferencia qualitativamente das demais formas de trabalho – como o trabalho do sapateiro, do alfaiate, do tecelão, etc – e produz o valor de uso das mercadorias. Ainda que cada tipo de trabalho guarde suas particularidades – uns exigem mais a força física, outros o esforço intelectual, etc - todas as formas de trabalho tem a característica comum de ser dispêndio de energia física. É nesse lugar comum que reside o trabalho abstrato, correspondendo ao dispêndio de força humana no sentido mais geral. O trabalho abstrato estabelece uma equivalência entre os mais variados trabalhos concretos e é por isso determinante do valor de troca das mercadorias.

No processo de trabalho capitalista o trabalhador vende sua força de trabalho como se fosse uma mercadoria, e o valor de uso de tal mercadoria pertence ao capitalista, bem como é a ele que pertence os meios de produção. O processo de trabalho do ponto de vista do capitalista não é mais que o consumo das mercadorias por eles compradas - a força de trabalho e os meios de produção. Ao capitalista pouco importa qual será o valor de uso a se produzir, pois a mercadoria produzida não possui a finalidade de ser útil ao capitalista, mas sim de através de sua realização proporcionar um acréscimo ao dinheiro que o mesmo despendeu no processo produtivo, ou seja, de proporcionar mais-valia. É necessário que o dinheiro (D) adiantado com a compra de meios de produção e força de trabalho gere, a partir do processo de trabalho, uma mercadoria (M) que ao ser realizada na circulação não apenas reponha o capital adiantado mas também gere um excedente (D’).

É a exploração da força de trabalho no processo produtivo que torna possível que o capitalista compre os meios de produção e a força de trabalho a seu valor, venda a mercadoria produzida também pelo seu valor e obtenha na realização da mesma acesso a um valor superior ao adiantado. Isso só é possível porque o capitalista não paga ao trabalhador o equivalente ao que o mesmo produz durante sua jornada de trabalho, mas sim apenas o suficiente para a reprodução biológica da força de trabalho. O fato de, por exemplo, meia jornada de trabalho ser suficiente para produzir os bens necessários à manutenção biológica do trabalhador não significa que ele não possa trabalhar para além de tal tempo. Para que haja um excedente econômico – ou seja, expropriação de mais-valia – a jornada precisa se estender para além desse tempo de trabalho. O período do tempo em que o trabalhador produz apenas o necessário a sua subsistência é denominado de trabalho necessário. A parte da jornada de

trabalho que se estende para além do trabalho necessário é denominado de trabalho excedente, momento em que o trabalhador não cria valor algum para si próprio, e sim gera mais-valia para o capitalista.

Os meios de produção e a força de trabalho participam de formas distintas na formação de valor das mercadorias. A força de trabalho adiciona novo valor ao objeto de trabalho, já os valores dos meios de produção são apenas repostos como componentes do valor da mercadoria. No processo de valorização, a força de trabalho corresponde ao capital variável e os meios de produção ao capital constante. Assim, o capital constante diz respeito às máquinas, equipamentos e matérias-primas utilizadas na produção e se constituem enquanto trabalho passado – resultam de um processo produtivo anterior. Já o capital variável diz respeito à quantidade de capital despendida na compra da força de trabalho.

A exploração do trabalhador em Marx não é uma categoria moral, mas sim objetiva. A taxa de mais-valia é a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho. A taxa de mais valia se caracteriza pela razão entre a massa de mais valia e a parte do capital sob a qual ela incide - o capital variável. Dessa forma, tem-se que a taxa de mais valia é igual à razão entre a massa de mais-valia e o capital variável, podendo também ser expressa como a razão entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário.

A particularidade da mercadoria força de trabalho consiste em que o seu valor de uso é a criação de valor. A força de trabalho é a única mercadoria que pode gerar valor, e, ainda, um valor superior ao qual foi comprada. Como qualquer outro comprador, o capitalista busca retirar o maior proveito do valor de uso de sua mercadoria – nesse caso, a criação de valor - tentando prolongar ao máximo a jornada de trabalho ou torná-la mais intensa. Ao aumentar a extensão ou a intensidade da jornada de trabalho, há um aumento do tempo de trabalho excedente, e conseqüentemente um aumento da mais-valia extraída pelo capitalista. A mais-valia obtida pelo prolongamento desta jornada de trabalho é chamada mais-valia absoluta. A mais-valia absoluta também pode ser extraída ao reduzir os salários para além do valor da força de trabalho, de forma com que o trabalhador se encontrará em uma situação na qual ganhará menos que o necessário para garantir sua subsistência.

A mais-valia relativa consiste na elevação do grau de exploração que é obtida através da redução do valor das mercadorias necessárias para a reprodução da força de trabalho. Através da mais-valia relativa é possível ao capitalista elevar a quantidade de trabalho apropriada e manter constante a jornada de trabalho. A elevação da produtividade é pré-

requisito necessário para a elevação da mais-valia relativa, mas não deve ser com ela confundida. É quando a elevação da produtividade incide sobre os bens necessários a reprodução biológica da força de trabalho – e não sobre as demais mercadorias – que há um aumento da mais-valia relativa. Nesse caso, o trabalhador dedica uma menor parte da jornada à produção dos bens necessários a sua sobrevivência, reduzindo o tempo de trabalho necessário e aumentando o tempo de trabalho excedente que é apropriado pelo capitalista.

2.3 O Preço da Força de Trabalho e os Direitos Trabalhistas

Apenas tendo em vista uma elevada abstração é possível supor a igualdade entre o preço das mercadorias e do seu valor. Uma série de fatores pode acarretar em uma diferença entre o preço em que a mercadoria é vendida e o seu valor, como, por exemplo, variações na oferta e na demanda. A oferta e a demanda são insuficientes para determinar o preço das mercadorias – o que fica evidente quando se supõe uma situação de igualdade entre as mesmas – podendo apenas trazer impactos sobre a oscilação no preço das mercadorias. A força de trabalho, enquanto mercadoria, também está circunscrita a tais oscilações. Quando o desemprego é elevado, ou seja, quando há um excesso de força de trabalho, o preço da mesma cai abaixo do seu valor.

O capitalista pode escolher entre vender os mais distintos valores de uso. Quando há uma redução no preço de uma determinada mercadoria produzida pelo capitalista – devido a, por exemplo, um excesso de oferta - é possível ao mesmo redirecionar a sua produção para um setor que permita uma lucratividade mais elevada. Ao contrário, o trabalhador não possui essa escolha no processo produtivo. Como carece dos meios de produção, sua única alternativa para sobreviver é vender a sua força de trabalho. Se o preço da força de trabalho se reduz devido a um aumento do desemprego, o trabalhador não tem alternativa a não ser continuar vendendo a sua força de trabalho a um preço inferior ao seu valor. Assim, é possível que o preço da força de trabalho esteja abaixo do seu valor de forma sistemática.

Ao capitalista interessa, em primeira instância, ampliar o valor de uso da mercadoria trabalho, ou seja, aumentar ao máximo o grau de exploração da mesma. Uma das formas de elevar o grau de exploração da força de trabalho é, conforme visto anteriormente, reduzir o salário pago para além do valor da força de trabalho. A disputa entre capitalistas e trabalhadores aparece enquanto um elemento fundamental para a determinação do nível de

salários. Todavia, a contradição existente na mercadoria trabalho enquanto produtora e consumidora de mercadorias demonstra que mesmo aos capitalistas pode ser necessário que os salários mantenham-se a determinado nível, pois:

Ao ser iniciada a fase de realização, essa contradição aparente entre o consumo individual dos trabalhadores e a reprodução do capital desaparece, uma vez que o dito consumo (somado ao dos capitalistas e das camadas improdutivas em geral) restabelece ao capital a forma que lhe é necessária para começar um novo ciclo. O consumo individual dos trabalhadores representa, portanto, um elemento decisivo na criação de demanda para mercadorias produzidas, sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação. (MARINI, 2000, p.133)

Para que o consumo seja efetivado e o capital retorne na forma dinheiro para o capitalista, é necessário que a apropriação social do produto seja suficiente para possibilitar a compra das mesmas pelo consumidor. A destinação de parte da produção para consumo dos capitalistas ou dos trabalhadores implicará em uma distribuição do produto social entre as classes que deve tornar possível a realização das mercadorias. De acordo com Marini:

Desde el punto de vista estrictamente económico es, pues, esta particularidad la que lleva a Marx a establecer los dos grandes sectores de la producción: medios de producción (I) y medios de consumo (II); a distinguir en este último dos subsectores: medios de consumo necesario (IIa), que se destinan al consumo de los trabajadores, y medios de consumo de lujo (IIb), que la clase capitalista compra al gastar su plusvalía como renta y no como capital, es decir, al atender a su consumo individual. (MARINI, 1979)²

Aos capitalistas produtores de bens salário – que Marini denominou de setor IIa - se a nível individual é de interesse elevar ao máximo a exploração do trabalhador, a nível social é necessário que os salários sejam suficientes para permitir a realização das mercadorias produzidas. Ao mesmo tempo em que o produtor capitalista de bens salário busca elevar a exploração do trabalho em seu estabelecimento, ele pode ser favorável à determinação de leis e garantias trabalhistas que facilitem a venda de suas mercadorias. Como consequência, o mesmo se aplica ao subsetor produtor de capital constante destinado à produção de bens salário.

Aos setores produtores de bens destinados ao consumo dos capitalistas – denominado por Marini por setor IIb - o que percebe-se é que a tendência ao rebaixamento dos salários é dupla. Na produção, como qualquer capitalista, o detentor de meios de produção de mercadorias de luxo busca deduzir o custo da mercadoria trabalho. Na esfera da circulação de mercadorias, tem-se que a possibilidade de realização dependerá da mais valia não reinvestida

² A bibliografia utilizada não contém numeração das páginas.

no setor produtivo. Ou seja, quanto maior o grau de exploração e a fatia do produto social apropriada pelos capitalistas, maior a possibilidade de realização das mercadorias de luxo. Há, portanto, uma dupla pressão para o rebaixamento dos salários. De forma indireta, o mesmo ocorre para o subsetor produtor de meios de produção de mercadorias de luxo.

A luta constante entre trabalhadores e capitalistas na determinação dos salários soma-se às contradições existentes no seio das próprias frações da burguesia. A colisão entre estes interesses contraditórios poderão pressionar o preço da força de trabalho acima ou abaixo de seu valor. A possibilidade do preço da força de trabalho encontrar-se permanentemente abaixo do seu valor leva a classe trabalhadora a organizar-se na luta por garantias legais que visem garantir condições mínimas de sobrevivência. Direitos trabalhistas como o salário mínimo, os limites à extensão da jornada de trabalho, o 13º salário, a previdência social, são frutos da luta de classes que buscam delimitar a exploração. A manutenção da conquista de garantias constitucionais, ainda que tragam uma maior estabilidade de direitos aos trabalhadores, é uma luta que não se esvai a partir da conquista de tais direitos porque a retirada dos mesmos é um perigo constante. O capital subsume capitalistas e trabalhadores e a forma com que a luta de classes se desenvolverá em momentos de crise está intimamente ligada às necessidades do capital em contrabalancear a queda da taxa de lucro. Cabe ressaltar a clássica frase de Marx que afirma que os homens fazem a história, mas não como desejam e sim conforme as condições materiais nas quais se encontram. Ou seja, ao mesmo tempo em que a luta de classes determina a exploração, ela é pelos mecanismos inerentes ao sistema capitalista também determinada. A forma com que a luta de classes se desenvolve está guiada pelas necessidades cíclicas do capitalismo em acentuar a exploração.

A forma peculiar que o desenvolvimento capitalista se apresenta nos países latino-americanos traz uma gama de diferenças que impactam na determinação do nível de salários e da garantia de direitos trabalhistas na periferia. Da mesma forma, em períodos de crise do capital o papel desempenhado pelas economias latino-americanas é distinto dos países centrais.

2.4 A Teoria Marxista das Crises

Ainda que Marx não tenha se debruçado de forma sistemática no estudo específico das crises econômicas, todo o trabalho desenvolvido em “O Capital” é uma explicitação das contradições internas do capitalismo. A necessidade do capital em se valorizar crescentemente leva o modo de produção capitalista para além dos seus próprios limites, desembocando em crises cíclicas e periódicas que são o resultado do desenvolvimento dessas contradições.

O debate a cerca do papel que as crises cumprem no capitalismo é extenso e heterogêneo. De forma simplificada, as interpretações variam entre dois extremos: de um lado, apresentam-se os teóricos que veem nas crises um processo que leva inevitavelmente a derrocada do sistema capitalista, aproximando-se dessa visão teóricos como Rosa Luxemburgo e Sismondi; no extremo oposto, os que consideram as crises como desequilíbrios momentâneos que surgem para reestabelecer o prosseguimento da acumulação de capital, como Baranovski e, em certa medida, Hilferding e Bauer (COLETTI, 1978). É necessário superar essa dicotomia e compreender o caráter contraditório da acumulação capitalista, que é composta simultaneamente por elementos que permitem ao capitalismo avançar quanto pelos que geram a sua deterioração. A crise é tanto a expressão da fragilidade e degeneração do sistema capitalista como o elemento que permite transitoriamente reestabelecer a acumulação de capital. De acordo com Coletti (1978) não compreender a unidade entre esses dois movimentos acarretariam em dois erros:

O el error de esas críticas del capitalismo que [...] al esforzarse por agudizar las contradicciones internas del sistema, terminan por demostrar no ya la contradictoriedad del sistema existente, sino directamente su imposibilidad, la imposibilidad de su existencia y de su funcionamiento [...]. O bien se vería obligada a repetir el error opuesto de quien –aprisionado y comprimido por la existencia del mecanismo que indaga– atenúa y minimiza sus desequilibrios internos hasta el punto de tornar absoluta y eterna esa existencia y, por ende, no ver ya las razones por las cuales el sistema mismo no puede funcionar y durar hasta el infinito. (COLETTI, 1978, p.34)

A obra de Marx trata o capital enquanto proveniente de um desenvolvimento histórico particular e não enquanto intrínseco e natural à existência humana. O estudo aprofundado das contradições inerentes ao sistema evidenciam que “todo el proceso es de um motor que se deteriora em virtud de lós mismos mecanismos que ló hacen funcionar” (COLLETTI, 1978, p.37). Afirmar que as contradições econômicas internas do capitalismo podem por si só levar a derrocada do sistema é não compreender o caráter social desses conceitos, é não entender que economia e política são indivisíveis. A lei da tendência à queda da taxa de lucro e as demais contradições do sistema capitalista apenas fazem sentido quando analisadas em

consonância com a luta de classes. A superação do capitalismo não pode ser vista enquanto um elemento atingido automaticamente pelas contradições internas do sistema e pelas crises econômicas, como se elas fossem independentes da luta de classes.

Ainda, há uma grande divergência e debate teórico no que concerne a causa das crises econômicas capitalistas. Dentre as principais causas apontadas pelos marxistas, tem-se: a queda da taxa de lucro, o subconsumo, as desproporções e a superacumulação de capital. No entanto, a divergência entre a interpretação dos autores que defendem distintas causas da crise é mais uma confusão entre as causas efetivas das crises com a sua forma de manifestação, de maneira com que a forma com que a crise se expressará dependerá do momento do ciclo do capital em que a economia se encontra (CARCANHOLO, 1996). Não há uma dicotomia entre as diversas formas de manifestação da crise econômica, mas sim uma íntima relação entre estas formas de manifestação das crises as quais expressam todas elas as contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista. De acordo com Rutkoski:

Em última instância, a crise não é causada pelo subconsumo, pela expansão descontrolada do sistema de crédito, pela desproporção entre os setores de produção de meios de produção e de bens de consumo ou mesmo pela queda em si da taxa média de lucro, mas, é uma crise causada pela contradição inerente do capitalismo entre o impulso incessante para a ampliação da capacidade de produção através da crescente união dos homens no processo de trabalho e a limitação imposta a esse desenvolvimento das forças produtivas pela necessidade de valorização do capital. (RUTKOSKI, 2004, p.11)

2.4.1 As Contradições da Acumulação de Capital

A análise da mercadoria feita por Marx no início de “O Capital” evidencia em sua forma mais abstrata o germe da contradição sob a qual se ergue a acumulação capitalista. É o duplo caráter da mercadoria enquanto valor de uso e valor de troca que trás, primeiramente, a possibilidade das crises capitalistas, e a predominância do valor de troca a sua inevitabilidade. É o valor de troca que enquanto expressão do trabalho abstrato torna as mercadorias iguais entre si e que permite que as mesmas se confrontem na troca, e é o valor de uso que as diferencia e torna essa troca desejável para os consumidores. O possuidor de uma mercadoria a vende porque o seu valor de uso nada a ele significa, mas sim o valor de troca, pois “a divisão social do trabalho torna seu trabalho tão unilateral quanto multilateral as suas necessidades” (MARX, 2013, p.180). Já o consumidor, ao contrário, compra a mercadoria

exclusivamente a fim de obter uma utilidade específica da mercadoria, ou seja, por conta de seu valor de uso. O duplo caráter da mercadoria cria na circulação simples (M-D-M) a obrigatoriedade que mercadoria seja para cada um ou valor de uso ou valor de troca, sendo a realização de uma das categorias a negação da outra.

É a divisão do trabalho que converte o produto do trabalho em mercadoria e ao mesmo tempo torna necessária a existência do dinheiro enquanto intermédio para a troca, de forma que o dinheiro aparece enquanto medida para o trabalho humano em geral. Essas condições conduzem a uma cisão na circulação simples M-D-M, de maneira que ela divide-se em dois momentos: a venda (M-D), em que o produtor troca sua mercadoria por dinheiro, e a compra (D-M), em que o produtor agora torna-se consumidor e troca o dinheiro auferido na primeira parte do processo em uma mercadoria que lhe tenha valor de uso. Para que esse ciclo possa se completar, é necessário que no primeiro momento da troca (M-D) o detentor do dinheiro veja na mercadoria M um valor de uso. Sendo essa condição estabelecida, o produtor pode a partir do dinheiro recebido na venda adquirir uma mercadoria que seja para ele um valor de uso (D-M), completando-se o ciclo. A distinção da mercadoria enquanto valor de uso e valor de troca provoca uma cisão na identidade entre a compra e a venda. Nada garante que ao colocar sua mercadoria a venda, o produtor encontrará um comprador que veja na mesma um valor de uso, e por conta disso as crises aparecem enquanto uma possibilidade. Nas palavras de Marx,

A contradição imanente à mercadoria, que se patenteia na oposição entre valor-de-uso e valor, no trabalho privado, que tem, ao mesmo tempo, de funcionar como trabalho social imediato, no trabalho concreto particular, que, ao mesmo tempo, só vale como trabalho abstrato geral, e que transparece na oposição entre a personificação das coisas e a representação das pessoas por coisas – essa contradição imanente atinge formas completas de manifestar-se nas fases opostas da metamorfose das mercadorias. Essas formas implicam a possibilidade, mas apenas a possibilidade das crises. (MARX, 2013, p.187)

Ainda que a um nível muito abstrato de análise seja possível compreender a existência das crises no sistema capitalista, não se pode ainda explicar a forma com que ela se torna uma necessidade cíclica e periódica do sistema. Em nível da circulação simples ainda não se tem o valor de troca dominando a circulação e a produção de mercadorias, elemento constituinte da acumulação capitalista e fator chave para compreender as crises enquanto fator que evidencia a valorização do capital enquanto barreira para si.

O que diferencia a passagem da circulação simples para a circulação capitalista (D-M-D) é que o valor de troca comanda o processo produtivo e a circulação. No caso da circulação simples, a mercadoria se encontra no início e no fim do processo, de forma que o objetivo final é obter um valor de uso, ou seja, a satisfação de uma necessidade. Na circulação capitalista, o dinheiro é o início e o fim do processo produtivo, ou seja, os dois extremos do processo coincidem qualitativamente. É necessário que ao fim do processo haja um incremento de valor, que haja uma diferença qualitativamente positiva entre o momento D-M e o momento M-D. Tal incremento é explicado segundo as leis de apropriação da mais-valia anteriormente analisadas, que permitem que haja um excedente na produção (D-M-D'). A circulação do dinheiro enquanto capital é um fim em si mesmo, um movimento contínuo que busca uma valorização crescente, de forma que “o movimento do capital é, por isso, desmedido” (ibid., p.228).

Para que o processo produtivo seja periódico e contínuo, é necessário que ele carregue as condições para a sua reprodução. Para isso, é necessário primeiramente que o capitalista consiga vender a mercadoria produzida. Na reprodução simples, supõe-se que o capitalista utiliza o excedente econômico apenas como fundo de consumo. Nesse caso, a venda da mercadoria proporciona a reposição do capital constante, do capital variável e proporciona ao capitalista um fundo de consumo. É dada a condição para que o capitalista continue tendo o necessário para possuir os meios de produção e é fornecido ao trabalhador um salário que permita sua reprodução enquanto trabalhador. Dessa forma, o processo produtivo garante a possibilidade de repetição do ciclo produtivo e reproduz a relação social capitalista que contrapõe trabalhadores assalariados e capitalistas.

A necessidade do capital em se valorizar crescentemente faz com que seja necessário não apenas reproduzir o processo produtivo como também ampliá-lo. A ampliação da escala de produção ocorre na medida em que parte da mais-valia obtida no processo produtivo é convertida em quantidades maiores de meios de produção e de força de trabalho. Para que tal conversão ocorra, é necessário em um momento anterior tenha havido uma produção de meios de produção e de bens de consumo para os trabalhadores superior ao equivalente à reprodução simples. A acumulação do capital impulsiona o capitalista a comprar e produzir uma quantidade cada vez maior de mercadorias, impulsionando o sistema capitalista para além de seus limites.

A acumulação de capital possui um duplo caráter. A nível quantitativo, a mais-valia reinvestida aumenta a quantidade de capital adiantada na compra de meios de produção e de força de trabalho pela classe capitalista. Dessa forma, há um aumento da riqueza social sob domínio do capital, o que é definido por Marx como concentração de capital. Esse aumento da escala de produção reproduz a classe capitalista ao expandir a quantidade de riqueza social sob o seu domínio, bem como também desenvolve a classe trabalhadora ao elevar o número absoluto de trabalhadores sob o domínio do capital.

Ao empregar uma maior massa de trabalhadores, a acumulação crescente de capital pode levar a uma elevação momentânea dos salários devido ao aumento da demanda por força de trabalho. Esse crescimento dos salários em nada modifica o funcionamento da economia capitalista, pelo contrário, o reafirma. A relação existente entre acumulação, capital e nível de salários é explicitada por Marx:

Se a quantidade de trabalho não pago fornecida pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista cresce com rapidez suficiente de modo a permitir sua transformação em capital com apenas um acréscimo extraordinário de trabalho pago, o salário aumenta e, mantendo-se constante as demais circunstâncias o trabalho não pago diminui proporcionalmente. Mas tão logo essa redução atinja o ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é mais oferecido na quantidade normal, ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação desacelera e o movimento ascensional do salário recebe um contragolpe. O aumento do preço do trabalho é confinado, portanto, dentro dos limites que não só deixam intactos os fundamentos do sistema capitalista, mas asseguram a sua reprodução em uma escala cada vez maior (MARX, 2013, p. 697).

Além de ampliar a escala de produção, o avanço da acumulação capitalista traz uma mudança qualitativa no processo produtivo ao diminuir a quantidade de capital variável em relação ao capital constante. Isso ocorre porque “no curso da acumulação chega-se sempre a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se converte na mais poderosa alavanca de acumulação” (ibid., p. 698). O capitalista individual busca elevar a produtividade porque ao produzir uma determinada mercadoria com menor quantidade de trabalho do que os seus concorrentes obtém na realização da mercadoria uma mais-valia extraordinária. Esse ganho de mais-valia extraordinária possibilita um aumento da mais-valia disponível para reinvestir no processo produtivo e dar continuidade ao processo de acumulação capitalista. A elevação da produtividade se caracteriza pelo aumento da massa de meios de produção que o trabalhador transforma em mercadoria em um determinado espaço de tempo. Dessa forma, a acumulação capitalista é acompanhada de uma elevação relativa da

massa de meios de produção em relação à força de trabalho empregada, denominada por Marx de elevação da composição técnica do capital. A mudança na composição técnica do capital irá causar também uma mudança em mesmo sentido, porém com intensidade menor, na relação entre o valor do capital constante e do variável – ou seja, da composição orgânica do capital. O aumento da produtividade causa também uma redução no valor dos meios de produção, de forma que a composição técnica do capital se eleva mais rapidamente que a composição orgânica.

A busca por uma maior produtividade leva a uma luta concorrencial entre os capitalistas. Além disso, o desenvolvimento capitalista traz o crescimento do volume mínimo de capital necessário a ser adiantado para produzir uma determinada mercadoria em condições normais. Dessa forma, torna-se complexa a sobrevivência dos capitais menores, que são frequentemente derrotados pelos grandes capitais, gerando uma centralização do produto social na mão de um número menor de capitalistas. Ao permitir a ampliação da escala de produção, essa centralização gera um aprofundamento ainda maior da acumulação de capital.

A primeira vista, a acumulação de capital parecia apenas ampliar a quantidade demandada de mão de obra e de meios de produção. Ao examinarmos a elevação da composição orgânica do capital que dela decorre, percebe-se, ainda, que a massa de trabalhadores sob o domínio do capital se eleva, porém o incremento de força de trabalho decorrente da mais-valia reinvestida é cada vez menor. A elevação da produtividade se expressa no fato de que para ser posto em movimento um determinado estoque de capital é necessária uma quantidade cada vez menor de trabalhadores. Decorre daí que a acumulação capitalista produz “uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital” (ibid., p.705). Essa superpopulação relativa de trabalhadores é condição de existência do modo capitalista. Tendo em vista que a economia capitalista comporta-se de forma cíclica, a quantidade de trabalhadores demandado pelo mesmo é variável sendo necessário que haja sempre uma parcela de potenciais trabalhadores prontos para serem englobados subitamente pelo processo produtivo. De modo geral, é a acumulação de capital que determina a dinâmica e a duração dos ciclos econômicos, bem como a superpopulação relativa e, conseqüentemente, a oscilação de salários.

A acumulação de capital, ao mesmo tempo em que amplia e reproduz as relações sociais de produção, o faz de forma degenerada. No que concerne aos capitalistas, ao mesmo

tempo em que amplia a quantidade de produto social sobre o seu domínio, o faz na medida em que os capitais maiores englobam os menores, reduzindo o número de capitalistas que possuem domínio sobre o capital. Do lado dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que a acumulação permite a reprodução da classe trabalhadora, parte crescente dos trabalhadores permanece à margem do processo produtivo, compondo um exército industrial de reserva disposto a ser explorado a qualquer momento pelo capital. Além de gerar a reprodução degenerada das classes sociais, a própria dinâmica de acumulação impõe limites ao próprio capital, contradição essa que se expressa na tendência à queda da taxa de lucro.

2.4.2 A Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro

A lei da acumulação capitalista demonstra que a busca inerente ao capital pelo incremento da produtividade gera não apenas a sua ampliação e valorização como também a elevação da sua composição orgânica, resultando no crescimento da parte constante do capital relativamente à variável. Uma parte cada vez menor de todo o capital adiantado se transforma em trabalho vivo comparativamente à parte despendida em trabalho morto – ou seja, em meios de produção e matérias primas. Como é apenas o trabalho vivo que pode gerar o excedente, tem-se que acompanhado do decréscimo relativo do capital variável surge também um decréscimo do excedente com relação ao capital total aplicado. Como a taxa de lucro é a razão entre a mais-valia e o capital total aplicado, mantendo constante a taxa de mais-valia, um aumento no capital constante relativamente ao variável leva a uma diminuição da taxa de lucro. Dessa forma, a queda da taxa de lucro nada mais é do que uma “outra maneira de expressar-se o desenvolvimento progressivo da produtividade social do trabalho” (MARX, 2008, p.282).

Para exemplificar, tomemos um caso em que o capital constante se eleva, mantendo-se constante a taxa de mais-valia a 100%, o valor da força de trabalho também constante e igual a 200 unidades de valor. Sendo C o capital constante, V o capital variável, m a massa de mais valia e l' a taxa de lucro, tem-se:

$$\text{Se } C = 50 \quad V = 200 \quad m = 200 \text{ então } l' = 200/250 = 0,8$$

$$\text{Se } C = 100 \quad V = 200 \quad m = 200 \text{ então } l' = 200/300 = 0,66$$

$$\text{Se } C = 150 \quad V = 200 \quad m = 200 \text{ então } l' = 200/350 = 0,57$$

Capitais com uma composição orgânica mais elevada geram, portanto, uma contínua redução da taxa de lucro. Como é uma tendência intrínseca ao capital que a sua composição orgânica média se eleve a fim de incrementar a acumulação, esse movimento de redução paulatina da taxa de lucro acompanha a própria dinâmica da acumulação capitalista, impondo limitações à mesma.

A lei da tendência à queda da taxa de lucro não exclui a possibilidade de que a massa de mais-valia e de lucro aumente progressivamente ao mesmo tempo em que diminui a taxa de lucro. O decréscimo do lucro e da mais-valia existente não é absoluto, mas sim relativo à quantidade total de capital adiantado. Com o desenvolvimento da acumulação, cresce também a massa de trabalho em domínio do capital, todavia cresce a taxas decrescentes e inferiores ao incremento do capital constante. A massa de mais-valia e de lucro pode e mesmo tende a se elevar com o prosseguimento da acumulação. Porém, a mais-valia disponível para ser reinvestida do processo produtivo se torna cada vez mais insuficiente para repor a quantidade de capital constante que cresce a taxas superiores à elevação dessa massa de mais-valia. A taxa de acumulação é determinada em última instância pela taxa de lucro, de forma com que se a taxa de lucro tende a cair progressivamente, a acumulação também irá cair. O que impede que essa queda da taxa de lucro e, conseqüentemente, da taxa de acumulação não seja em si catastrófica, mas sim cíclica, é que ao mesmo tempo em que a acumulação gera a tendência à queda também traz consigo uma série de contratendências a queda da taxa de lucro, dando à lei um caráter de tendência.

As contratendências apontadas em “O Capital” foram as seguintes: a elevação do grau da exploração; o pagamento da força de trabalho a um nível inferior ao seu valor; a redução do preço do capital constante; o aumento do exército industrial de reserva; o comércio exterior e a elevação do capital por ações. Todas estas contratendências ao mesmo tempo em que contribuem para desacelerar a queda da taxa de lucro, também contribuem para a sua própria queda.

Partindo para uma análise mais detalhada das contratendências, o aumento do grau da exploração do trabalho pode ocorrer por meio do aumento da mais-valia relativa e da absoluta, conforme já exposto anteriormente. O prolongamento da jornada de trabalho e o aumento da intensidade do mesmo permitem que uma maior quantidade de mais valia seja extraída, de forma a contribuir para uma elevação da taxa de lucro. O aumento da mais-valia

relativa permite, ao reduzir o valor da força de trabalho, a obtenção de um maior excedente. Ao mesmo tempo, o aumento da intensidade do trabalho exige um maior desgaste de máquinas e equipamentos e, conseqüentemente, um maior gasto com capital constante. Já a redução do valor da força de trabalho ocorre pelos incrementos de produtividade do setor produtor de bens salário, produtividade esta que também ocorre a partir da elevação do capital constante. Até mesmo a extensão da jornada de trabalho é produto da acumulação. De forma semelhante, outra maneira de aumentar o excedente e, portanto, contrabalancear a tendência à queda da taxa de lucro é pagar ao trabalhador um valor inferior ao necessário à manutenção de sua vida. Percebe-se que ao mesmo tempo em que a contratendência expressa no aumento do grau de exploração é crucial para que o capital prossiga sua valorização, ela carrega em seu interior tendências que reforçam a queda da taxa de lucro.

A redução do preço do capital constante é produto do próprio processo de elevação da produtividade. Ela permite que a taxa de lucro se eleve, porém apenas o faz na medida em que há incrementos de produtividade no setor produtor de bens de capital. Na medida em que o capital constante se eleva relativamente ao capital variável no setor produtor de bens de capital, há uma tendência à queda da taxa de lucro.

Com relação à existência de um exército industrial de reserva, esta é condição da acumulação capitalista que gera uma superpopulação relativa de trabalhadores. Ao mesmo tempo, a existência desse contingente de trabalhadores desempregados - que surge da própria elevação relativa do capital constante - pressiona o nível de salários para baixo, contrabalanceando a tendência à queda da taxa de lucro.

O comércio exterior ao permitir a elevação da escala de produção contribui para o barateamento do capital constante e também para a redução do valor da força de trabalho. Conjuntamente, esse aumento da escala produtiva é acompanhado de um decréscimo relativo do capital variável, o que pressiona a taxa de lucro para cima. Mais uma vez percebe-se o caráter duplo em que se manifestam a tendência e contratendência. Além disso, o capital que no comércio exterior migra para países menos desenvolvidos em buscas de taxas mais altas de lucro também contribui para a amenização da tendência à queda. A composição orgânica do capital é menor nos países subdesenvolvidos, de forma com que o investimento nessas economias permite obter taxas de lucros maiores, pressionando a taxa média de lucro para cima. Marx salienta que a troca de produtos entre os países coloniais e a metrópole também atua como uma contratendência na medida em que permite vender suas mercadorias a um

preço superior ao valor individual das mesmas. Apresentam-se já em Marx alguns dos elementos básicos que tornam a posição dos países de menor composição orgânica do capital desvantajosa no comércio exterior com relação aos países desenvolvidos, bem como o papel que tal comércio cumpre enquanto contratendência à queda da taxa de lucro. Nas palavras de Marx:

Essa situação pode funcionar em relação ao país para onde e exportam e donde se importam mercadorias, dando ele, em produtos, mais trabalho materializado do que recebe, e, apesar disso, recebendo mercadoria a preço mais barato do que poderia produzi-la. (MARX, 2008, p.313)

A predominância dos efeitos ora da tendência, ora da contratendência à queda da taxa de lucro que resultarão no movimento cíclico da economia. As contratendências permitem o reestabelecimento da taxa de lucro e a inauguração de um novo momento de ascensão do ciclo econômico, mas ao mesmo tempo ampliam cada vez mais as contradições do capital e as colocam em um patamar mais difícil de ser superado.

À medida que o capital, na busca crescente de se valorizar, apresenta uma queda na taxa média de lucro, há um desestímulo ao reinvestimento de mais-valia no processo produtivo. Caindo a taxa de lucro, cai também a taxa de acumulação. A queda nos investimentos gera a queda da demanda por força de trabalho, elevando a massa de trabalhadores desempregados e contribuindo para a redução dos salários. Ao mesmo tempo, a crescente acumulação capitalista e o aumento de produtividade dela decorrente se traduzem em uma produção excessiva de mercadorias. De um lado, a crise produz a redução dos salários, a ampliação do exército industrial de reserva e uma massa de trabalhadores e de desempregados que não conseguem ao menos consumir o mínimo para manter-se vivo; de outro, produz mercadorias em excesso para atender as exigências do capital. Os efeitos da acentuação das contradições da acumulação que desembocam em crises periódicas são explicitados por Marx:

A destruição principal, e de caráter mais agudo, atingiria os valores-capital, o capital na medida em que configura a propriedade valor. A parte do valor capital na forma apenas de direitos a participações futuras na mais-valia, no lucro, na realidade meros títulos de crédito sobre a produção em diversas modalidades, logo se deprecia com a queda das receitas que servem de base para determiná-la. Parte do ouro e da prata em espécie fica ociosa, não funcionando como capital. Parte das mercadorias que estão no mercado só pode efetuar o processo de circulação e de reprodução com enorme contração de preços, portanto por meio de depreciação do capital que ela representa. Do mesmo modo depreciam-se mais ou menos os elementos do capital fixo. Acresce que relações de preços determinadas, de antemão estabelecidas, condicionam o processo de reprodução, e por isso a queda geral de preços estagna-o

e desorganiza-o. Essa perturbação e essa estagnação paralisam a função de meio de pagamento, exercida pelo dinheiro, ligada ao desenvolvimento do capital e baseada sobre aquelas relações de preços pressupostas; interrompem em inúmeros pontos a cadeia das obrigações de pagamento em prazos determinados, e se agravam com o conseqüente desmoronamento do sistema de crédito que se desenvolve junto com o capital. Assim redundam em crises violentas, agudas, em depreciações bruscas, brutais, em estagnação e perturbações físicas do processo de reprodução e, por conseguinte, em decréscimo real da reprodução. (MARX, 2008, p. 333)

A maneira de se resolver este conflito consiste na necessidade que parte do capital seja destruído ou posto em ociosidade. A própria crise contém os elementos que tornam possível o reestabelecimento das condições normais de valorização do capital. A redução dos preços das mercadorias, dos meios de produção e mesmo do capital variável causada pela crise é importante forma de contratendência à queda da taxa de lucro. O momento de baixa do ciclo econômico prepara as condições de expansão futura da produção, de forma com que o ciclo completa seu fim. Nas palavras de Marx:

Assim, ter-se-ia percorrido todo o ciclo. Parte do capital, que se depreciara por paralisar-se a função, recuperaria o valor antigo. Demais, com as condições de produção e mercado ampliados, com produtividade acrescida, voltaria a repetir-se o mesmo círculo vicioso. (MARX, 2008, p.334)

2.4.2.1 A Acumulação de Capital Fictício

No volume IV de “O Capital” Marx cita a sociedade por ações enquanto uma das formas de contratendência à queda da taxa de lucro, porém não aprofunda a forma que ela contribui para intensificar a acumulação de capital. É apenas a partir do desenvolvimento da categoria de capital fictício que é possível compreender a forma com que a independência da esfera financeira relativamente à esfera produtiva contribui para contrabalancear a tendência à queda da taxa de lucro, ao mesmo tempo em que amplia as contradições inerentes ao capital.

Para compreender a forma com que se desenvolve o capital fictício, Marx desenvolve o processo de dissociação entre capitais particulares decorrente da intensificação do ciclo de acumulação do capital industrial. O capital industrial assume formas distintas ao longo do seu ciclo. Na esfera da produção assume a forma de capital produtivo, enquanto na circulação a forma de capital comercial – subdividindo-se em capital-mercadoria e capital-dinheiro. A partir da divisão do trabalho, as esferas referentes ao capital comercial – tanto o comércio de mercadorias quanto o de dinheiro – passam a ganhar cada vez mais autonomia e a ter

características próprias de funcionamento. Surge uma fração específica de capitalistas que não atua diretamente no setor produtivo, tendo sob sua atribuição o capital de comércio de dinheiro e o capital de comércio de mercadorias, compondo respectivamente a classe dos capitalistas que comercializam mercadorias e a classe dos que comercializam dinheiro.

A especialização e a autonomia que o capital de comércio de dinheiro (e também o de comércio de mercadorias) adquire permite que ocorram ganhos de escala na execução das tarefas referentes ao mesmo, reduzindo o tempo que o capital despense na circulação e tornando menor seu tempo de rotação³. Como esse capital é improdutivo, ou seja, não promove por si mesmo apropriação de mais-valia, a redução da quantidade de capital empenhada nessa forma específica contribui para contrabalancear a tendência à queda da taxa de lucro. Em contrapartida, o lucro obtido por esses capitalistas é resultado da mais-valia extraída no processo produtivo, de forma que parte do lucro dos capitalistas produtivos tem de ser direcionado aos demais.

Diretamente, o capital mercantil não cria valor nem mais-valia. Ao concorrer para abreviar o tempo de circulação, pode indiretamente contribuir para aumentar a mais-valia produzida pelo capitalista industrial. Ao contribuir para ampliar o mercado e ao propiciar a divisão do trabalho entre os capitais, capacitando, portanto, o capital a operar em escala maior, favorece a produtividade do capital industrial e a respectiva acumulação. Ao encurtar o tempo de circulação, aumenta a proporção da mais-valia com o capital adiantado, portanto, a taxa de lucro. Ao reter na esfera da circulação parte menor de capital na forma de capital-dinheiro, aumenta a parte do capital diretamente aplicada na produção. (MARX, 2008, p.375).

Parte do dinheiro dos capitalistas tem de ser entesourado na espera de condições para ser reinvestido. Outra parte, composta pelo fundo de reserva, também é entesourada. A centralização deste capital-dinheiro na mão de uma classe específica permite que esse dinheiro seja emprestado, negociado enquanto crédito. Ao capital de comércio de dinheiro em pleno desenvolvimento, que é emprestado na base do crédito, Marx denominou de capital bancário, capital que funciona como “unidade dialética entre o capital de comércio de dinheiro e o capital portador de juros” (MIRANDA, 2011, p.108).

O capital portador de juros existe na medida em que o dinheiro circula enquanto capital. O dinheiro adquire o caráter de uma mercadoria particular que possui enquanto valor de uso a capacidade de gerar lucro, ou seja, de se apresentar enquanto capital. Ao contrário

³ O tempo de rotação do capital corresponde ao tempo em que um determinado capital faz uma circulação completa, ou seja, igual a “soma de seu tempo de circulação propriamente dito e de seu tempo de produção. É o período em que o valor-capital se move, a partir do momento em que é adiantado sob determinada forma até o momento em que volta à mesma forma”. (MARX, 2011, p.173)

das demais mercadorias, seu valor de uso não se extingue após o seu consumo, pelo contrário: seu consumo permite a extração de mais-valia, gera um lucro. O capitalista que empresta dinheiro a um capitalista produtivo espera ao final de determinado período obter o valor que emprestou acrescido de um valor, de um juro – remuneração que tem origem na mais-valia extraída no processo produtivo. Para o prestador, a circulação se reduz a $D - D'$, não sendo necessário passar pela produção para obter um excedente. No capital portador de juros o fetichismo atinge um caráter extremo, mascarando as relações sociais e reduzindo a obtenção do excedente a um “dinheiro que gera mais dinheiro, valor que valoriza a si mesmo, sem o processo que medeia os dois extremos” (MARX, 2008, p. 519).

É da exacerbação do fetichismo apresentado no capital portador de juros que tem origem o capital fictício. O dinheiro parece ser em si mesmo capital, dinheiro que valoriza a si mesmo. Toda forma de rendimento regular parece derivar de um capital que rende juros, independente de derivar efetivamente de um capital.

A forma do capital produtor de juros faz que toda a renda monetária determinada e regular apareça como juro de um capital, derive ela ou não de um capital. (...) Todavia, essa idéia (a de ser capital) é puramente ilusória, excetuando o caso em que a fonte seja diretamente transferível ou assuma forma em que se torne transferível (MARX, 2008, p. 534).

Para compreender melhor a forma com que o dinheiro parece valorizar a si mesmo, assumindo a forma de capital, tem-se como exemplo o caso da dívida pública, que é citada por Marx como um exemplo de capital fictício. Se o Estado emite um título buscando arrecadar dinheiro no valor de 100 libras, prometendo um rendimento de 5% anual em cima desse valor, o comprador (A) do título não pode exigir do Estado o pagamento do principal num momento anterior ao prazo. Todavia, ele pode vender esse título a um terceiro (B), que passará a receber o rendimento anual de 5%. No segundo caso, quando o título passa de A para B, a soma emprestada ao Estado não mais existe, já foi gasto pelo Estado em momento anterior. O dinheiro recebido anualmente em forma de juro pelo comprador B não é resultado da apropriação de mais-valia gerado pelo dinheiro da compra do título, mas sim pela apropriação de determinada fatia da receita do Estado, independente de sua origem. Mesmo quando o comprador A obteve o título do Estado, o dinheiro desta compra não se destinava necessariamente a ser empregada enquanto capital. O capital da dívida constitui-se assim em um capital fictício e “a partir do momento que os títulos de crédito se tornam invendáveis, desfaz-se essa aparência de capital” (MARX, 2008, p.617).

O mesmo caráter de capital fictício se observa nas ações. Ainda que as ações estejam vinculadas ao movimento produtivo real e que teoricamente representem o valor de determinada parcela de rendimento de capital, o preço das mesmas tem certa autonomia. O valor das ações passa a depender mais da especulação e da expectativa dos investidores no que concerne aos lucros do que do movimento real da economia. Desta forma, o valor das ações se descola do valor do capital real que elas representam, constituindo assim um capital fictício.

O capital portador de juros permite que as reservas monetárias de capitalistas que permaneceriam ociosas por certo tempo estejam disponíveis para serem utilizadas produtivamente por outros capitalistas. Assim, amplia-se a possibilidade de produção e intensifica-se a acumulação de capital. O capital fictício aprofunda ainda mais essas características a partir da criação de novas formas de financiamento que passam a ter autonomia em relação à estrutura produtiva. Mesmo em momentos de baixa da produção, através do capital fictício é possível obter um excedente em dinheiro que pode ser aplicado produtivamente. Todos esses fatores levam a redução do tempo de rotação do capital, atuando enquanto uma contratendência à queda da taxa de lucro. De forma semelhante, o desenvolvimento do capital por ações proporciona a união de uma ampla gama de capitais individuais disponíveis para serem reinvestidos em uma mesma planta produtiva. Assim, a sociedade por ações permite ganhos imensos de escala, ampliando a intensidade da acumulação de capital e também freando a tendência à queda da taxa de lucro na medida em que seus rendimentos assumem a forma de juro.

Em contrapartida, ao mesmo tempo em que o capital fictício permite intensificar a acumulação de capital, amplia as contradições que são inerentes a ela. Como o capital fictício não permite por si só a extração de mais-valia, os rendimentos que dizem respeito a essa classe de capitalistas provêm da mais-valia extraída pelo capital produtivo. Parte do lucro que permanecia apenas com o capitalista produtivo deve agora se direcionar aos capitalistas que comercializam dinheiro, títulos, ações, etc. A mais-valia extraída ao invés de corresponder apenas ao lucro, divide-se também em juros e dividendos. Nesse caso, a massa de mais-valia produzida permanece a mesma, mas a taxa de lucro que permanece em mãos do produtor se reduz. De acordo com Carcanholo:

Por um lado, a funcionalidade do capital fictício permite o prolongamento da fase ascendente do ciclo, possibilitando a redução do tempo de rotação do capital global e elevação da taxa de lucro. Por outro lado, quando sua lógica individual de

apropriação se expande, a fase descendente (crise) do ciclo também é aprofundada. A disfunção do capital fictício amplia as potencialidades da crise. A dialética do capital fictício, com sua (dis)função, complexifica/amplia a tendência cíclica do processo de acumulação de capital. (CARCANHOLO, 2010a, p.6)

O capital fictício torna ainda mais profundas as contradições inerentes à acumulação capitalista, contribuindo ao mesmo tempo para postergar as fases de baixa do ciclo econômico quanto para torná-las mais intensas e complexas de serem superadas.

2.5 A Acumulação de Capital na América Latina e a Superexploração

Desde o período de sua colonização a América Latina insere-se no capitalismo mundial como parte constituinte do desenvolvimento desigual global. A dinâmica própria do desenvolvimento capitalista na periferia do sistema apresenta particularidades que fazem deste um capitalismo *sui generis*. A heterogeneidade estrutural característica desses países permite a intensificação da acumulação de capital no centro do sistema, papel este que se acentua diante da emergência das crises econômicas. Na obra “A Dialética da Dependência”, Marini busca a partir da plena adequação ao método marxista de análise compreender essa forma particular do desenvolvimento capitalista na região.

Ainda que cada país latino-americano tenha suas particularidades, é sobre o traço comum de terem se constituído enquanto colônias que se erguem as leis gerais do desenvolvimento capitalista dependente. É a partir dos requerimentos da metrópole inglesa que os países latino-americanos passam a exportar bens primários em troca de bens manufaturados, caracterizando a divisão internacional do trabalho. O papel da América Latina enquanto provedora de bens agrícolas permitiu que na Europa houvesse uma especialização produtiva na atividade industrial. Podendo obter no comércio exterior os meios de subsistência dos trabalhadores foi possível aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais na produção de manufaturas. Da mesma forma, o papel das colônias em prover um mercado de matérias primas industriais tornou-se cada vez mais importante com o desenvolvimento capitalista nos países metropolitanos. Além de facilitar o crescimento quantitativo dos países industriais a participação da América Latina no mercado mundial contribuiu para que o eixo da acumulação na economia industrial se deslocasse da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, “que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da

exploração do trabalhador” (MARINI, 2000, p.113). A ampliação da oferta de bens-salário que a América Latina desempenhou permitiu a redução do valor da força de trabalho nos países industriais, reduzindo o tempo de trabalho necessário relativamente ao excedente e ampliando a massa de mais-valia apropriada.

A elevação da oferta mundial de alimentos veio acompanhada de um persistente decréscimo no preço dessas mercadorias, enquanto os produtos industriais permaneciam com seus preços estabilizados. A deterioração dos termos de troca⁴ que dela é decorrente não poderia, obviamente, ser causada pelo aumento da produtividade, já que é nesses países que a produtividade evolui mais lentamente (MARINI, 2000). A um nível elevado de abstração, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Trazendo a análise mais para a concretude, observam-se diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor, passando por cima das leis de troca. Basicamente, existem dois fatores que explicam a burla dessa lei: a produtividade e o monopólio. Por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes sem que seja necessário baixar os preços de mercado derivados das condições de produção. Isso representa, para a nação favorecida, um lucro extraordinário. No segundo caso, o mero fato de que umas nações produzem bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite às primeiras vender seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma transferência de valor em direção aos países industriais.

Frente à necessidade de transferir parte da mais-valia acumulada aos países centrais, os capitalistas das nações desfavorecidas buscam na elevação da exploração do trabalhador o mecanismo de compensação frente à desvantagem que o comércio internacional propõe. De acordo com Marini:

O problema que coloca o intercâmbio desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar uma perda de mais-valia e que, incapaz de impedi-la a nível das relações de mercado, e reação da economia dependente é compensá-la no plano da própria produção (MARINI, 2000, p.123).

⁴ A deterioração dos termos de troca foi um problema debatido nas formulações teóricas de uma série de economistas latino-americanos, destacando-se os cepalinos, que procuravam compreender os motivos da redução do nível de preços dos produtos exportados pela América Latina com relação aos produtos manufaturados importados. No que concerne a essa questão, a principal diferença entre a CEPAL e a Teoria Marxista da Dependência é que esta última busca explicar a troca desigual com base na teoria do valor, enquanto os cepalinos apenas examinam o movimento dos preços.

É através da elevação da intensidade do trabalho, da prolongação da jornada de trabalho ou da redução do consumo do trabalhador para além do mínimo necessário a sua sobrevivência que se faz possível compensar a perda no comércio internacional. Os capitalistas latino-americanos não buscam contrapor tais perdas através do desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalho, mas sim pelo pagamento da força de trabalho a um preço inferior ao seu valor. Marini denominou de superexploração da força de trabalho esse fenômeno, que implica ao trabalhador ganhar um salário inferior ao mínimo necessário a sua sobrevivência e reprodução. Nas palavras de Marini:

Chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana. (MARINI, 2000, p. 132)

Segundo Marini, uma vez convertida em centro produtor de capital o ciclo do capital se estabelece na América Latina de forma particular. Nos países industriais, nos quais acumulação de capital se baseia na produtividade do trabalho, a oposição que gera o duplo caráter do trabalhador — enquanto produtor e consumidor — ainda que seja efetiva, se vê, em certa medida, contraposta pela necessidade de realização do capital. Na economia exportadora latino-americana, como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto. Opera-se, assim, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital — a produção e a circulação de mercadorias. Se ao capitalista nos países centrais é interessante que os trabalhadores tenham acesso a um salário suficientemente alto para comprar suas mercadorias, nos países periféricos a elevação dos salários não traz essa vantagem visto que a produção se orienta para o comércio exterior, havendo assim um estímulo a mais ao rebaixamento do preço da força de trabalho. A economia exportadora não é apenas o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva, mas também uma formação social que acentua até o limite as contradições que são próprias do modo de produção capitalista.

Ao mesmo tempo em que a cisão entre a produção e a circulação de mercadorias existente na economia exportadora possibilita a superexploração do trabalhador, gera também um incremento nos lucros. A parcela desses lucros que não é reinvestida no sistema produtivo

constitui o consumo dos capitalistas, o qual deverá ser suprido mediante importação. Há, portanto, uma separação entre duas esferas de consumo: o consumo dos trabalhadores, que é fundado nos salários, e o consumo dos capitalistas, que decorre da mais-valia não reinvestida no processo produtivo. Marini definiu essas duas esferas de circulação de esfera “baixa” e esfera “alta”, a primeira correspondendo ao consumo dos trabalhadores e a segunda ao consumo dos capitalistas:

A separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia não acumulada dá origem, portanto, a uma estratificação do mercado interno, que também é uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera "baixa", onde se encontram os trabalhadores — que o sistema se esforça por restringir —, se baseia na produção interna, a esfera "alta" de circulação, própria dos não-trabalhadores — que é aquela que o sistema tende a ampliar —, se relaciona com a produção externa, por meio do comércio de importação. (MARINI, 2000, p. 135)

Tendo em vista que o estímulo para a redução dos salários é redobrado nas economias dependentes e que disso tem-se a elevação da massa de lucros, há uma tendência em reduzir a demanda dos trabalhadores a qual se baseia na demanda interna e ampliar a da esfera alta, suprida por meio das importações. Há, portanto, um menor estímulo à constituição de um mercado interno nos economias dependentes. A aparente harmonia presente na divisão internacional do trabalho na qual a América Latina exporta alimentos e matérias primas enquanto importa bens de consumo manufaturados da Europa, encobre a necessidade de superexploração da força de trabalho, da cisão do consumo individual em duas esferas contrapostas e da conseqüente dificuldade em estabelecer um mercado interno robusto nesses países. É nesse contexto que emerge a industrialização latino-americana.

Os obstáculos à importação de bens de consumo manufaturados que acompanharam a crise de 1929 constituíram no principal estímulo à industrialização nas economias dependentes, marcando a transição do eixo de acumulação para a indústria. A esfera da alta circulação que recorria à importação de bens para suprir a demanda dos capitalistas passou a ter que se realizar no mercado interno. Todavia, o processo de industrialização que ocorre na América Latina apresenta um caráter muito distinto dos países centrais. Como os capitalistas dos países centrais podiam, através do comércio internacional, obter alimentos a preços mais baixos, foi possível direcionar uma parte maior do consumo dos trabalhadores para os bens manufaturados. É por isso que nessas economias a produção industrial se concentrou, basicamente, nos bens de consumo popular, tendo sido positivo para a acumulação baratear

esses bens, uma vez que incidem diretamente no valor da força de trabalho. A industrialização nos países centrais levou a uma busca pela elevação da produtividade, a qual se apresentou enquanto elemento propulsor da acumulação de capital nos países centrais. Essa elevação na produtividade que gera a redução do valor da força de trabalho é em si uma elevação da mais-valia relativa que aumenta a massa de mais-valia que o capitalista dispõe para consumir. Assim, o consumo dos capitalistas se eleva com o aumento da produtividade de forma com que “a ligação existente entre as duas esferas de consumo se distende, mas não se rompe” (MARINI, 2000, p.139).

A industrialização latino-americana se deu em outras bases. A economia exportadora comprime permanentemente o consumo individual dos trabalhadores não permitindo mais do que a criação de uma industrialização muito limitada, a qual só se ampliava quando fatores externos como as crises dificultavam o acesso da esfera alta de consumo para o comércio de importação. A industrialização surge visando atender a demanda existente por importações da classe capitalista, de forma que as mercadorias por ela produzidas não entram ou entram muito escassamente na composição do consumo dos trabalhadores. Dessa forma, a produção industrial latino-americana é em grande medida independente das condições próprias de salário dos trabalhadores. Por ela não produzir bens-salário, aumentos de produtividade não geram incrementos de mais-valia relativa, de forma que o capitalista busca aumentar a massa de mais-valia pela superexploração e não por ganhos de produtividade. É por essa incapacidade de centrar seus esforços na elevação da produtividade que há uma busca por exportar uma quantidade cada vez maior de mercadorias, buscando-se elevar mais a massa de mais-valia do que a sua taxa. A industrialização não rompe com a superexploração do trabalho e nela se baseia para absorver maiores massas de mais-valia a fim de se contrapor às perdas do comércio internacional decorrentes da menor produtividade.

Em certo momento, a industrialização avança a um ponto que a oferta de mercadorias manufaturadas se torna maior que a demanda por esses bens, já que ela se reduz a demanda dos capitalistas. Em consequência, há uma pressão para que se generalize o consumo desses bens manufaturados, ou seja, para que eles passem a fazer parte do consumo dos trabalhadores. Nesse ponto passa a ganhar importância a elevação da produtividade a fim de reduzir o valor da força de trabalho, visto que os valores desses bens passam a influenciar nos salários e, conseqüentemente, nos lucros. Todavia, a busca pela elevação da produtividade

ocorre em moldes distintos nas economias dependentes, uma vez que ao invés de permitir a superação da dependência, ela a reafirma.

Conjuntamente ao aprofundamento da industrialização na América Latina cresce a necessidade de importação de matérias primas e de bens de produção diante da elevação relativa da parcela do capital constante que a acompanha. Se a industrialização dependesse apenas das importações desses meios de produção ela encontraria uma série de barreiras calcadas na permanente crise do setor externo decorrente da troca desigual. Nesse contexto, a importação de capital externo sob a forma de financiamento e de investimentos direto adquire grande importância. Gunder Frank argumenta que é claro que essa “ajuda” externa não corresponde a uma atitude benevolente, pois o volume de capitais aportados na economia dependente é menor que a drenagem de recursos ao exterior (FRANK, 1967). Dessa forma, a contrapartida da elevação da produtividade nos países dependentes é a acentuação da transferência de valor desses países para os países centrais. Isso atua enquanto uma contratendência à queda da taxa de lucro nos países centrais em dois sentidos: primeiro, porque a entrada de capital na economia dependente permite a elevação da taxa de lucro tendo em vista a menor composição orgânica do capital nessas economias; segundo, porque a transferência de valor que dela decorre aumenta a massa de mais-valia que permanece sob domínio dos capitalistas dos países centrais.

Marini atenta para o fato de que a industrialização na periferia ocorre em consonância com o desenvolvimento do setor de bens de capital nas economias centrais. A necessidade de criar mercados para a indústria pesada dos países desenvolvidos gera o interesse de impulsionar a industrialização periférica. Esta industrialização corresponde a uma nova hierarquização da divisão internacional do trabalho, onde são transferidas para os países dependentes as etapas inferiores da produção industrial, sendo reservadas para os países centrais as etapas avançadas. Assim, o comércio industrial continua se estabelecendo sob a troca desigual tendo em vista que a produtividade mais elevada e o monopólio da tecnologia de ponta são de domínio dos países centrais.

O efeito da busca pela elevação da produtividade nas economias dependentes gera, da mesma forma que nos países desenvolvidos, uma superpopulação relativa diante da redução do capital variável em relação ao constante. O progresso técnico torna possível aos capitalistas dos países periféricos aliam a elevação da produtividade ao pagamento da força de trabalho a uma proporção menor que o seu valor real e assim compensar as perdas

envolvidas no fluxo de mais-valia que se orienta dos países periféricos para os centrais decorrente do endividamento dos primeiros. Para Marini, as novas técnicas de produção se incluem em ramos industriais que entram apenas remotamente no consumo popular, de forma com que a elevação da produtividade nesses ramos “não pôde traduzir-se em maiores lucros através da elevação da taxa de mais-valia, mas tão somente mediante o aumento da massa de valor realizado” (MARINI, 2000, p.148). Por concentrar-se nos ramos produtores de bens suntuários o desenvolvimento dessa indústria enfrenta problemas de realização que geram a necessidade de reduzir ainda mais os salários dos trabalhadores a fim de elevar o lucro e aumentar a demanda por bens suntuários. Disso decorre a reprodução da cisão das esferas alta e baixa de consumo, de forma com que há um estímulo para que cresça a indústria que produz bens para a esfera alta e se reduzam as orientadas ao consumo de massas.

A industrialização latino-americana não veio para superar a dependência, deixando intactos os mecanismos que a dão sustentação: a superexploração da força de trabalho; a dissociabilidade entre a esfera de produção e a esfera de circulação de capitais; as profundas e estruturais desigualdades sociais, de renda e regionais; o mercado interno limitado; a cisão entre a esfera alta e a esfera baixa de consumo; e a transferência de valor do centro para a periferia. Para importar, a indústria necessita tanto do capital externo quanto das dívidas geradas pelo setor exportador, de forma que ao invés de se contrapor ao capital financeiro e ao capital agrário, precisa se aliar aos mesmos. Dessa forma, a burguesia nacional latino-americana é incapaz de realizar sua função histórica enquanto classe da mesma forma que realizou nos países centrais. Ela não tem a capacidade de derrotar as elites latifundiárias e desenvolver um capitalismo de cunho nacional tal qual ocorreu nos países dominantes.

CAP. III: CAUSAS DA CRISE DE 2008 E SUAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO

Neste capítulo serão abordadas as causas da eclosão da crise de 2008 na economia estadunidense, evidenciando a forma com que a crise se manifestou no setor financeiro e no setor produtivo da economia. Posteriormente, será analisado o impacto da crise nos países latino-americanos, evidenciando suas consequências para o mercado de trabalho.

3.1 A Eclosão da Crise no Mercado Imobiliário Estadunidense

A peculiaridade da teoria marxista das crises consiste em compreendê-las enquanto resultado da própria dinâmica interna da acumulação capitalista. A economia entra em crise por conta da valorização excessiva do capital frente às relações sociais que a sustentam, sendo que a própria crise traz a possibilidade de reestabelecer às condições para o prosseguimento da acumulação. De acordo com Carcanholo, compreender o movimento cíclico da economia capitalista decorrente do caráter dialético da acumulação de capital exige três coisas:

- (i) explicar os processos cumulativos que propagam os efeitos das inflexões, isto é, porque o capitalismo continua crescendo durante algum tempo simplesmente porque já estava crescendo, e continua em recessão simplesmente porque já estava em crise;
- (ii) explicar os pontos de inflexão, ou seja, porque, a partir de determinado momento, o crescimento se transforma em crise/recessão, e o descenso se transforma em nova etapa de acumulação de capital; esta última exigência é ainda mais complexa do que aparenta, já que, se o fenômeno do ciclo é próprio do capitalismo, não é uma anomalia, um acaso, então (iii) os pontos de inflexão tem que ser consequência necessária das características provocadas pela inflexão anterior. (CARCANHOLO, 2010a, p.1)

Assim, para explicar as causas que implicaram em um acirramento das contradições que levaram à eclosão de uma crise no ano de 2008, deve-se analisar a forma com que se caracterizou o padrão de acumulação de capital sob o qual a crise emergiu.

De acordo com Carcanholo (2010a) em meados da década de 1970 a economia capitalista mundial chegou ao limite de expansão do regime de acumulação característico do período pós-segunda guerra, adentrando em uma crise econômica que se manifestou na redução da taxa de lucro e na superprodução de capital. Os primeiros sinais da crise começaram já no final dos anos de 1960 com a redução das taxas de crescimento das principais economias do mundo, passando a se manifestar de forma mais intensa a partir da

elevação do preço do petróleo em 1973 e 1974. A elevação no preço do petróleo significou um aumento no custo das matérias primas e, conseqüentemente, um impacto negativo na taxa de lucro, levando a uma redução dos investimentos. Ainda que a economia tenha apresentado uma recuperação rápida a partir da segunda metade dos anos 1970, ela voltou a se retrair na década de 1980 e dessa vez com lenta recuperação.

Ainda no final dos anos de 1970 o capital encontrou as condições que permitiriam adentrar em uma nova fase de acumulação, sendo na década de 1990 que as respostas à crise apresentam-se na sua forma mais elaborada. Dentre os fatores que constituíram a resposta do sistema à crise, destacam-se: o neoliberalismo, que a partir de suas reformas permitiram a elevação das taxas de mais-valia nos países centrais e periféricos; a acentuação da transferência de valor da periferia para o centro como uma forma de contrabalancear a queda da taxa de lucro nos países centrais e permitir aos mesmos impulsionar a sua acumulação, principalmente por meio do endividamento dos países periféricos; o imperialismo, que se manifestam das mais diversas formas devido à necessidade do capital em encontrar novas formas de valorização, acentuando a pressão pela abertura econômica e financeira dos mercados mundiais; a aceleração da rotação do capital, que permite também elevar as taxas de lucro, tendo o capital fictício como seu impulsionador (CARCANHOLO, 2010).

Além da desregulamentação do mercado de trabalho promovida pelas reformas neoliberais a desregulamentação financeira adquiriu um caráter intenso nesse período. A pressão pela desregulamentação financeira expressou-se em uma série de “inovações financeiras” que, na prática, significaram uma grande expansão da massa de capital explicitada na forma de capital fictício. Conforme explicitado no capítulo II desta monografia, o capital fictício permite aumentar o tempo de rotação do capital e se constitui em uma contratendência a queda da taxa de lucro. A partir dos anos de 1970, as reformas neoliberais centradas na desregulamentação financeira trouxeram justamente “a aceleração dessa rotação, em muito impulsionada pela exacerbação da lógica do capital fictício” (CARCANHOLO, 2010a, p.6). Como mencionamos anteriormente, o capital fictício não é capaz de produzir por si só valor, nem tampouco mais-valia. A apropriação de mais-valia por esse capital é decorrente do capital produtivo, de forma que a ampliação do montante global sob a forma de capital fictício significa que se tem uma massa cada vez maior de capital que busca se apropriar de um valor que cresce proporcionalmente menos.

O crescimento da massa de capital aplicada no setor financeiro aliou-se à transferência de valor da periferia para o centro do sistema, principalmente através do crescimento exorbitante da dívida externa dos países dependentes. O crescente endividamento desses países trouxe um impulso para a criação de novas formas de capital fictício, principalmente através da securitização⁵. Esse processo foi acompanhado pela acentuação das políticas de desregulamentação econômica nos anos 1990, configurando-se como um período de grande instabilidade financeira. A virada para o século XXI foi marcada por um cenário propício a acumulação de capital fictício diante de taxas de juro internacionais baixas, alta liquidez internacional e crescimento elevado da economia mundial. Nos EUA o crescimento econômico foi em grande medida sustentado pelo endividamento das famílias, o qual permitiu que, mesmo frente à estagnação do salário real, o consumo se mantivesse crescente. Conforme ilustrado no Gráfico 1, o *Federal Reserve Bank* (Fed) reduziu paulatinamente a taxa de juros a partir dos anos 2000, o que resultou em uma facilitação do acesso ao crédito. Foi justamente nesse período em que a taxa de juros se encontrava extremamente baixa (2002 – 2004) que foram desenvolvidos os mecanismos que culminaram na expansão dos empréstimos *sub-primes*⁶.

⁵ Simplificadamente, a securitização da dívida consiste em transformá-las em títulos que podem ser negociados no mercado secundário, dando maior liquidez às dívidas e facilitando o rolamento das mesmas.

⁶ O *sub-prime* é um empréstimo destinado às famílias que possuem renda baixa, irregular ou que possuem dificuldade de comprovar sua renda. O seu alto risco de inadimplência estimulou a criação de variadas formas de derivativos (MBC, CMO, etc) que prometiam reduzir o risco e elevar a liquidez dessas dívidas.

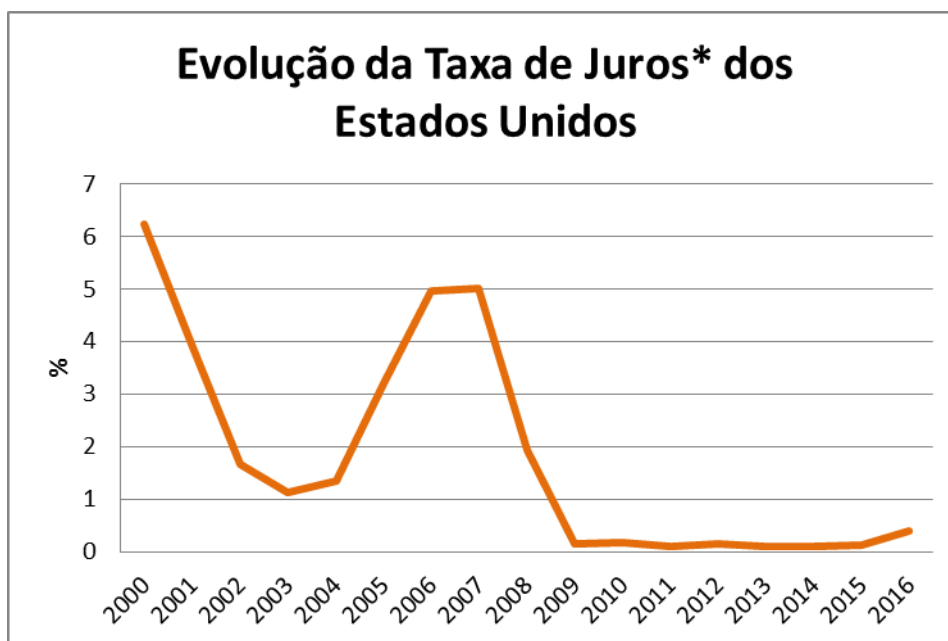


Gráfico 1: Evolução da taxa de juros (Effective Federal Funds Rate) dos Estados Unidos

Fonte: Federal Reserve Economic Data. Elaboração da autora.

* Effective Federal Funds Rate, Percent, Annual, Not Seasonally Adjusted.

Em 2001, o chamado “estouro da bolha especulativa” das chamadas empresas *pontocom* - ou seja, a superprodução do capital fictício correspondente às empresas de alta tecnologia - significou a desvalorização de uma massa de capital que passou a necessitar de um novo espaço para acumulação. Esse novo espaço de valorização foi o mercado de imóveis, justamente o setor em que houve o estouro da crise de 2008. A expansão do mercado imobiliário estadunidense se deu principalmente pela ampliação dos empréstimos bancários via crédito hipotecário. De acordo com Cipolla e Aquino as hipotecas podem constituir uma forma de capital fictício:

As hipotecas também podem originar capital fictício. Por um lado, uma soma de dinheiro é emprestada a um mutuário e em contrapartida um papel é emitido representando o direito a receber o principal e o juro deste empréstimo. Por outro, a soma de dinheiro é transferida a uma empresa que produziu uma casa. Mas o dinheiro do empréstimo não existe nem nas mãos do Banco nem nas mãos do mutuário, mas sim nas mãos da construtora que deixou em contrapartida a casa nas mãos do mutuário. Assim, a hipoteca pode ser vendida como capital, pois dá direito ao recebimento dos juros do empréstimo imobiliário. Pode continuar sua vida de capital, pois a sua posse dá direito a um fluxo de renda. O preço desse fluxo de renda é capitalizado às taxas de juros correntes e daí tira o banco o seu ganho já que emitiu a hipoteca a taxas de juros mais altas (AQUINO & CIPOLLA, 2008, p.16).

O crescimento do mercado hipotecário por meio das hipotecas *subprime* teve como base a expectativa de contínua valorização das casas reais hipotecadas. Como consequência, a

elevação da demanda por imóveis levou a um aumento no preço dos mesmos, possibilitando o refinanciamento das hipotecas. Os recursos tomados emprestados para o refinanciamento permitiam não apenas o pagamento dos débitos anteriores como também a compra de novos imóveis, o que alimentou ainda mais a elevação de preços e gerou um endividamento crescente das famílias. Assim, parte da massa salarial tornou-se base para um crescimento substancial do capital fictício, o qual contribuiu para reduzir o tempo de rotação do capital e elevar a taxa de lucro.

A partir de um empréstimo feito a um mutuário que busca adquirir um imóvel, o banco tem direito a um empréstimo de longo prazo. A possibilidade de vender essa hipoteca faz com que o banco recupere o dinheiro anteriormente emprestado, visto que os rendimentos que a hipoteca rende permitem que a mesma seja vendida enquanto capital. Dessa forma, o banco consegue mais rapidamente reaver o dinheiro, estando este disponível para um novo empréstimo que poderá ser utilizado na compra de novos imóveis, estimulando o setor de construção civil. Assim, o mercado secundário de hipotecas se apresenta enquanto “uma forma de acelerar o circuito D-D’ e assim fazer com que o rápido retorno do dinheiro permita a abertura de um novo crédito” (AQUINO & CIPOLLA, 2008). A maior disponibilidade de créditos aumentou ainda mais a intensificação da acumulação de capital fictício, alimentando um ciclo especulativo em que “a elevação dos preços dos imóveis permitia a ampliação dos empréstimos para novas compras de imóveis, que voltavam a elevar os preços dos imóveis, e assim por diante” (CARCANHOLO, 2010a, p. 8).

Todavia, os rendimentos do capital fictício partem da esfera real da economia e não podem se sustentar por conta própria, de forma que esse movimento autoexpansivo apenas consegue se sustentar enquanto o preço das casas reais estiver em alta. De acordo com Martins (2007) a “arquitetura financeira” construída nesse período visando por meio de diversas operações dispersar o risco não pode se manter indefinidamente porque esse movimento depende dos determinantes da acumulação da economia real, como por exemplo do ramo da Construção Civil:

(...) o ramo da Construção Civil é um ramo da indústria e obedece aos determinantes gerais da acumulação de capital dos demais ramos industriais. Quer dizer, essa “arquitetura financeira” depende sempre da arquitetura real da indústria da Construção Civil e dos preços de novas casas no mercado imobiliário dos EUA. E essa evolução dos preços das casas, da mesma forma que a evolução dos preços em geral das mercadorias industrializadas da economia, acaba finalmente determinando, em um ponto próximo do final do ciclo econômico geral, a tendência à elevação da

taxa de juros das hipotecas e a luz vermelha para as operações dos bancos e outros players do sistema. (MARTINS, 2007, p.2)

A partir de 2004 a taxa de juros começa a se elevar e o consequente aumento da inadimplência causou a elevação do número de imóveis tomado pelos bancos. É no segmento de mercado de maior risco - as hipotecas *subprime* - que se manifestaram os primeiros sinais de esgotamento desse sistema: a redução da oferta de crédito e incapacidade dos devedores em saldar ou refinar suas dívidas. Conforme explícito no gráfico 1, a partir de 2006 a taxa de juros se eleva de forma mais brusca, e como consequência o preço dos imóveis começa a cair mais intensamente. A queda no preço dos imóveis torna menos atrativa a venda dos títulos hipotecários nos mercados secundários e dificulta o acesso do refinanciamento por parte dos devedores. A dificuldade em refinar a dívida hipotecária e o reajuste das taxas de juro dos contratos das hipotecas teve como consequência uma elevação da inadimplência. Diante dos riscos, os credores buscam vender seus ativos na tentativa de recuperar a liquidez dos mesmos. Os bancos e instituições financeiras ficam mais relutantes em realizar empréstimos devido a maior probabilidade de inadimplência e elevam a taxa de juros de seus empréstimos. O aumento da venda de títulos hipotecários e a redução da demanda por casas gera uma redução ainda maior no nível de preços, causando um efeito cumulativo reverso em que cada vez mais se potencializa a reversão cíclica de acumulação de capital fictício.

Dessa forma, se expressa em 2008 no setor imobiliário estadunidense o início de uma reversão cíclica que é resultado da superprodução de capital inerente às contradições internas da acumulação agravadas pela predominância do capital fictício. A explosão da crise no setor financeiro expressou uma superprodução generalizada de capital, que viria a se evidenciar posteriormente no setor produtivo da economia.

3.2 A Crise no Setor Produtivo

Manifestando-se a priori no setor financeiro, as contradições da acumulação de capital não tardaram em se expressar no setor produtivo da economia estadunidense. Desde 2003 o ritmo de acumulação da economia mundial e, principalmente, da estadunidense se fazia intenso, trazendo consigo a elevação da produtividade e o consequente aumento da massa de mercadorias produzidas. Conforme já exposto detalhadamente no capítulo II desta monografia, é condição para a elevação da produtividade a redução da massa de mais-valia

apropriada relativamente ao montante de capital constante investido. Ao mesmo tempo em que a economia estadunidense ampliava intensamente sua produção industrial, a massa de lucro das grandes corporações e os investimentos - movimentos que podem ser verificados respectivamente no gráfico 2, 3 e tabela 1 - o faziam com base em um incremento de massa de mais-valia acumulada cada vez menor. Tal movimento foi intensificado pelas possibilidades que a elevação da massa de capital fictício trouxe para o incremento da produção real por meio da redução do tempo de rotação do capital. O resultado dessa superprodução de capital foi a reversão cíclica, que se expressou tanto na crise financeira quanto em uma queda abrupta da produção industrial; nas taxas de acumulação e na exploração dos trabalhadores.

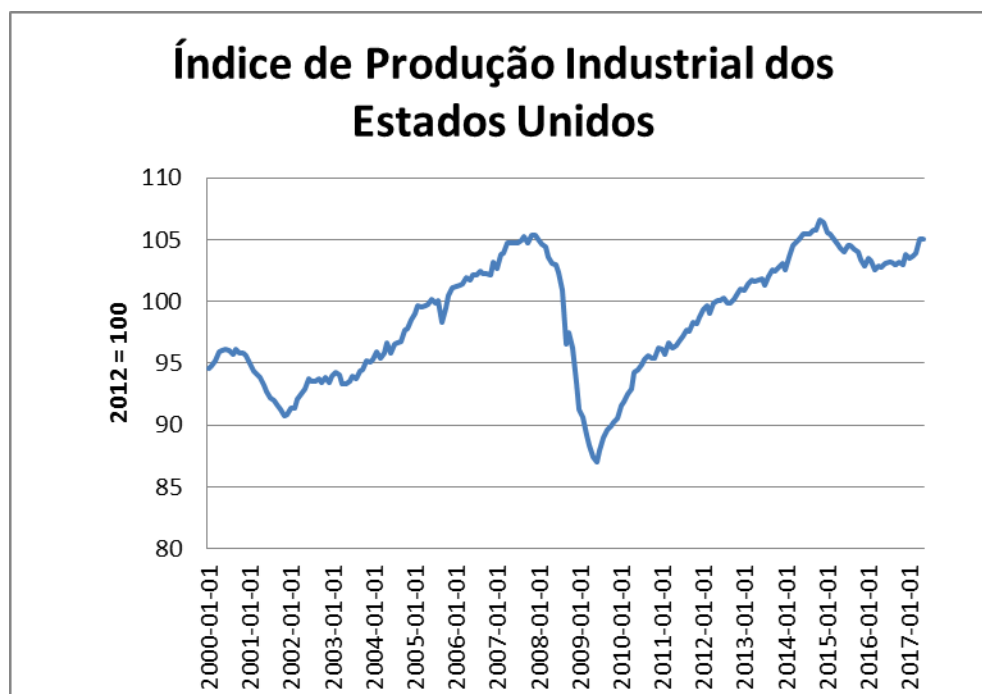


Gráfico 2: Índice de Produção Industrial dos Estados Unidos

Fonte: FRED. Elaboração da autora.

Os primeiros sinais de reversão cíclica no setor produtivo da economia estadunidense ocorreram no final do ano de 2007 com a estagnação da produção industrial, conforme ilustrado no gráfico 2. A produção de máquinas – que aqui nos interessa em específico por ser um importante indicador do ritmo de acumulação de capital - passou a apresentar uma queda expressiva ainda no ano de 2007, reduzindo a produção em 5,7% no 4º trimestre de 2007 e em 2,8% no 1º trimestre de 2008 (MARTINS, 2008a). É a partir do ano de 2008 que a produção

industrial sofre queda intensa. O Índice de Produção Industrial⁷ divulgado pelo Federal Reserve Economic Data (FRED) tendo como ano base 2012, sai do valor de 105,32, em dezembro de 2007, para o patamar de 87,06% em junho de 2009. Da mesma forma, a Capacidade de Utilização Industrial passou de 81,0% em dezembro de 2007 para 66,7% em junho de 2009.

A elevação do ritmo de acumulação nos anos que antecederam a crise promoveu uma elevação no volume de trabalhadores empregados e no nível de salários. Conforme dados do FRED e do Bureau of Labor, respectivamente, em 2007 a taxa de desemprego era de apenas 4,6% e os salários dos trabalhadores industriais apresentavam tendência de alta intensa na virada do ano de 2006 para 2007, de acordo com o gráfico 4. Essa elevação do nível de salários pressionou as taxas de lucro para baixo, sendo que a partir de julho de 2006 o lucro das corporações não-financeiras estadunidenses começou a cair, conforme pode ser observado no gráfico 3. Conjuntamente a queda da produção e dos lucros, tem-se uma elevação do *custo unitário da força de trabalho* que de acordo com Martins (2008b) é uma medida da taxa de exploração da força de trabalho e da produtividade. O custo unitário da força de trabalho passa de -3,2% no primeiro trimestre de 2008 para 3,1% no terceiro trimestre do mesmo ano, revelando uma grande queda na produtividade (MARTINS, 2008b).

⁷ O Índice de Produção Industrial aqui expresso é de base fixa, o que significa que o seu valor indica a porcentagem de produção industrial de um determinado ano com relação ao ano tomado como base, que nesse caso é equivalente ao ano de 2012.



Gráfico 3: Lucro das corporações não financeiras estadunidenses

*Corporate profits with inventory valuation and capital consumption adjustments: Domestic industries: Nonfinancial, Billions of Dollars, Quarterly, Seasonally Adjusted Annual Rate.

Fonte: FRED. Elaboração da Autora.

Diante da queda da taxa de lucro e da redução da produtividade, o nível de acumulação também caiu. A Formação Bruta de Capital Fixo na economia estadunidense passou a apresentar um crescimento cada vez menor a partir do ano de 2005, atingindo a taxa de crescimento negativa de 3,23%, em 2007. Em 2009 a redução chegou a 13,54%, conforme se pode observar na Tabela 1. A queda da produção industrial e a redução dos investimentos expressou a necessidade do capital em recompor o exército industrial de reserva que permitiria patamares mais elevados de produtividade e de exploração.

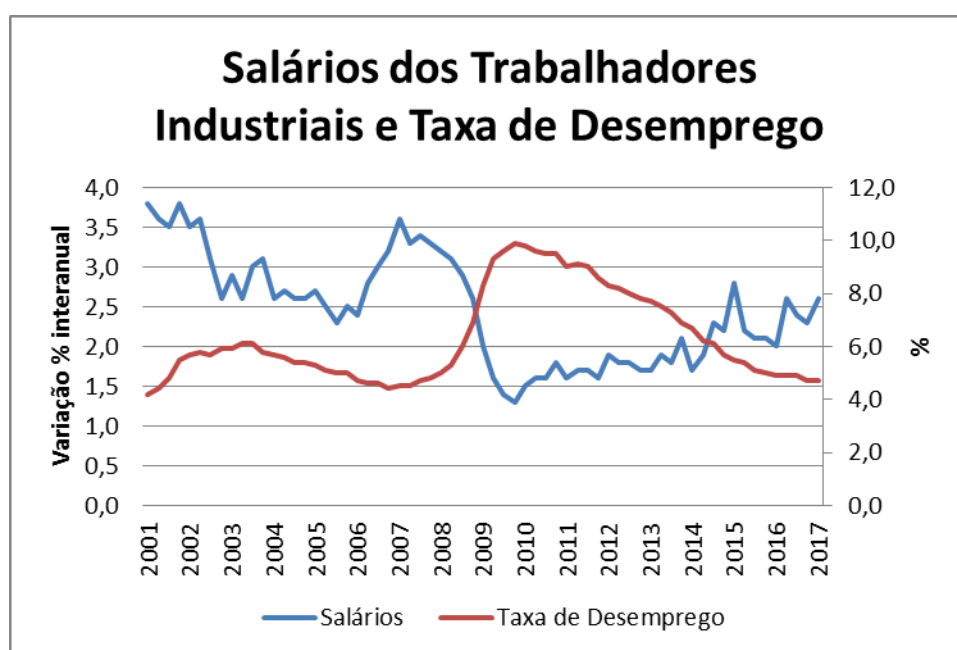
Ano	Formação Bruta de Capital Fixo (Bilhões de US\$)	Varição Anual (%)
2004	675,3	9,183508488
2005	745,3	10,36576336
2006	791,6	6,212263518
2007	800,4	1,111672562
2008	772,9	-3,435782109
2009	668,2	-13,54638375
2010	672,8	0,688416642
2011	709,0	5,380499405
2012	766,1	8,053596615

Tabela 1: Formação Bruta de Capital Fixo dos Estados Unidos

Fonte: FRED. Elaboração da autora.

Os mesmos mecanismos que geravam a queda da acumulação e a estagnação produtiva elevavam a superpopulação relativa de trabalhadores e contribuíam para uma queda no nível de salários. No interior da crise, surgiram os próprios mecanismos que permitiriam reestabelecer o ritmo de acumulação, destacando-se a redução dos salários e o aumento do desemprego. Em três anos a taxa de desemprego estadunidense mais que dobrou, saindo do patamar de 4,6%, em 2007, para 9,6%, em 2010. A elevação do desemprego contribuiu para a redução do nível de salários a fim de contrabalancear a queda da taxa de lucro, permitindo uma nova reversão no ciclo econômico.

O movimento da queda dos salários impulsionado pelo aumento do exército industrial de reserva pode ser ilustrado a partir do gráfico 4, que expressa a trajetória dos salários dos trabalhadores industriais durante o intervalo dos anos de 2001 a 2017. Percebe-se que a elevação dos salários nos anos imediatamente anteriores à eclosão da crise (2006-2007) no momento de intensificação da acumulação capitalista encontrou o seu limite na virada de 2007 para 2008. A queda na produção, no investimento e a elevação do desemprego contribuíram para reduzir os salários a partir do ano de 2008, encontrando um pico de baixa no quarto trimestre de 2009.

**Gráfico 4: Salário dos trabalhadores industriais e taxa de desemprego nos estados unidos**

Fonte: FRED e Bureau of Labor. Elaboração da autora.

A partir da elevação do grau de exploração da força de trabalho e da transferência do ônus da crise para os demais países a economia estadunidense consegue se recuperar da crise com relativa rapidez. Tanto o lucro das corporações financeiras quanto o das não-financeiras passa a apresentar tendência de alta já no final do ano de 2009. A produção industrial também passa a crescer nesse mesmo período, atingindo em 2014 um valor superior ao do pico de produção anterior a crise. Conforme ilustrado na Tabela 1, a formação bruta de capital fixo lentamente também passa a se elevar, apresentando em 2012 um crescimento de 8,05%, valor superior ao crescimento ocorrido em 2006. A taxa de desemprego também volta a se reduzir paulatinamente, atingindo em 2016 o valor de 4,9%, praticamente a mesma taxa do período anterior à eclosão da crise, conforme ilustra o Gráfico 4. Todavia, a superação da crise e o início de um novo ciclo de acumulação vieram conjuntamente a uma compressão do nível de salários que se recupera ainda de maneira lenta.

Além do papel essencial da elevação da taxa de exploração para a recuperação das taxas de acumulação na economia de ponta do sistema, cabe analisar as ações do governo estadunidense e do FED diante da eclosão da crise. Aos primeiros sinais da crise no mercado imobiliário o FED passou a reduzir paulatinamente a taxa de juros básica, chegando em 2009 ao valor de 0,16% e mantendo-se próximo a esse patamar nos anos seguintes. A política do FED visava incentivar o consumo, estimular a produção ampliando o acesso ao crédito e elevar a liquidez da economia para salvar o setor financeiro através de um intenso endividamento estatal. Com os primeiros sinais de falência do *Bear Stearns* – o quinto maior banco de investimentos dos EUA por décadas – o FED socorreu pela primeira vez desde a crise de 1929 um agente intermediário (MARTINS, 2008c). A partir daí, uma soma gigantesca de dinheiro foi canalizada do governo para os bancos privados, na esperança de estancar a crise financeira e a quebra generalizada. Todavia, a falência de grandes bancos de investimento como o *Bear Stearns* e do *Lehman Brothers* foi inevitável. No final de 2008, a estimativa é de que a soma de dinheiro com operações de resgate já batia o recorde de U\$S 4,6 trilhões, valor correspondente a um terço do Produto Interno Bruto do país no mesmo ano (MARTINS, 2008d). No setor produtivo a ação do estado foi semelhante e o governo atuou injetando quantidades enormes de dinheiro nos cofres de grandes corporações para evitar suas falências. Como exemplo, destacam-se os planos de reestruturação que o governo ofereceu às

montadoras *General Motors* e *Chrysler*, que decretaram falência em abril e junho de 2009, respectivamente. De acordo com Barros e Pedro:

As principais ações governamentais foram as seguintes: (a) criação, em dezembro de 2008, de um programa de apoio financeiro à GM e à Chrysler,⁶ no montante de US\$ 23 bilhões, condicionado à aceitação de planos de reestruturação;⁷ (b) assistência de US\$ 7,4 bilhões aos bancos das duas montadoras, a fim de evitar uma grande redução nos financiamentos de veículos; (c) estabelecimento de um programa de suporte aos fornecedores considerados cruciais para a GM e a Chrysler, totalizando US\$ 5 bilhões; (d) implementação de um programa para assegurar as garantias dos veículos em caso de falência das montadoras, no valor de US\$ 1,1 bilhão; e (e) criação de um escritório para coordenar a assistência aos trabalhadores demitidos em decorrência da crise no setor automotivo (BARROS; PEDRO, 2011, p.177).

Como resultado, teve-se uma brutal elevação da dívida pública estadunidense. De acordo com dados do FRED, no final de 2007 a dívida pública equivalia a 62,84% do PIB, passando para o patamar de 84,5%, no final de 2009. A ampla atuação do governo buscando salvar os grandes bancos e corporações explicita a relação necessária entre o governo e o mercado, a qual não é novidade ao menos desde que Marx caracterizou o estado como um balcão de negócios da burguesia. A ideologia que insiste em professar sobre as benesses do livre mercado e vê nos Estados Unidos sua expressão máxima, permaneceu calada diante da necessidade de aporte estatal ao capital.

Aliada à elevação da exploração da força de trabalho, a transferência da crise para os demais países foi crucial para permitir a restauração do ritmo de acumulação nos EUA. Como a economia estadunidense é reguladora de toda a economia mundial, o movimento de queda na acumulação de capital estadunidense se espalhou por todo o sistema econômico mundial e trouxe grandes impactos para a América Latina.

3.3 A Transferência da Crise para as Economias Dependentes

Para compreender a forma com que as economias latino-americanas foram atingidas pela crise de 2008, faz-se necessário analisar como esses países se inseriram no regime de acumulação de capital sob o qual emergiu a crise. Para tanto, é preciso discutir a maneira com que a América Latina se introduziu nas exigências impostas pelo capital no novo ciclo de acumulação que teve início na década de 1970, caracterizado pela predominância do capital fictício e pelas reformas neoliberais.

As reformas neoliberais que emergiram no fim da década de 1970 e se intensificaram na década de 1990 introduziram na América Latina um novo padrão de acumulação de capital, que rompeu com as tentativas de industrialização e se expressou em uma especialização da produção latino-americana voltada às exportações de matérias-primas. É sob essa nova configuração que a crise de 2008 atinge os países dependentes latino-americanos.

A análise a seguir busca caracterizar a situação da América Latina perante a crise, destacando que o Brasil se encontra em situação semelhante aos demais países latino-americanos – distante, portanto, do conceito de país “emergente”.

3.3.1 O Papel do Endividamento Latino Americano na Acumulação Capitalista

A superprodução de capital que foi característica dos anos de 1970 nas economias centrais trouxe a necessidade de buscar nos países periféricos novos espaços de valorização para esse capital em demasia, principalmente sob a forma de financiamento e de Investimento Externo Direto (IED). Essa abundância de capital estrangeiro foi, a priori, vista e defendida como uma possibilidade da América Latina intensificar o seu desenvolvimento industrial e se fortalecer economicamente. O resultado da massiva entrada de capitais estrangeiros na América Latina foi um profundo endividamento externo, o qual viria a se transformar na principal forma de transferência de valor da periferia para o centro do sistema, além de um eficiente mecanismo de dominação política dos países periféricos, por parte dos países centrais.

A quantidade de recursos drenada para os países centrais a partir da década de 1970 foi um importante mecanismo para contrapor a tendência à queda da taxa de lucro. Seja por meio da remessa de lucros dos IED, seja pelo serviço da dívida, uma imensa quantia de valor foi transferida nesse período para o centro do sistema. Como consequência, o peso dos empréstimos feitos a nível internacional pelos bancos estadunidenses se elevou. Para ilustrar a robustez e a importância desse fluxo de capital, no Bank of America os lucros das operações internacionais atingiu 21% do total dos lucros em 1972 e subiu para 40% do total em 1976; no Manufactures Hanover e no JP Morgan os lucros decorrentes das operações internacionais passaram dos 50%, no Citibank e no Chase Manhattan passaram dos 70% (KUCINSKI, 1987 p.138).

A América Latina teve papel central nesse processo, remetendo aos bancos dos países desenvolvidos cerca de US\$ 133 bilhões apenas entre os anos 1981 e 1985, valor esse que se aproxima ao que custou a Guerra do Vietnã ao Tesouro americano (ibid., p.17). Essa imensa quantia de dinheiro que adentrou nos bancos dos países centrais ao mesmo tempo em que permitiu a intensificação da acumulação, aprofundou a lógica do capital fictício e a superprodução de capital que culminou no esgotamento deste regime de acumulação, expresso na crise de 2008.

Ao contrário do prometido, apenas uma parte muito pequena do endividamento se traduziu em dinheiro que de fato foi incorporado às economias dependentes. Na realidade, o aporte dos investimentos produtivos teve uma importância pífia frente ao endividamento. Mais da metade da dívida contraída na América Latina entre os anos de 1976 e 1981 foram pagos em forma de juros e amortizações da dívida, enquanto apenas uma minoria pode ser despendida em investimentos produtivos:

Entre 1976 e 1981, apogeu do endividamento, a América Latina contraiu US\$ 272,9 bilhões em empréstimos. Mas desse total, apenas 8,4 por cento ou 22,9 bilhões, efetivamente entraram no continente, podendo ou não ter sido usados para investimentos produtivos. Mais de 60% nunca entraram, pois foram pagos aos mesmos bancos como amortizações de dívidas anteriores ou juros. Outros 22,9 bilhões também ficaram nos bancos, como reservas, uma espécie de garantia adicional para a própria dívida. E 56,6 bilhões saíram na forma de fuga de capital. (KUCINSKI, 1987, p.9)

A forma com que a constante elevação do endividamento não se traduziu em um correspondente aumento dos investimentos produtivos pode ser mais bem entendida a partir da compreensão do automatismo da dívida⁸ – ou seja, a forma com que o endividamento leva automaticamente a mais endividamento e a dívida se traduz cada vez mais em um fluxo de dinheiro que sai dos países periféricos sem neles adentrar. Diante da impossibilidade dos saldos das balanças comerciais cobrirem o pagamento do serviço da dívida, tornou-se necessária a obtenção de novas dívidas para realizar o pagamento do serviço das antigas. Assim, tem-se uma quantidade ainda maior de empréstimos feitos para pagar o serviço da dívida, que dessa vez encontra-se ainda mais elevado. Em outras palavras, a dívida é paga com a aquisição de novas dívidas, que levam a elevação da taxa de juros e ao consequente elevação dos serviços da dívida, adentrando em uma espiral que torna o crescimento da dívida pública um mecanismo inerente a mesma. Além disso, cerca de 70% dos empréstimos (ibid.,

⁸ O automatismo da dívida foi um conceito desenvolvido por Franz J.Hinkelammert no livro *A Dívida Externa da América Latina* (1989).

p.102) contraídos pela América Latina eram feitos sob juros flutuantes e uma elevação pequena da taxa de juros já seria suficiente para ampliar sobremaneira a quantidade de recursos enviados ao exterior.

Os mecanismos de retroalimentação da dívida aliam um crescimento do endividamento muito superior ao incremento da capacidade produtiva que a mesma promove, gerando um mecanismo insustentável. A explosão da dívida nos países latino-americanos tornou cada vez mais difícil realizar o pagamento dos seus serviços, de forma que reduções na liquidez internacional e elevações das taxas de juro viriam a ter impactos elevados na capacidade de pagamento desses países. O golpe fatal que viria a derrubar as economias dependentes seria a elevação brusca da taxa de juros a partir do ano de 1979, que saiu de 9% para 21,5%, em 1981. Diante do caráter flutuante dos juros da maior parte dos contratos da dívida, a situação latino-americana piorou de forma brusca, visto que “a cada ponto adicional da taxa de juros a América Latina tinha que pagar mais US\$ 1,8 bilhão por ano” (ibid., p.172). Durante os anos de 1979 a 1985 a quantidade de dinheiro que saiu da América Latina via pagamento dos juros da dívida se elevou bruscamente, mas ainda assim a dívida continuou a se elevar. Nesse período, “a América Latina pagou 209,7 bilhões em juros e sua dívida, em vez de diminuir, dobrou, chegando a US\$ 368 bilhões” (ibid., p.172).

A nova conjuntura internacional aliada ao crescente endividamento levou uma série de países a decretar a moratória, processo que se iniciou pelo México em 1982. A incapacidade dos países de continuar pagando suas dívidas levou a uma fuga de capitais que tornou ainda mais complicado o refinanciamento das mesmas, agravando o movimento de inadimplência que se estendia por toda a América Latina. Nesse momento, intensificaram-se uma série de acordos com o FMI e outros organismos internacionais que impunham aos países dependentes um conjunto de obrigações de políticas econômicas em troca de empréstimos. Essas políticas consistiam no aprofundamento das reformas neoliberais, na liberalização e desregulamentação dos mercados e na execução de um “ajuste fiscal” e um “ajuste exportador”, visando obter um superávit primário para garantir o pagamento dos juros da dívida. De acordo com Hinkelammert, esse momento marca a predominância do pagamento da dívida como o elemento que irá condicionar as políticas econômicas desses países:

(...) as exigências do pagamento da dívida condicionam agora completamente as sociedades latino-americanas. Do pagamento da dívida deriva a determinação da política econômica e fiscal dos países. Os governos da América Latina perdem sua soberania na própria determinação desta política que agora é elaborada, em seus delineamentos fundamentais, pelos países credores. Continua a política de vincular o

financiamento externo a projetos concretos. No entanto, além disso, o conjunto do financiamento externo é agora vinculado a esta determinação da política econômica e fiscal pelos governos estrangeiros. A garantia desta submissão se torna agora o próprio aparelho militar, apoiado na chantagem com o financiamento externo. (HINKELAMMERT, 1989, p.53)

Os impactos dessa nova conjuntura nacional e das políticas econômicas voltadas a preservar o pagamento do serviço da dívida causaram uma recessão de grande magnitude para os países dependentes. Os ajustes fiscais dificultavam sobremaneira os investimentos estatais em obras necessárias para expandir a industrialização; a abertura dos mercados permitia que os capitais internacionais derrotassem os nacionais; o “ajuste exportador” restringia as importações sob as quais a indústria dependente se baseava; os estímulos às exportações frente a um cenário de queda no preço dos bens exportados pela América Latina agravava a necessidade de elevar a massa de alimentos e matérias-primas exportadas - já que a elevação do saldo comercial na América Latina depende mais da massa de mercadorias exportadas que de elevações da produtividade, conforme salientado por Marini.

Ao invés de permitir o crescimento econômico e o avanço da industrialização, o endividamento levou a economia latino-americana para o caminho contrário, regredindo para formas antigas de dominação e dependência. A chamada “década perdida” marcou o rompimento com a estratégia de substituição de importações. Para os trabalhadores as consequências só poderiam ser trágicas: a inflação gerou uma transferência de renda dos trabalhadores para os capitalistas; a estagnação econômica elevou o desemprego e conseqüentemente reduziu os salários, bem como a necessidade de deprimir a demanda interna para desestimular as importações também impactavam negativamente nos salários. A crise da dívida e a submissão das políticas econômicas a manutenção do pagamento da dívida teve como contrapartida a acentuação brutal da superexploração do povo latino-americano.

A manutenção do endividamento e o não pagamento na dívida no curto prazo decorrentes da crise foram extremamente benéficas para o setor financeiro internacional. Qualquer saída para a crise que reduzisse o endividamento dos países latino-americanos era uma saída menos lucrativa que o aprofundamento do endividamento e a manutenção dos pagamentos periódicos dos juros da dívida, que proporcionavam uma transferência muito maior de dinheiro e mantinham os países dependentes mais vulneráveis às pressões externas. Em outras palavras, aos banqueiros não interessava que as dívidas fossem quitadas, mas sim

que fosse garantido um fluxo contínuo de dinheiro para pagar os juros das mesmas. De acordo com Kucinski:

Se um país aproveitasse uma melhora do mercado financeiro, levantando empréstimos a taxas de risco menores para liquidar os anteriores, isso reduziria os lucros dos bancos. Para impedir que isso acontecesse os bancos valiam-se de dois métodos: inseriam cláusulas especiais nos contratos impondo penalidades por pagamento antecipado, como ocorreu com 60% dos empréstimos de médio prazo contraídos pelo Peru entre 1971 e 1976; ou ousavam a “persuasão moral”, isto é, ameaçavam o devedor com retaliações. (KUCINSKI, 1987, p.140)

Frente ao crescimento pífio das economias latino-americanas após aplicadas as reformas impostas pelo FMI e pelo Banco Mundial, o fracasso do neoliberalismo precisava encontrar uma justificativa para continuar seu aprofundamento nesses países. O malabarismo teórico encontrado por essas organizações internacionais foi de que as medidas haviam fracassado por não terem sido implantadas em sua plenitude. Em 1989 o Consenso de Washington⁹ estabeleceu um conjunto de medidas a serem aplicadas pelos países latino-americanos a fim de assegurar a continuidade do pagamento dos serviços da dívida e aprofundar a liberalização comercial e financeira. As medidas indicadas foram dez: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; eliminação de barreiras ao Investimento Estrangeiro Direto; privatizações das estatais; desregulamentação da economia e do mercado de trabalho; e, por fim, o direito a propriedade intelectual.

De acordo com Amaral (2006) é especialmente durante a década de 1990 que se consolida a predominância do capital fictício na acumulação de capital dos países periféricos, marcando a subordinação do capital produtivo ao movimento especulativo do capital. Dessa forma, a dependência dos países latino-americanos ganha a particularidade de residir principalmente na “transferência de recursos (valor, nos termos marxistas) na forma financeira, através do pagamento de juros e amortizações em razão de endividamentos externos crescentes” (AMARAL, 2006, p.15).

⁹ Diante a fragilidade de sustentar o aprofundamento das reformas neoliberais perante o seu evidente fracasso em alavancar as economias latinoamericanas durante a década de 1980, em novembro de 1989 o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento reuniram-se com funcionários do governo estadunidense e com economistas latinoamericanos para discutir a situação da América Latina. O conjunto de políticas econômicas recomendadas para os países dependentes resultadas dessa reunião foram chamadas de “Consenso de Washington”.

A partir de então, a estratégia neoliberal de desenvolvimento imposta aos países latino-americanos encontra a sua forma mais acentuada. A constatação feita era de que a estratégia de substituições de importações havia se esgotado, de forma com que apenas seria possível inserir os países periféricos no novo processo de globalização a partir de reformas estruturais pautadas da liberalização comercial, financeira e na desregulamentação dos mercados (AMARAL, 2006). O discurso centrado no combate a inflação foi a principal via de implantação e aprofundamento das reformas neoliberais propostas pelo Consenso de Washington. Nesse período, surge na América Latina uma série de planos de combate à inflação baseados na supervalorização da moeda local, no ajuste fiscal, nas privatizações e na abertura da conta capital e financeira dos países latino-americanos. Dentre as políticas e planos implantados na América Latina tendo esse objetivo, o caso mais emblemático é o da Argentina, em que durante 10 anos (1991-2001) o peso foi atrelado ao dólar na paridade de um para um.

O reflexo da liberalização financeira e comercial aliada à valorização da moeda conseguiu – ainda que com muito esforço e uma série de tentativas falhas – controlar o nível de preços. Todavia, o preço a ser pago foi elevadíssimo: a indústria nacional destes países ficou ainda mais fragilizada, a busca pela redução da demanda interna acarretou em uma baixa de salários, o desemprego elevou-se e diante dos juros elevados a dívida pública interna se elevou intensamente. Tais reformas se constituíram no momento em que a resposta que o capitalismo deu para a crise de 1970 veio em sua forma mais acabada, fornecendo um amplo mercado para o capital produzido em excesso no centro. Como contrapartida, a América Latina adentrou o século XXI revivendo antigas formas de dependência, aliadas a predominância do capital financeiro.

3.3.2 O Novo Padrão Exportador Latinoamericano

As reformas neoliberais iniciadas a partir da década de 70 e que atingiram seu ápice na década de 90, foram pouco a pouco impactando na estrutura produtiva latino-americana e trazendo mudanças substanciais na forma que a dependência se expressa na região. A desindustrialização, a ruptura com uma estratégia nacional de desenvolvimento e a presença da dívida externa enquanto balizadora da política econômica levou a um novo posicionamento da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho. Jaime Osório (2012) identifica essas

transformações na região como a consolidação de um novo padrão exportador de especialização produtiva.

O enfoque na obtenção de superávits comerciais visando o pagamento de juros da dívida e o aniquilamento de parte considerável do mercado interno diante das políticas de combate a inflação, aprofundaram o caráter exportador das economias dependentes. As exportações latino-americanas que representavam 14,5% do PIB, em 1990, passaram a representar 23,6%, em 2008¹⁰. A região passou cada vez mais a exportar produtos menos diversificados, especializando-se na exportação de matérias primas e bens industriais de pequena elaboração derivados da agricultura e dos minérios. A exportação de bens industrializados de maior tecnologia, como os produzidos pelo setor automobilístico e o setor eletrônico, centraram-se principalmente na montagem de produtos e contaram com a participação ampla do capital estrangeiro (OSÓRIO, 2012). No período de 2000 a 2009, a composição das exportações variou significativamente: a participação das matérias primas nas exportações aumentaram 9% enquanto os bens manufaturados de alta, baixa e média tecnologia regrediram mais de 10% durante o mesmo período, conforme pode ser analisado na Tabela 2.

Período	Matérias primas	Manufaturas baseadas em recursos naturais	Manufaturas com tecnologia baixa, média e alta	Serviços
2000-2002	25,0	16,2	51,9	6,8
2007-2009	34,1	18,4	41,1	6,4

Tabela 2: Distribuição setorial das exportações latino-americanas e do caribe por setor, em %

Fonte: CEPAL, Panorama de la inserción internacional de La America Latina y del Caribe 2009-2010. Elaboração da autora.

A ampliação das exportações e a sua especialização em produtos que conferiam supostas vantagens comparativas¹¹ para a América Latina foi vista por grande parte dos economistas como um indicador de desenvolvimento e de força econômica. A defesa de que essas transformações foram benéficas para os países dependentes é fruto da incapacidade de

¹⁰ Fonte: CEPALSTAT.

¹¹ A Teoria das Vantagens Comparativas sugere que os países devem se especializar em produzir aquilo que o fazem com maior facilidade. Ela surgiu a partir dos escritos de David Ricardo, que defendia a especialização de Portugal na produção de vinhos e da Inglaterra na produção de tecidos. Como cada país estaria produzindo apenas aquilo que faz com menos trabalho, a quantidade total produzida pelos países seria menor do que se não houvesse a especialização. A explicação de David Ricardo a cerca do comércio exterior pode ser encontrada no capítulo VII do seu livro Princípios de Economia Política e Tributação. Já no capítulo XXXI da mesma obra intitulado “Sobre a Manufatura”, o autor demonstra uma opinião contrária a estabelecida no capítulo sobre o comércio exterior e admite que os países que trocam produtos não manufaturados por produtos manufaturados estariam em desvantagem nas trocas internacionais. Além disso, a Teoria das Vantagens comparativas deturpou a base fundamental sob a qual ela foi conduzida nos escritos de David Ricardo, que é a teoria do valor-trabalho.

compreender a diferença entre a aparência e a essência do fenômeno da desindustrialização e expressam carência de um método propriamente científico de análise. Todavia, tal deficiência não se consiste em mero equívoco, mas sim em uma necessidade de sustentar teoricamente essas transformações altamente lucrativas para a classe dominante latino-americana.

O que permitiu a sustentação da defesa de que essas transformações estavam sendo benéficas para a América Latina foi o fato de que as suas reais consequências foram encobertas por uma conjuntura favorável, onde o intenso ritmo de acumulação nos países centrais aliou-se a uma alta acentuada no preço das mercadorias exportadas pelos países dependentes. Tal conjuntura tornou possível que a obtenção de recursos provenientes das exportações e da alta na liquidez internacional fosse suficiente para garantir o pagamento dos juros e amortizações da dívida e ainda fazer pequenas concessões à classe trabalhadora. Mostrou-se possível realizar um abrandamento temporário da superexploração da força de trabalho ao mesmo tempo em que se aprofundava a dependência. A possibilidade que tais condições trouxeram de ganhos à classe trabalhadora tornou-se efetiva por conta das inúmeras mobilizações populares que passaram a ocorrer principalmente a partir da década de 1990. Quanto a tais mobilizações e transformações políticas e sociais delas decorrentes, cabe salientar que houve processos de caráter muito distintos na América Latina: enquanto na Venezuela, Bolívia e Equador a Revolução Bolivariana, apesar de todas as suas contradições, buscou romper com o imperialismo através de reformas estruturais, colocando o povo no centro das decisões políticas, em países como a Argentina, Brasil e Uruguai os governos que se elegeram com base em um discurso crítico ao neoliberalismo abdicaram de uma estratégia de ruptura, dando continuidade a essa mesma política econômica. Quanto a esses últimos, cumpriram a função de apaziguar as mobilizações de massa na medida em que conciliavam um governo a serviço da classe dominante com pequenas concessões a classe trabalhadora.

A intensificação da produção voltada à exportação e a regressão industrial colocaram a economia latino-americana em um patamar mais próximo da economia exportadora a qual se referia Marini. O fato da produção estar mais orientada para o comércio exterior faz com que o nível de salários passe a impactar menos na realização da produção, contribuindo para o rebaixamento do mesmo. Todavia, as principais diferenças que esse novo padrão exportador de especialização apresenta com relação à economia exportadora clássica, é que o mesmo se apresenta sob predominância do capital fictício. A necessidade de realizar transferências de valor para os países centrais reafirmou a superexploração dos trabalhadores, via busca por

superávits primários para realizar o pagamento de juros da dívida pública. Assim, pouco a pouco foi se aprofundando e dando novos contornos a estrutura da dependência latino-americana.

Na contramão do que a nossa análise indica até o momento, a crise de 2008 atingiu a economia latino-americana em um momento de muito otimismo das classes dominantes locais, que chegaram a afirmar que a crise poderia vir a ser uma oportunidade para a América Latina. Tal otimismo é fruto de uma aparente melhora das economias latino-americanas durante a década de 2000, que foram impulsionadas principalmente pela elevação dos preços das mercadorias exportadas pela América Latina.

A causa responsável pela elevação dos preços das principais mercadorias exportadas pelos países latino-americanos teve origem nas transformações ocorridas na economia mundial. As mudanças ocorridas nas economias asiáticas - principalmente na China, que passou a apresentar um crescimento econômico muito superior à média mundial - levaram a uma elevação da demanda externa por matérias-primas, que pressionou para cima seus preços (FILGUEIRAS, 2010). Os países produtores das “commodities” se inserem no mercado mundial diante de posição desfavorável na divisão internacional do trabalho por conta das trocas desiguais. A conjuntura específica de elevação no preço das matérias primas permitiu ocultar a troca desigual, inerente à inserção dos países dependentes na economia mundial, possibilitando ganhos momentâneos aos mesmos. Graças à conjuntura externa favorável e ao alto preço das mercadorias exportadas pelos países dependentes, a troca desigual foi mascarada e se expressou em uma melhora dos “termos de troca”. A elevação no preço dos principais produtos exportador pela região é ilustrada no gráfico 5. Da mesma forma, o intenso ritmo de acumulação capitalista que foi característico durante os anos 2003 – 2007 permitiu uma maior margem de manobra aos países periféricos. Durante esse período, foi possível mascarar a realidade e propagar um ilusório fortalecimento desses países na mesma medida em que a dependência se mantinha.



Gráfico 5: Índice de Preços dos principais produtos básicos de exportação na América Latina

Fonte: CEPALSTAT. Elaboração da autora.

A conjuntura favorável encobriu o fato de que as transformações na estrutura produtiva latino-americana carregavam as condições para o aprofundamento da superexploração da classe trabalhadora diante das futuras necessidades do capital em reestabelecer taxas de lucro satisfatórias. A intensificação da produção voltada para o mercado externo ampliava as condições para que o rebaixamento dos salários não fosse um problema para a maior parte da realização das mercadorias; a intensificação do caráter exportador de matérias primas agravou a transferência de valor para o centro por meio das trocas desiguais; a dívida pública continuava a se elevar garantindo um fluxo contínuo de valor para o centro em forma de pagamento dos juros e amortizações da dívida. Enquanto o nível de preços das mercadorias exportadas se elevava quase que exponencialmente e os elevados níveis de liquidez internacional permitiam refinar a dívida, era possível realizar o pagamento da mesma e ainda assim fornecer pequenas concessões à classe trabalhadora – irrisórias, diga-se de passagem, comparadas aos recursos destinados a alimentar o rentismo.

Todavia, os mecanismos de elevação da produtividade e de maior desenvolvimento da divisão do trabalho os quais estão presentes na indústria, far-se-iam presentes diante da reversão do ciclo econômico. A queda do preço das mercadorias exportadas pela América Latina e a necessidade do centro do sistema em intensificar ainda mais a transferência de valor da periferia para o centro viriam a desmascarar todas as mudanças que ocorreram durante a primeira década do século XXI. A importância do método científico em compreender que a aparência e a essência dos fenômenos diferem é essencial para analisar as atuais mudanças que a América Latina passou recentemente. Enquanto na aparência se observa a melhora das contas nacionais, no nível de emprego e no crescimento econômico, encobre-se as condições para a intensificação da dependência e da superexploração. Vejamos,

pois, como a inflexão do ciclo econômico viria a explicitar o aprofundamento da dependência apresentado até aqui.

3.3.3 Economia latino-americana em crise

Recapitulando o que expressamos detalhadamente no capítulo 2, a classe dominante latino-americana busca aumentar a mais-valia extraída principalmente por meio de dois canais: elevando a massa de mercadorias exportadas e superexplorando os trabalhadores. A elevação da produtividade consiste em um meio secundário para o aumento da massa de mais-valia extraída, tendo em vista que a produção existente está orientada predominantemente para a exportação e para a esfera alta de consumo. Como consequência, as taxas de lucro passam a depender consideravelmente das condições do comércio exterior, principalmente da massa das mercadorias exportadas e do seu preço de mercado.

Como consequência da elevação da demanda pelos bens exportados pela América Latina e a elevação de seus preços, a balança comercial latino-americana passou a apresentar um superávit a partir de 2002. Conforme expresso no gráfico 6, as exportações passam a crescer de forma mais acentuada a partir de 2003 e as divisas decorrentes da mesma possibilitaram que as importações acompanhassem o crescimento. A eclosão da crise de 2008 levou a uma redução das exportações e das importações, de forma que no ano de 2009 as exportações apresentaram uma queda de 17,2% com relação ao ano anterior, acompanhada de uma redução nas importações de magnitude semelhante, no valor de 17,3%. O contínuo aumento do preço das mercadorias exportadas permitiu que as exportações e as importações retomassem seu crescimento a partir de 2009. Ainda assim, as importações passaram a crescer mais acentuadamente que as exportações, o que gerou um déficit na balança comercial a partir do ano de 2009.

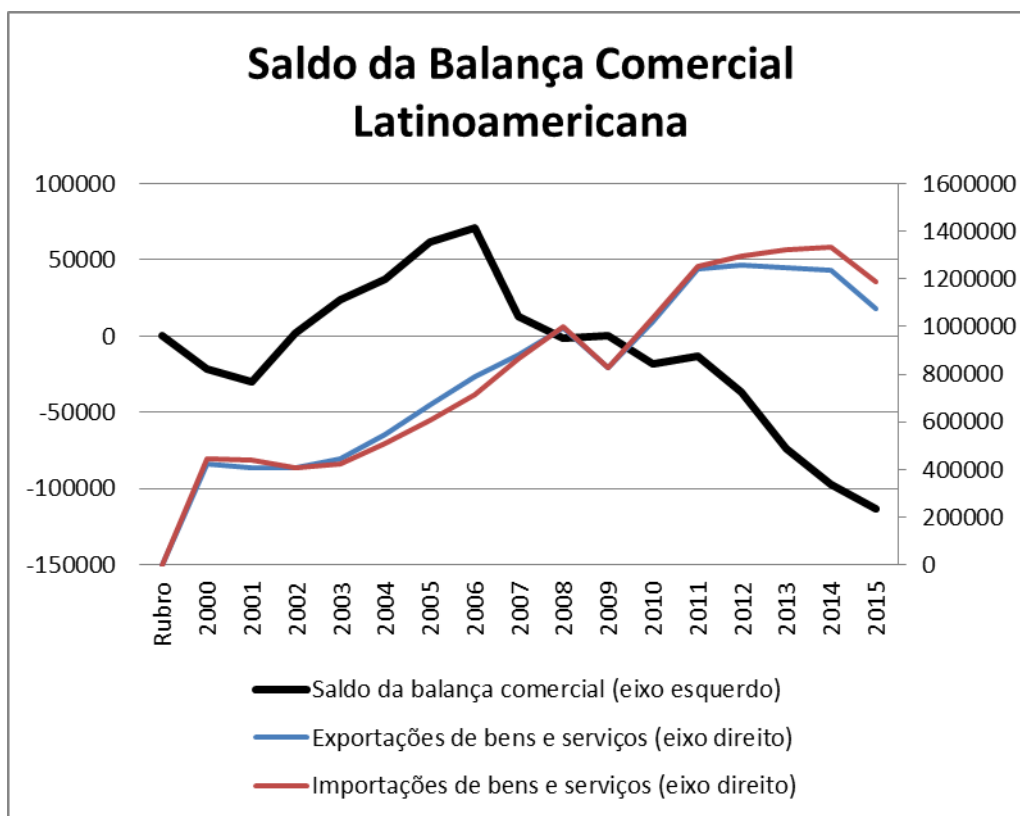


Gráfico 6: Saldo da balança comercial, exportações e importações latino-americanas

Fonte: CEPALSTAT. Elaboração da autora.

Após 2011 o preço das mercadorias exportadas na região passa a decair, o que trouxe um aprofundamento do déficit comercial a partir do ano em questão. A mudança na conjuntura acarretou em uma estagnação das exportações latino-americanas, a qual apresentou uma trajetória de queda a partir do ano de 2014.

Para compensar a queda no preço das mercadorias, houve um aumento da quantidade exportada. Mesmo no ano de 2015 em que as exportações apresentaram uma redução no seu valor, o aumento do volume das exportações foi de quase 3%¹², de forma com que o incremento no volume foi insuficiente para compensar a queda nos preços. Já no caso das importações, a mudança na trajetória ocorreu tanto devido a redução nos seus preços quanto no volume. Mesmo aumentando a massa de mais-valia realizada no mercado externo e reduzindo a quantidade de importações não foi possível compensar as perdas decorrentes da queda do preço das mercadorias exportadas. O comportamento das exportações latino-americanas durante o período ilustra o que Marini havia escrito já em 1976:

¹² Fonte: CEPALSTAT.

Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do necessário que sua posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial o que as forçou a produzir em maior escala. (MARINI, 2000, p.118)

Somando-se ao déficit comercial, a transferência de rendas para o exterior – que inclui as rendas enviadas pelas multinacionais aos seus países de origem e também o pagamento de juros e amortizações da dívida externa – consistiu no principal elemento responsável pela elevação do déficit em conta corrente durante o período (CEPAL, 2016). A principal forma de contrabalancear o déficit em conta corrente e fechar o balanço de pagamentos foi através da entrada de capitais estrangeiros na América Latina. Como resultado, houve uma elevação do montante da dívida pública relativamente ao PIB na maior parte dos países latino-americanos. Durante o período de 2008 e 2016, a dívida pública bruta que representava 46,1% do PIB passou a representar 56,2% (CEPAL, 2017). O Brasil lidera enquanto o país latino-americano com a maior relação dívida pública/PIB, no valor de 69,9% no ano de 2016 (CEPAL, 2016).

No ano de 2008 a 2009 a redução da taxa de crescimento do PIB foi intensa e influenciada principalmente pela queda dos investimentos e do consumo privado, conforme indica o gráfico 7. A recuperação destes componentes da demanda agregada foi rápida, de forma que em 2010 elas já contribuíram consideravelmente para a recuperação da taxa de crescimento do PIB. Todavia, a partir de 2014 há uma nova reversão na trajetória dos componentes da demanda agregada, dessa vez de caráter persistente.

A queda na taxa de lucro resultante da redução do preço das mercadorias exportadas acarretou em uma diminuição dos investimentos na América Latina, levando a paralisação de novos projetos principalmente em setores como o de minerais, metais e energia. O decréscimo do investimento consiste no principal elemento que levou a uma desaceleração do PIB na região a partir do primeiro trimestre do ano de 2014. O consumo privado, que desde 2011 havia consistido no maior responsável pelo crescimento do PIB, reduziu-se paulatinamente, e em 2015 as exportações passaram a ser o elemento que mais impacta para contrabalancear a queda no PIB, conforme expresso no gráfico 7. Dessa forma, a crise deprime o mercado interno latino-americano, reduz os investimentos e eleva a importância relativa das exportações para o crescimento do PIB, fortalecendo ainda mais o novo padrão exportador de especialização latino-americano.

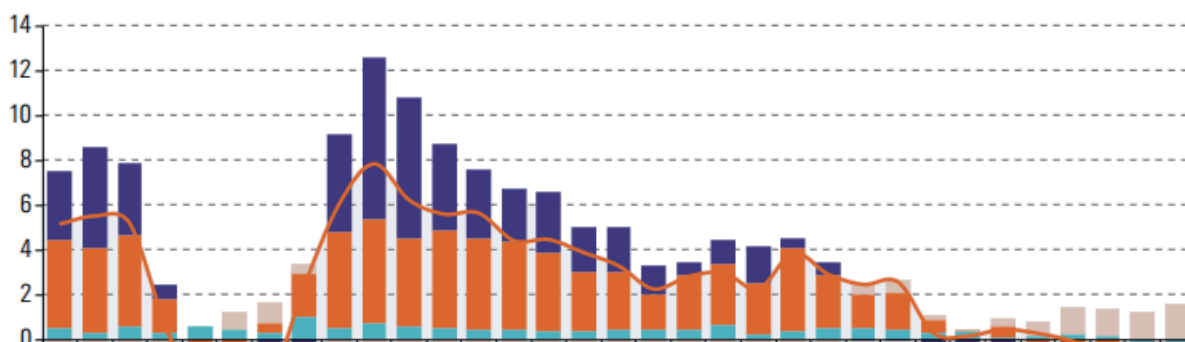


Gráfico 7: Taxa de variação interanual do PIB e contribuição dos componentes da demanda agregada ao crescimento, 2008 – 2015 (em %)

Fonte: Estudio Económico de América Latina y el Caribe, 2016. Elaboração: CEPAL.

Frente à desaceleração da economia e a redução do preço das mercadorias exportadas, a saída para contrabalancear os desequilíbrios no balanço de pagamentos foi à promoção de um ajuste fiscal na maioria dos países dependentes. Dessa forma, os gastos do governo se reduziram nos anos de 2014 e de 2015, o que é expresso no gráfico 7 a partir da redução do consumo público. Pouparam-se os gastos de governo com o pagamento da dívida pública e se reduzem seus gastos em investimentos na área de educação, saúde, cultura, lazer, etc. Os trabalhadores terão de gastar parte do seu salário em necessidades básicas que outrora eram garantidas pelo estado. O corte de gastos e a busca por um superávit primário que equilibre o balanço de pagamentos são equivalentes a uma elevação do valor da força de trabalho sem haver em contrapartida uma elevação salarial, configurando uma forma indireta de intensificar a superexploração.

Soma-se à intensificação da superexploração indireta a elevação na taxa de desemprego que ocorre nas economias latino-americanas a partir do fim do ano de 2014, bem como uma correspondente redução dos salários reais em parte dos países da região, em especial dos países sul-americanos. Desde 2003, o crescente ritmo de acumulação presente nas economias dependentes proporcionou uma redução na taxa de desemprego, uma elevação do salário médio real e também do salário mínimo. As restrições externas levam a uma queda nas taxas de lucro que as classes dominantes passam a se esforçar para reestabelecer.

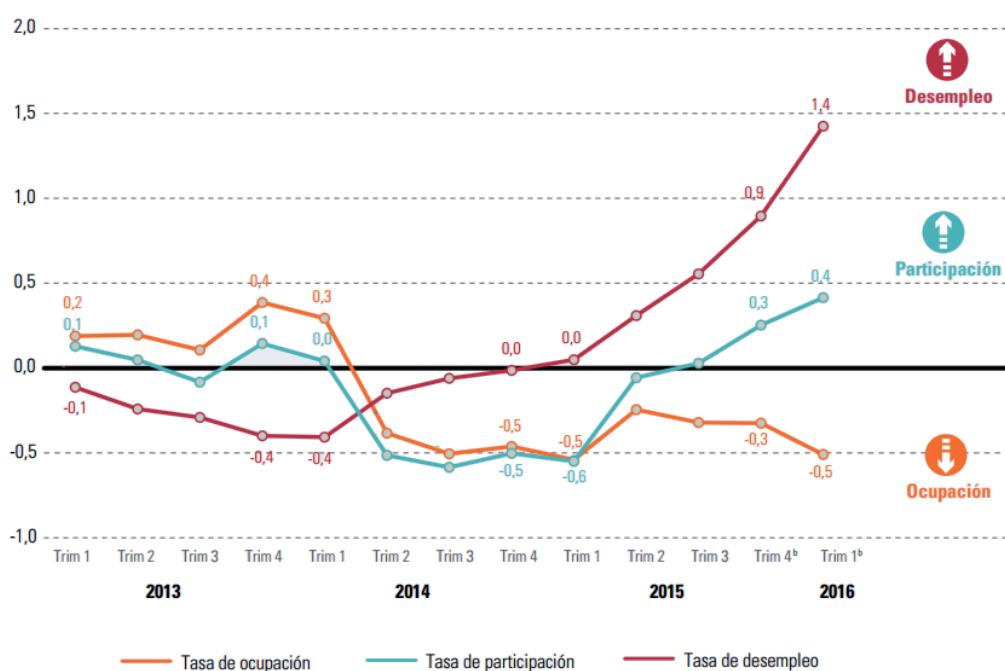


Gráfico 8: Taxa de desemprego, taxa de participação e taxa de ocupação na América Latina, 2013-2016 (em%)

Fonte: Estudo Económico de América Latina y el Caribe, 2016. Elaboração: CEPAL.

A elevação da massa de mercadorias produzidas foi uma forma que a classe dominante encontrou de elevar sua massa de lucro, todavia a queda nos preços das mercadorias exportadas foi muito intensa e o aumento do volume de mercadorias insuficiente para compensar as perdas. Diante de uma economia cada vez mais pautada e especializada na exportação de matérias primas e de uma série de governos (como o governo Dilma, Kichnerr e Mujica) que apaziguaram os sindicatos e demais entidades de classe, tornou-se viável a redução dos salários. Além disso, a queda no emprego proporcionada pela redução nos investimentos aumentou a superpopulação relativa, impactando negativamente na remuneração dos trabalhadores.

Conforme demonstra o gráfico 8, a taxa de ocupação passa a cair a partir do segundo trimestre de 2014, enquanto a taxa de participação também apresenta uma queda a partir desse ano, porém se eleva no final do ano de 2015. A redução da taxa de ocupação significa que existem menos empregos sendo gerados, e, conseqüentemente, uma menor quantidade de pessoas empregadas. Em contrapartida, há uma elevação da taxa de participação – ou seja, há mais pessoas procurando trabalho. De acordo com a CEPAL, essa elevação da taxa de participação é resultado da redução da renda mensal das famílias, que elevou a quantidade de

jovens e mulheres à procura de emprego. Decorreu disso uma elevação da taxa de desemprego na América Latina a partir do final do ano de 2014. Destaca-se que o setor em que mais se reduziu o emprego foi o manufatureiro, que decaiu 5,4% apenas no ano de 2015, evidenciando a intensificação da fragilidade industrial pela crise (CEPAL, 2016).

O gráfico 9 permite visualizar que a elevação da taxa de desemprego nos países latino-americanos se apresentou, no geral, de forma modesta nos anos imediatamente posteriores a eclosão da crise. A partir de 2013, a taxa de desemprego passa a se elevar na região de maneira mais intensa. A elevação na taxa de desemprego não foi homogênea nos países latinoamericanos. Em grande medida, a economia brasileira foi a que mais forçou a elevação da taxa de desemprego na América Latina, tendo as taxas de desemprego mais elevadas na região a partir de 2013 – apenas atrás da Colômbia, a qual supera no ano de 2016 - conforme se pode observar no gráfico 9.

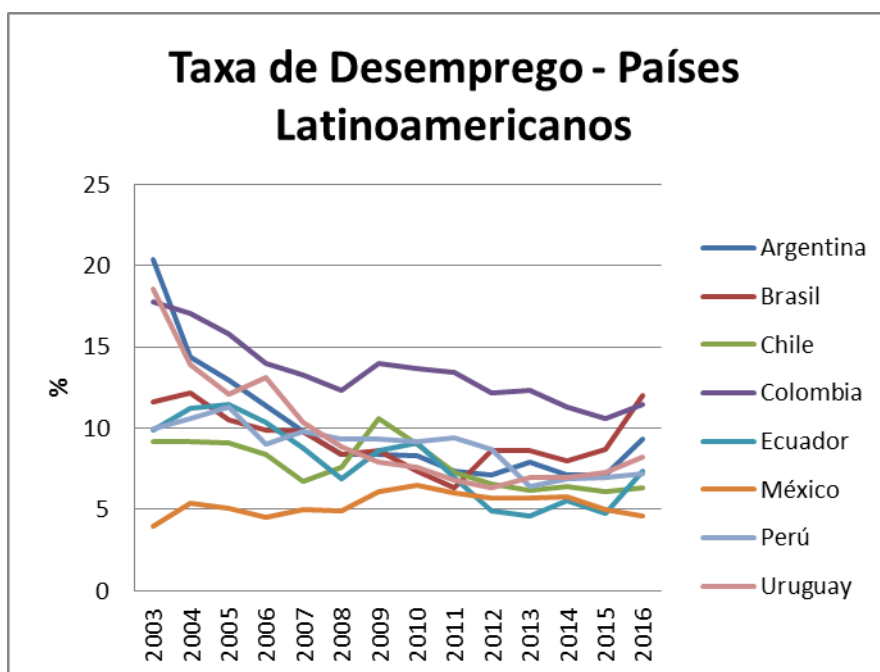


Gráfico 9: Taxa de desemprego de países latino-americanos

Fonte: CEPALSTAT. Elaboração da autora.

Observa-se uma tendência a queda dos salários reais nos principais países da América do Sul, conforme se pode observar no gráfico 10, que torna-se mais intensa a partir de 2014. Mais uma vez, a economia brasileira inicia o ano de 2016 sendo o país da América Latina em que a redução dos salários reais é a mais expressiva. No que concerne aos países da América

Central e do Caribe, o nível de salários se manteve estável na maior parte deles, e os que cresceram o fizeram a taxas inferiores a 1%.

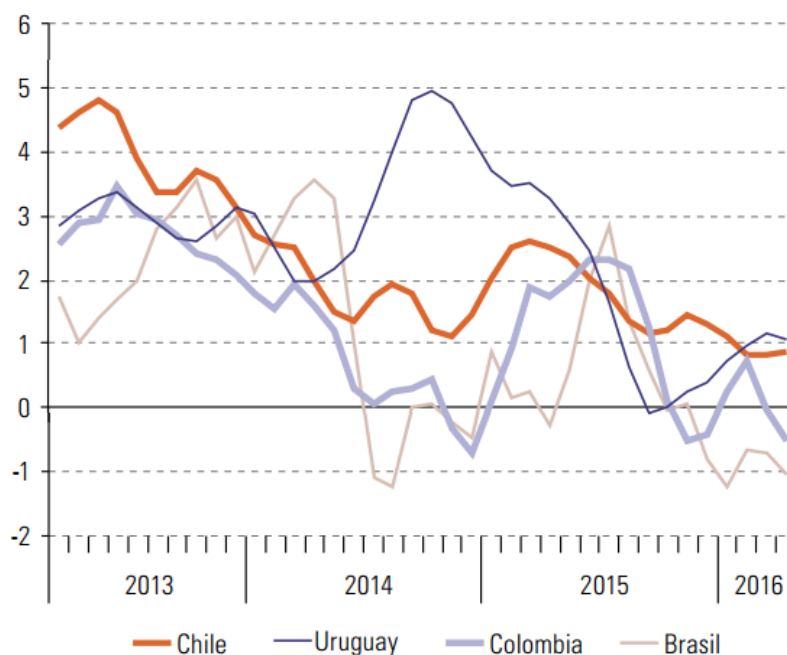


Gráfico 10: Variação interanual do salário real para o emprego formal (em%)

Fonte: Estudio Económico de América Latina y el Caribe, 2016. Elaboração: CEPAL.

Dessa forma, percebe-se que a recuperação econômica da economia estadunidense tem como contrapartida a transferência da crise para outros países do globo, como para as economias dependentes. Enquanto no centro do sistema a acumulação de capital se intensifica e a crise econômica de 2008 é uma memória passada, nos países latino-americanos as consequências da crise que foram a priori abafadas por uma conjuntura particularmente favorável mostram-se cada vez mais intensas.

Há, todavia, uma heterogeneidade na forma e na intensidade com que a crise faz-se presente nos países latino-americanos. No Brasil, os impactos da crise no nível de atividade econômica e no mercado de trabalho são particularmente surpreendentes: é no Brasil que a redução da produção manufatureira é mais intensa, onde os salários reais caem mais rapidamente, onde a taxa de desemprego atinge o maior valor, onde a proporção da dívida pública com relação ao PIB é maior e, por fim, onde imperam as maiores taxas de juros. É no país que tenta a todo custo se diferenciar dos seus vizinhos inserindo-se em denominações como “país emergente” ou pertencente aos “BRICS” que a intensificação das contradições

que emergem da crise se mostra mais intensas nos últimos anos, sendo a expressão máxima do papel que a América Latina cumpre em momentos de crise do capital.

CAP. IV: IMPACTOS DA CRISE DE 2008 NO BRASIL

Nesse capítulo buscaremos analisar os impactos da crise de 2008 na economia brasileira e seus reflexos na superexploração da força de trabalho no país. Para tal, busca-se entender a atual configuração política e econômica na qual a crise atinge o Brasil, compreendendo a forma que a dependência se estabeleceu durante esse período e os elementos que permitiram o adiamento das consequências mais severas da recessão.

4.1 Plano Real e a dependência financeira

Foi a partir do Plano Real que se ergueu a configuração política e econômica que atualmente está em crise, instaurada no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e mantida nos governos Lula e Dilma. O plano surgiu a partir da necessidade de reafirmar e intensificar as reformas neoliberais na América Latina impostas pelo Consenso de Washington, consolidando o setor financeiro como o principal beneficiado das políticas econômicas do país, assumindo o lugar da parasitária burguesia industrial dominante no período de substituição de importações. De forma subjugada à classe capitalista financeira, o mesmo buscou acomodar os interesses das demais classes sociais – como os latifundiários, os industriais e parte da classe trabalhadora. O Plano Real surge após a crise da dívida, em um cenário marcado pelo baixo crescimento econômico combinado com altas taxas de inflação nos países dependentes, assunto já explicado de forma detalhada no capítulo III desta monografia.

O caminho de legitimação do Plano Real passou fundamentalmente pela construção ideológica de que a inflação era o maior dos males que o Brasil enfrentava, à frente do subdesenvolvimento, dos baixos salários e da exorbitante dívida pública. O Plano foi apresentado enquanto um remédio necessário para se vencer esse maior dos males do país, o qual supostamente prejudicaria principalmente a classe trabalhadora. Nas palavras de Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central e membro atuante na formulação do Plano Real, pode-se perceber com clareza a tentativa de identificar a inflação como uma espécie de “injustiça” contra os mais pobres:

A inflação (...) nada mais é do que um imposto, e um particularmente perverso, posto que incide exclusivamente sobre o pobre. Constitui óbvia tolice imaginar o desenvolvimento econômico, ainda mais quando pensado como processo amplo que incorpore necessariamente o progresso na dimensão social, deva ter como pré-requisito um imposto sobre o pobre. (FRANCO, 1998, p.122)

Esse discurso foi utilizado como uma forma de buscar acomodar os interesses da classe trabalhadora na nova configuração política instaurada a partir do Plano Real. A inflação exigia um grande nível de organização sindical para garantir apenas a manutenção dos salários reais, o que além de ser politicamente exaustivo muitas vezes não era possível diante de conjunturas desfavoráveis para a classe trabalhadora na luta de classes. Nesse caso, a inflação de fato corroía o poder de compra da classe trabalhadora e trazia, portanto, grandes prejuízos à mesma. O que ficou de fora do discurso professado pelos elaboradores do Plano Real é que aos trabalhadores a estabilidade de preços não garante melhores condições de vida (OURIQUES, 1997). Os ganhos reais dos trabalhadores dependem de outros fatores, como a capacidade da classe trabalhadora organizada em pressionar por maiores condições salariais e direitos, a taxa de desemprego, a intensidade de acumulação de capital, etc.

Já a classe dominante tem seus meios de elevar as taxas de exploração seja em momentos de estabilidade monetária, seja em momentos de elevação dos preços. De acordo com Ouriques (1997):

A inflação foi sempre uma estratégia para transferir riqueza das classes populares para a classe dominante, o que tem levado alguns economistas a reconhecê-lo como resultado de um conflito distributivo. Contudo, isto não nos impede de afirmar que em períodos de inflação alta os trabalhadores podem perder menos do que em períodos de inflação baixa, e é assim que podemos destacar o caráter mitológico do combate à inflação que, em nome de diminuir as perdas das classes subalternas, não faz mais que aprofundar sua exploração. (OURIQUES, 1997, p. 132)

Sendo apresentado enquanto uma medida que tinha como foco melhorar a situação dos trabalhadores, o Plano Real escondia sua principal função: colocar o setor financeiro no centro do bloco de poder do Estado brasileiro, em perfeito alinhamento com os interesses imperialistas e permitindo uma intensa ampliação da massa de capital fictício acumulada por meio da dívida pública.

O Plano Real se sustentou substancialmente sob três pilares: a supervalorização do câmbio, a alta das taxas de juros e o ajuste fiscal. A supervalorização da moeda torna as importações mais baratas comparativamente à produção interna e estimula a compra de

mercadorias estrangeiras, sendo uma medida eficaz para combater a inflação no curto prazo. Como contrapartida, há um desestímulo à produção doméstica e uma tendência a déficits na balança comercial. Em 1994 a balança comercial apresentava um superávit de mais de 10 bilhões, que foi sendo reduzido até chegar a um déficit da ordem de 6,6 bilhões, em 1998 (FILGUEIRAS, 2000). A fim de atrair capitais que permitissem sustentar a valorização cambial e também equilibrar o déficit no balanço de pagamentos agravado pelo aumento das importações, elevaram-se as taxas de juros. A elevação das taxas de juros gerou um desestímulo ao investimento produtivo, seja por tornar o crédito menos acessível, seja por torná-lo menos lucrativo comparativamente ao investimento financeiro. Diante das altas taxas de juros e da inflação reduzida, o setor financeiro tornou-se o principal beneficiário desta política, em especial o setor financeiro internacional, dada a discrepância entre as taxas de juros brasileiras em relação às externas. Como resultado, a dívida interna que representava 21,3% do PIB, em 1994, se elevou intensamente diante das exorbitantes taxas de juros, passando para 37,5%, em 2002, no último ano do segundo mandato de FHC (FILGUEIRAS, 2007).

O setor produtivo, mesmo que em visível desvantagem diante de tais políticas, permaneceu acomodado com relação ao Plano Real porque conseguiu auferir lucros elevados, dado seu alinhamento com o capital estrangeiro e através da superexploração da força de trabalho. A abertura dos mercados possibilitou que o setor industrial tivesse acesso facilitado à “importação tecnológica”, uma vez que o câmbio valorizado reduzia o custo de importação de máquinas e equipamentos para o setor. Sempre orientada para a importação de tecnologia ao invés da busca interna pela elevação da produtividade, a burguesia industrial se reafirmou enquanto sócia menor do capital estrangeiro.

A redução dos gastos primários do governo e a privatização de empresas estatais foram defendidas com base no discurso ideológico de que o déficit fiscal era uma das principais causas da inflação, devendo, portanto, ser combatido. No governo FHC, as privatizações foram justificadas como forma de elevar a eficiência econômica e proporcionar ao Estado recursos que seriam investidos nas áreas sociais e também na redução da dívida pública. Todavia, a venda das estatais passou longe de se reverter em qualquer ganho social e muito menos de contribuir para a redução da dívida pública, que se elevava intensamente diante das altas contínuas nas taxas de juros. O dinheiro arrecadado com as privatizações não foi nem mesmo superior às perdas que o governo obteve no processo: se entre 1991 a 1998 “o

país teria arrecadado 85 bilhões de reais com as privatizações, (...) perdeu pelo menos 87 bilhões de reais com as privatizações” (GONÇALVES E POMAR, 2001, p. 26). A dívida líquida do setor público que em 1994 valia 153 bilhões ou 30% do PIB passou a representar 881,1 bilhões em 2002, valor equivalente a 50,5% do PIB (FILGUEIRAS; GOLÇALVES, 2007).

Ainda que a valorização cambial aliada às altas nas taxas de juros se consolidasse enquanto um mecanismo eficiente para reduzir a inflação no curto-prazo, tal medida se demonstraria insustentável no longo prazo. Manter a moeda brasileira supervalorizada diante de um nível de produtividade muito inferior ao ritmo das economias centrais implicava na necessidade de entradas massivas de capitais para sustentar o câmbio, a fim de contrabalancear a redução das divisas causada pelo déficit comercial. De acordo com Ouriques:

As contradições inerentes ao “êxito de curto prazo do plano” no que diz respeito ao controle momentâneo da inflação levam, inevitavelmente, a sua crise no médio ou longo prazos. Esta crise manifesta-se sob a forma de uma brusca desvalorização da moeda, motivada pelo baixo crescimento da competitividade industrial do país e dos elevados déficits comerciais. Outro fator de pressão decisivo é o aumento do sistema de dívidas – interna e externa -, consequência natural da estratégia implantada que conspira contra a estabilidade da moeda na medida em que aprofunda a crise financeira do Estado, que é impossível de ser controlada por maior que seja a disciplina fiscal imposta. (OURIQUES, 1997, p. 94).

Foi a partir da crise asiática e, posteriormente, da crise russa que o caráter insustentável de tais políticas se tornou explícito. A fuga de capitais decorrente dessa nova conjuntura levou o governo a intensificar o usual pacote de políticas, reproduzindo suas contradições em maior escala. Foram ampliadas as concessões ao capital estrangeiro, a taxa de juros foi elevada para o patamar de 49% a.a em junho de 1994, além de feito um intenso ajuste fiscal, que tinha a previdência como seu maior alvo (FILGUEIRAS, 2000).

Ainda assim, a fim de evitar um possível colapso o Brasil celebrou em 1999 um acordo com o FMI. Esse acordo com o FMI pode ser compreendido por meio das próprias palavras de Gustavo Franco: “Quando existem acordos de crédito com o Fundo (FMI), há uma perda de soberania, e isso pode ser aceitável para outros países, mas não para nós”¹³. As recomendações da política econômica foram a desvalorização do real; ampliação as reformas neoliberais em voga até então; redução do déficit fiscal e ampliação da abertura comercial e

¹³ Folha de S. Paulo, 18 de novembro de 1997.

financeira. O acordo visava assegurar que o país teria recursos para prosseguir realizando os pagamentos dos juros e amortizações da dívida pública. Além disso, a desvalorização cambial contribuiu para atender os interesses da burguesia exportadora mais firmemente. Foi a partir da crise cambial e das novas medidas de políticas econômicas que durante o segundo mandato do FHC se implantou o tripé macroeconômico, baseado no câmbio flutuante, no superávit primário e nas metas de inflação.

O Plano Real, longe de ter sido apenas um plano técnico que visava estabelecer a estabilidade monetária, instaurou um pacto de classes que permitiu a governabilidade dentro do capitalismo dependente brasileiro, em consonância com os interesses do capital financeiro nacional e internacional. Em contrapartida, os efeitos trágicos sob a produção nacional, o crescimento econômico e o elevado nível de desemprego colocavam grandes impasses para sustentar a continuidade das reformas neoliberais nas eleições presidenciais de 2002. O desgaste dos governos FHC perante a classe trabalhadora se agravou com a crise de 2001. Nesse contexto, Lula surge como o candidato ideal para dar continuidade a manutenção do atendimento dos interesses da classe dominante e prosseguir com a dependência brasileira, agora em um novo momento do ciclo econômico.

4.2 O receituário neoliberal no Governo Lula e Dilma

A ascensão de um líder dos trabalhadores com uma ampla base popular à presidência marca um período de grande expectativa de ruptura com a agenda neoliberal no Brasil. A população se via duramente afetada pelas medidas econômicas que deprimiam o mercado interno, elevavam o desemprego, favoreciam o rentismo e aprofundavam a entrega do Brasil aos interesses imperialistas. Todavia, as esperanças de que o Governo Lula se constituiria em uma ruptura com as políticas econômicas existentes no governo FHC perderam seu sentido diante de um governo que abdicou de qualquer estratégia de superação dos problemas estruturais da economia dependente brasileira. Em contrapartida, se verificou durante os governos petistas a continuidade das políticas econômicas herdadas durante o segundo governo FHC baseadas no tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante) e na abertura comercial e financeira. Diante de uma conjuntura externa favorável, foi possível acomodar o interesse das classes capitalistas sob primazia do

capital financeiro, intensificar a dependência e ao mesmo tempo promover uma melhora momentânea das contas externas e das condições de vida dos trabalhadores.

O abandono de uma estratégia de ruptura por parte do Partido dos Trabalhadores, que até então tinha realizado fortes críticas ao ajuste fiscal e a política econômica voltada a garantir o pagamento de juros da dívida, teve uma de suas principais marcas na “Carta ao Povo Brasileiro” de 2002, onde o PT se comprometeu em “preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos”. O contraste entre o discurso do partido meses antes de Lula ser eleito e a postura historicamente defendida pelo PT em realizar uma brusca mudança na política econômica brasileira – que se expressou na defesa pública da redução da taxa de juros, da renegociação da dívida, na imposição de uma limitação em forma de teto para o pagamento de juros da dívida, da reforma agrária, etc¹⁴ - trouxe uma incerteza a cerca de qual seria a postura efetiva do PT no governo.

A evidência prática de que o PT consistiria em uma continuidade com as políticas econômicas neoliberais se explicitaram já no início do primeiro governo Lula. Não se contentando com os acordos previamente estabelecidos com o FMI ainda no governo FHC, a dependência de tal órgão e a formulação de políticas econômicas que visassem manter a sua confiança e a dos investidores internacionais foram intensificadas durante o primeiro governo petista. Exemplo disso foi o aprofundamento dos superávits fiscais, que adquiriram importância tal que implicaram na revisão do acordo com o FMI feito durante o governo FHC. A meta de superávit primário de 3,75% do PIB foi alterada para 4,25% em uma nova carta de intenções com o FMI em 2003. Mesmo em um contexto de melhora das contas externas do país, o governo Lula abriu uma linha de crédito com o FMI no valor de US\$ 19,2 bilhões. Ainda que esses recursos não tenham sido utilizados, eles custaram ao Brasil US\$ 3,65 bilhões, na forma de pagamento de juros e taxas de administração (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007). O resultado geral é que mesmo diante de uma conjuntura externa favorável, a dependência com relação ao FMI se elevou diante da tentativa de ganhar a credibilidade do órgão. De acordo com Filgueiras:

Em nenhum momento da atribulada história das relações entre o Brasil e o FMI o país teve despesas tão elevadas quanto aquelas observadas durante o governo Lula (...). No período 1984 – 2002 o pagamento médio anual do Brasil ao FMI foi de US\$

¹⁴ A defesa da renegociação da dívida, da imposição de uma limitação aos recursos destinada ao pagamento de juros da dívida fez-se presente ainda em 2001 no documento oficial do PT “Um Outro Brasil é Possível”.

230 milhões, enquanto durante o governo Lula a despesa média anual foi de US\$ 913 milhões. Ou seja, quase quatro vezes a média anual do período anterior, que inclui a eclosão da dívida externa nos anos 1980, o da moratória da segunda metade dos anos 1980 e o da primeira metade dos anos 1990. Na realidade, nunca na história do sistema monetário internacional um governo pagou tanto ao FMI quanto o de Lula. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p.72)

A busca por superávits primários expressivos que dessem garantia da capacidade de pagamento do governo ao setor financeiro se manteve durante todos os governos do PT, o que se evidenciou em superávits primários ininterruptos de 2003 até 2013, conforme ilustra o gráfico 11. Foi apenas a partir da intensificação dos efeitos da crise em 2014 que tal realidade se modificou acarretando em déficits. É possível notar uma maior flexibilização na busca por superávits primários a partir de 2008, que “pode ser explicado pela política anticíclica implementada para enfrentar a crise” (CARCANHOLO, 2010b, p. 61). De todo o modo, a política fiscal priorizou o pagamento de juros da dívida à custa dos gastos primários do governo, colocando em primazia os interesses do setor financeiro e moldando a política econômica para seu atendimento.

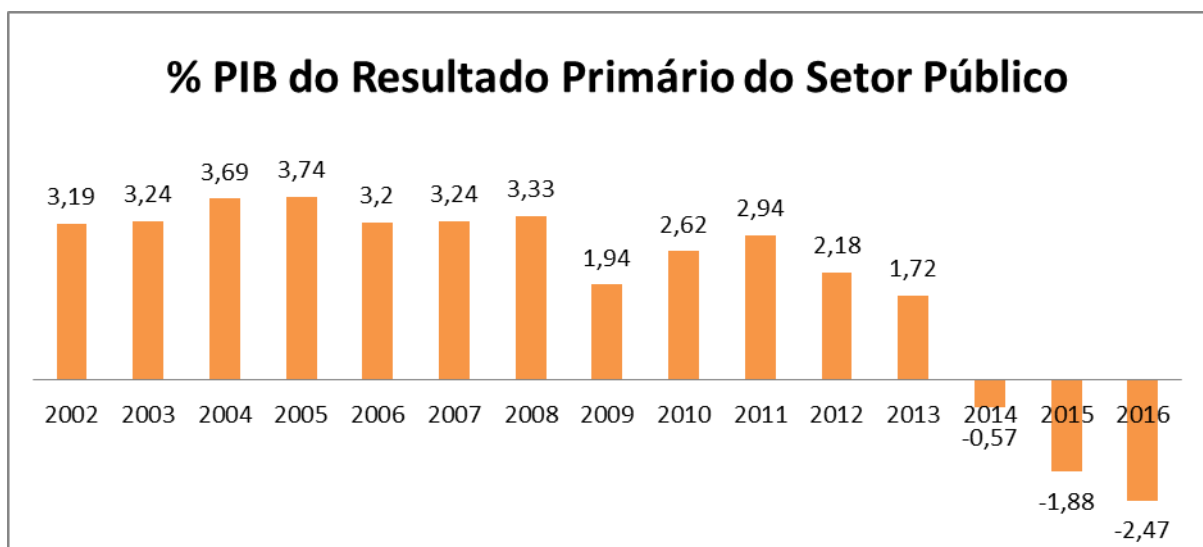


Gráfico 11: Resultado primário do setor público no Brasil em % do PIB

Fonte: Banco Central. Elaboração da autora.

De acordo com Singer (2007), a política fiscal adotada pelo governo tinha como objetivo reduzir a relação dívida/PIB para atender as exigências do mercado financeiro, que adotam a postura irracional de tomá-la enquanto um indicador de risco de inadimplência. Além disso, o interesse dos investidores não era o de que a dívida fosse quitada, mas sim que

fosse garantido um fluxo contínuo de dinheiro para o setor financeiro via pagamento de juros.

Nas palavras do autor:

As políticas fiscais do governo Lula estão dominadas pelo objetivo de reduzir a dívida pública em relação ao PIB, para atender uma exigência do mercado financeiro. Este adota a relação dívida/PIB como indicador do risco do governo de não honrar a sua dívida. Não se trata de “pagar a dívida”, mas de servi-la, pagando os juros vencidos pontualmente. Os credores da dívida (...) não querem receber de volta o que emprestaram ao governo através dos bancos. O que lhes interessa é continuar recebendo juros (SINGER, 2007, p.174).

A pretensão de manter o capital financeiro nacional e internacional como principais beneficiados da política econômica se reafirmou nas elevadas taxas de juros. Durante os primeiros anos do primeiro governo Lula os juros se mantiveram em altos patamares, chegando ao valor de 26,3% a.a. em maio de 2003. A taxa de juros manteve uma tendência de queda a partir de maio de 2003, o que foi possível em função das baixas taxas de juros internacionais, dos saldos positivos na balança comercial e da liquidez internacional. Esse conjunto de fatores deu uma maior margem de manobra para a política monetária e permitiu que a taxa de juros mantivesse uma tendência de queda, a qual pode ser observada no gráfico 12. Em janeiro de 2013 a taxa de juros desceu ao patamar mais baixo da série analisada, atingindo o valor de 7,12% a.a. A partir de março de 2013, mesmo com a queda da atividade econômica a taxa de juros passou a se elevar continuamente até julho de 2015, ano em que a taxa manteve-se a 14,25% até outubro de 2016.

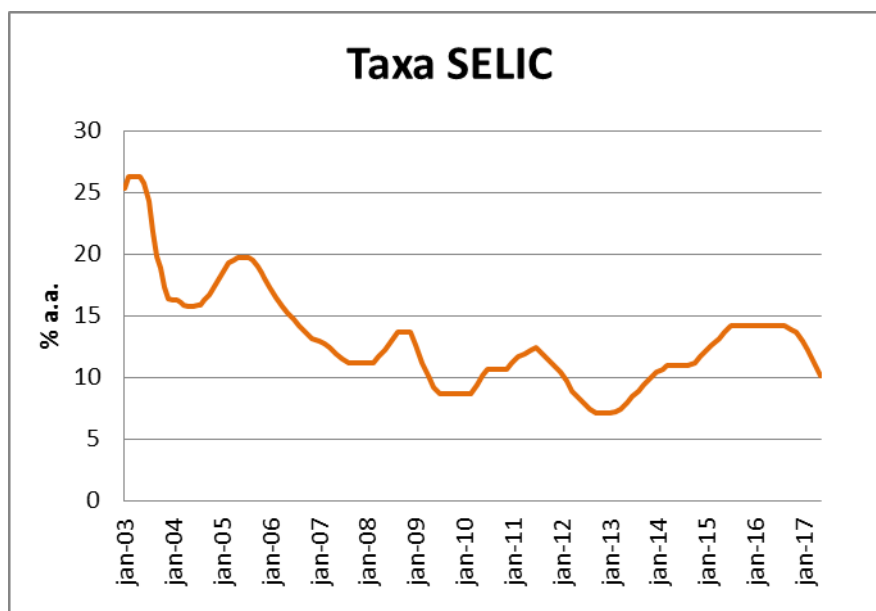


Gráfico 12: Evolução da taxa SELIC

Fonte: Banco Central. Elaboração da autora.

Mesmo diante da tendência de redução da taxa básica de juros, a discrepância existente entre as taxas de juro nacionais e internacionais garantiam uma grande lucratividade para o setor financeiro. A tabela 3 ilustra que mesmo durante o período que a taxa de juros real teve uma maior tendência de queda (2004-2008), a taxa básica de juros real brasileira permaneceu muito mais elevada do que as taxas dos demais países da América Latina. Dessa forma, a taxa de juros brasileira pressionou para cima a média da taxa de juros da América Latina durante todo o período analisado (1995-2008), o que estimulou a entrada de capitais na economia brasileira.

País	1995-1999	2000-2005	2006	2007	2008
Argentina	7,22	14,04	7,20	8,67	10,10
Bolívia	16,56	5,74	3,80	4,27	7,68
Brasil	32,34	18,82	15,30	12,00	12,40
Chile	-	4,85	5,02	5,36	7,11
Colômbia	25,68	7,92	6,49	8,66	9,72
República Dominicana	14,93	19,98	10,60	8,24	12,20
El Salvador	10,18	5,00	6,00	5,25	-
Guatemala	7,87	8,07	6,56	-	-
México	33,48	10,27	7,51	7,66	8,28
Panamá	-	2,19	5,06	5,05	-
Paraguai	17,42	9,00	8,33	3,93	4,25
Peru	14,50	4,53	4,51	4,99	6,54
Venezuela	13,82	11,76	5,26	8,72	11,10
Média (incluindo o Brasil)	17,64	9,40	7,05	6,90	8,94
Média (excluindo o Brasil)	16,17	8,61	6,36	6,44	8,55

Tabela 3: Taxa básica de juros dos países latino-americanos (% a.a.)

Fonte e Elaboração: MODENESI (2010)

Durante os governos petistas, a estabilidade da moeda foi defendida como a principal função da política monetária e a inflação foi propagada sempre como um fantasma que poderia retornar, exigindo a manutenção de taxas de juro elevadas e lucrativas para o setor financeiro. De acordo com Carcanholo (2010b) “a administração das taxas básicas de juros foi submetida ao gerenciamento das pressões inflacionárias, não importando o impacto que pudessem ter sobre a restrição da atividade econômica” (CARCANHOLO, 2010b, p.115). Dessa forma, a manutenção da taxa de juros a patamares elevados foi justificada como medida para manter a inflação dentro das metas estipuladas. Conjuntamente a essas medidas, a

independência do Banco Central e a nomeação de Henrique Meirelles¹⁵ para a presidência do banco (2003-2010) fez parte da acomodação dos interesses do capital financeiro.

O regime de metas de inflação estabelecido em 1999 prosseguiu durante os governos Lula e Dilma, de tal forma que a inflação ficou dentro das metas fixadas praticamente em todos os anos, como se pode observar na tabela 4. Durante os anos de 2006, 2007 e 2009 a inflação chegou a ser inferior a meta estipulada e apenas nos anos de 2003 e 2015 a inflação foi maior que os limites.

Ano	Meta (%)	Limites	Inflação Efetiva (IPCA, % a.a.)
2003	4	1,5 - 6,5	9,3
2004	5,5	3,0 - 8,0	7,6
2005	4,5	2,0 - 7,0	5,69
2006	4,5	2,5 - 6,5	3,14
2007	4,5	2,5 - 6,5	4,46
2008	4,5	2,5 - 6,5	5,9
2009	4,5	2,5 - 6,5	4,31
2010	4,5	2,5 - 6,5	5,91
2011	4,5	2,5 - 6,5	6,5
2012	4,5	2,5 - 6,5	5,84
2013	4,5	2,5 - 6,5	5,91
2014	4,5	2,5 - 6,5	6,41
2015	4,5	2,5 - 6,5	10,67
2016	4,5	2,5 - 6,5	6,29

Tabela 4: Inflação (IPCA, % a.a.), meta de inflação e limites

Fonte: Banco Central. Elaboração da autora.

De acordo com Paulani (2003), a justificativa que o PT utilizou para prosseguir com a mesma política econômica de FHC foi o discurso ideológico de que só existe uma única macroeconomia cientificamente correta, a qual deve ser aplicada por qualquer governo responsável, independente de sua posição política. A busca pela “credibilidade” defendida pelo governo enquanto medida necessária para o crescimento econômico futuro se revelava, na prática, uma priorização do atendimento dos interesses externos à custa da soberania nacional. Essas políticas econômicas correspondiam à necessidade do capital em escala

¹⁵ Henrique Meirelles é ex-presidente mundial do Bank Boston, nome de confiança para o setor financeiro nacional e internacional.

global, impulsionadas pela ampliação da acumulação de capital fictício. De acordo com Paulani:

A afirmação peremptória de que existe uma única macroeconomia, independente da intenção com que é feita, esconde assim, atrás de sua aparente tecnicidade e neutralidade, o benefício de interesses muito específicos, que estão em linha com a virada pró-acumulação financeira do capitalismo mundial que começa no final dos anos 70, devasta a América Latina nos anos 90 e ainda está por aqui, firme e forte. (PAULANI, 2003, p.25)

Ainda, a busca pela chamada “credibilidade” – a qual se resumia principalmente a credibilidade do país em “honrar suas dívidas” - que passava a justificar as ações de continuidade do governo, foi inicialmente colocada enquanto uma medida necessária apenas no curto-prazo, que possibilitaria a aplicação de reformas no futuro¹⁶. Todavia, na prática a busca pela credibilidade do setor financeiro se estendeu durante todos os governos liderados pelo PT. A busca pela credibilidade, longe de ser uma medida que visasse um crescimento responsável, apenas reafirmou a dependência brasileira. Conforme Carcanholo:

(...) não existe uma garantia de credibilidade; os mercados não fornecem algo como um certificado para isso. O compromisso com a credibilidade é um *moto perpetuo*, já que, no primeiro momento em que essa relação de compromisso for quebrada, a credibilidade é rompida, sendo exigida novamente a manutenção da política demandada pelo tal mercado. (CARCANHOLO, 2010b, p.117)

As altas taxas de juro e a abertura financeira propiciaram déficits cada vez mais elevados na balança de rendas e de serviços e elevaram intensamente a dívida pública¹⁷ exigindo sempre uma quantidade mais elevada de recursos para manter o setor financeiro “confiante”. Diante de uma conjuntura internacional altamente favorável, foi possível aos governos petistas encobrir as penosas consequências que a busca pela lucratividade do setor financeiro trouxe para o país, aliando a mesma à execução de políticas sociais e anticíclicas.

¹⁶ Exemplo de tal argumentação se deu no discurso de posse do ex-ministro na fazenda Palocci, que buscou identificar a busca pela credibilidade e pela confiança como medidas necessárias no curto prazo que supostamente possibilitariam no futuro a implementação de reformas: “*Temos consciência de que, assim como na conquista do amor profundo ou da amizade verdadeira, a credibilidade de um projeto político exige paciência, persistência, diálogo permanente e ambiente de confiança. No período entre a eleição e a posse da nova administração foi inevitável alguma ansiedade com as possíveis mudanças a serem implementadas por um projeto de governo que tem nas reformas, sua face mais imediata.*” (Estadão, 02 de janeiro de 2003)

¹⁷ A trajetória da dívida pública pode ser observada no gráfico 20, p.104 e o saldo da balança de rendas e serviços no gráfico 15, p.85.

4.3 O setor externo diante da crise

Durante os Governos Lula e Dilma o crescimento das exportações consistiu em um elemento central para a compreensão da melhora das contas externas, bem como os seus impactos na estrutura produtiva do país. A causa responsável pela intensa elevação nas exportações foi a elevação dos preços das principais mercadorias exportadas pelos países latino-americanos, dentre eles o Brasil, conforme explicitado no capítulo III desta monografia. De acordo com Carcanholo (2010b), o melhor desempenho da balança comercial decorreu da conjuntura externa e das eventuais desvalorizações cambiais, e não de uma política comercial ativa. Para o autor os principais fatores responsáveis pela reversão dos saldos deficitários na balança comercial foram:

(i) consequência defasada da desvalorização da taxa de câmbio, que vem desde a crise cambial de 1999; (ii) nova desvalorização do câmbio em função de incertezas durante a campanha eleitoral de 2002; (iii) volta do crescimento da economia mundial, que permite a expansão do volume das exportações, assim como uma alta substancial do preço das commodities, principal conjunto de produtos de exportação do país; e (iv) momento de alta do ciclo de liquidez internacional, o que propicia uma baixa nas taxas de juros internacionais, e, portanto, de elevação na demanda de nossas exportações. (CARCANHOLO, 2010b, p.116)

Tais fatores geraram uma conjuntura externa favorável às exportações, o que permitiu que aliado ao atendimento dos interesses da classe capitalista financeira se mantivesse acomodado também o interesse do setor exportador. Primeiramente, as consequências das desvalorizações cambiais de 1999 e 2002 consistiram em um estímulo inicial às exportações. Depois, mesmo com a valorização cambial, os exportadores se beneficiaram diante da elevação nos preços de suas mercadorias, a qual foi mais que suficiente para neutralizar os efeitos da política cambial.

Para ilustrar os impactos da elevação dos preços sob as exportações, tomemos como exemplo o caso da soja e do minério de ferro. A soja e o minério de ferro são, respectivamente, o primeiro e o quarto produtos com maior peso na pauta exportadora brasileira, correspondendo a 11% e a 6% do total exportado no ano de 2003¹⁸. O setor de metalurgia e siderurgia que é diretamente influenciado pelo preço do minério de ferro é o terceiro setor com maior peso na pauta exportadora e corresponde a 6% do total exportado.

¹⁸ A participação dos principais produtos na pauta exportadora é ilustrada na tabela 6, p.90 desta monografia.

Esses três setores juntos perfizeram cerca de 23% do total das exportações brasileiras no ano de 2003. Os gráficos 13 e 14 ilustram a elevação dos preços da soja e do minério de ferro.

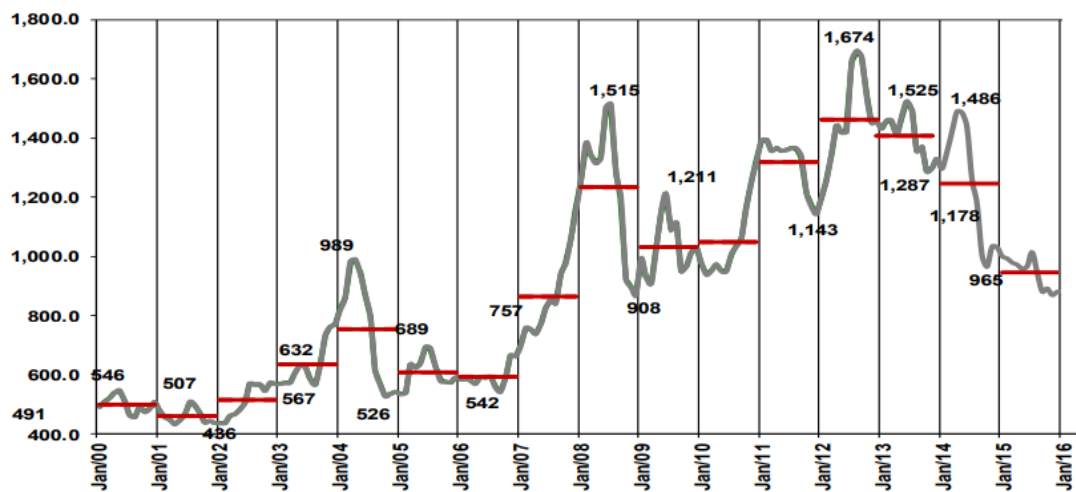


Gráfico 13: Cotação da Soja. Bolsa de Chicago – CBTO, US\$ cents por Bushel
Fonte e Elaboração: DEPEC/Bradesco.



Gráfico 14: Cotação do Minério de Ferro no Porto de Tianjin/China

Fonte: DEPEC/Bradesco. Elaboração da autora.

A elevação no preço das principais mercadorias exportadas levou a um intenso aumento das exportações brasileiras a partir de 2003, conforme se pode observar na tabela 5. As exportações apresentaram tendência de elevação até o ano de 2011, momento que coincide com o ápice de elevação do preço das mercadorias, passando a decair a partir de então. Durante o período 2003-2011 houve um crescimento de 249% no valor das exportações. Em 2009, diante da eclosão da crise econômica, as exportações apresentaram uma retração com relação ao ano anterior, todavia a alta contínua nos preços permitiu reestabelecer o movimento ascendente das exportações já no ano de 2010.

No que diz respeito à taxa de câmbio, a elevação nos preços tornou a valorização cambial pouco relevante para o movimento das exportações, conforme evidencia a tabela 5. Já no que diz respeito às importações, a valorização cambial caminhou conjuntamente a uma intensificação das mesmas, e em momentos de desvalorização houve uma tendência à redução das importações. A trajetória das importações esteve também relacionada ao aumento das divisas proporcionado pelas exportações.

Ano	Exportações (US\$ milhões)	Importações (US\$ milhões)	Saldo da Balança Comercial (US\$ milhões)	Taxa de Câmbio (R\$/US\$)
2000	55 313	56 936	-1 623	1,83
2001	58 264	56 730	1 534	2,35
2002	60 427	48 377	12 049	2,92
2003	73 112	49 363	23 749	3,08
2004	96 443	63 905	32 538	2,93
2005	118 250	74 825	43 425	2,44
2006	137 808	92 689	45 119	2,18
2007	160 667	122 184	38 483	1,95
2008	198 378	174 576	23 802	1,83
2009	153 609	128 651	24 958	2,00
2010	201 324	182 833	18 491	1,76
2011	255 506	227 881	27 625	1,68
2012	242 283	224 864	17 420	1,95
2013	241 577	241 189	389	2,16
2014	224 098	230 727	-6 629	2,35
2015	190 092	172 422	17 670	3,33
2016	184 453	139 416	45 037	3,49

Tabela 5: Exportações, importações, saldo da balança comercial e taxa de câmbio brasileira
 Fonte: Banco Central. Elaboração da autora.

Como consequência do movimento das exportações e das importações, no ano de 2000 a balança comercial apresentava um déficit de US\$ 1,6 bilhões, valor que se reverteu rapidamente, chegando em 2006 a um superávit da ordem de US\$ 45 bilhões. Durante os anos de 2003 a 2007, os elevados superávits comerciais foram suficientes para compensar os saldos negativos na balança de rendas e de serviços, o que permitiu a manutenção de um superávit nas transações correntes durante esses cinco anos, conforme se pode observar no gráfico 15. O saldo da balança comercial foi o único elemento responsável por contrapor o déficit crônico e histórico na conta de transações correntes. Após a eclosão da crise econômica, a balança comercial continuou a apresentar superávits elevados, mas que passaram a ser decrescentes durante os anos de 2008 a 2010. A partir de 2008 o saldo da balança comercial passou a ser insuficiente para contrapor o déficit crescente na balança de rendas e serviços, o que gerou um déficit nas transações correntes. No ano de 2014 a redução do preço das mercadorias exportadas implicou em um déficit comercial de 6,6 bilhões.

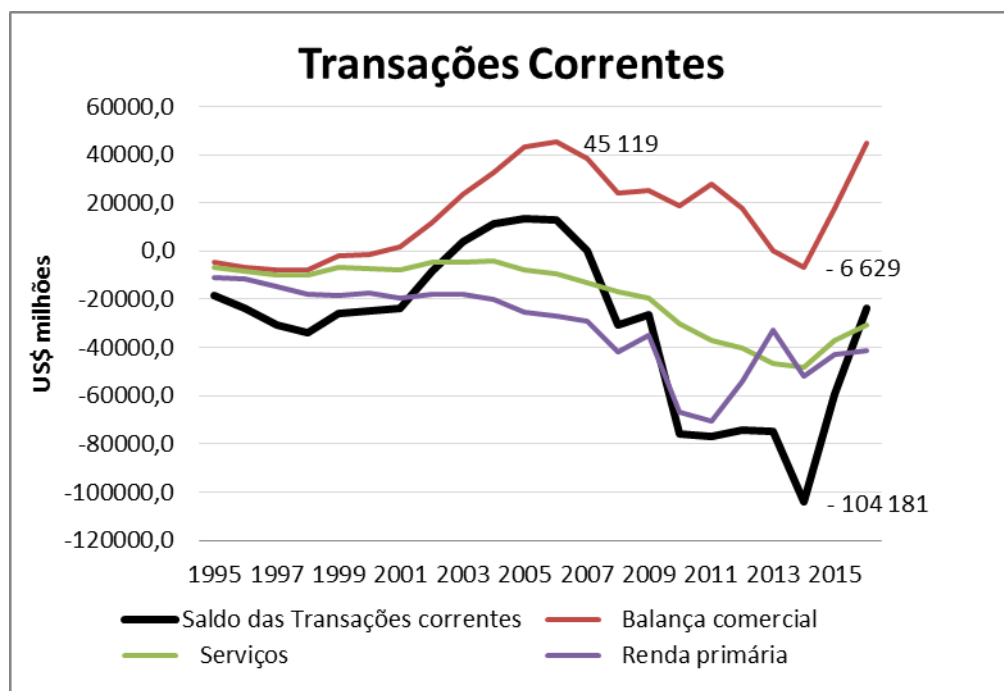


Gráfico 15: Conta de transações correntes do Brasil

Fonte: Banco Central. Elaboração da autora.

Como a política econômica adotada pelo Governo Lula nos anos anteriores à crise não buscou uma ruptura com os elementos estruturais da dependência, a reversão conjuntural trouxe de volta os problemas clássicos enfrentados pelo Brasil para o fechamento do Balanço de Pagamentos. De acordo com Carcanholo “se nem a estratégia de desenvolvimento, nem a política econômica do governo Lula são distintas do período anterior, a reversão do cenário externo (...) voltou a demonstrar a vulnerabilidade externa estrutural da economia” (CARCANHOLO, 2010b, p.126). Para Paulani (2013), a volta dos problemas no balanço de pagamentos deu-se pela redução do preço das commodities e pela revalorização da moeda. De acordo com a autora:

No segundo mandato de Lula, porém, a contínua revalorização da moeda combinada com o relativo declínio dos preços das commodities após a crise de 2008 fez os déficits em transações correntes voltarem com força. Em outras palavras, no segundo mandato de Lula apareceram as consequências da forma de condução da política econômica no primeiro mandato. As medidas então tomadas associaram, ao elevadíssimo nível das taxas de juros, o forte movimento de revalorização do real, produzindo, a um só tempo, numa situação que prevalece até hoje, crescentes déficits em transações correntes e forte atração de fluxos externos de capital, via conta financeira do balanço de pagamentos. (PAULANI, 2013, p.243-244)

No que concerne à análise de Paulani, é necessário acrescentar dois elementos. Primeiro, a queda no preço das *commodities* decorrente da crise de 2008 foi pequena durante os primeiros anos de eclosão da crise. Conforme demonstramos anteriormente nos gráficos 5, 13 e 14, os preços sofreram pouco as consequências da crise e mantiveram a sua trajetória de alta até o ano de 2011, contribuindo para minimizar os impactos iniciais da crise. Segundo, a reversão do saldo de transações correntes esteve intimamente relacionada com os déficits crescentes na conta de rendas e de serviços, os quais se faziam presentes na economia brasileira desde a implantação do Plano Real, conforme se pode observar pela trajetória da renda primária e dos serviços no gráfico 15.

A renda primária se caracteriza principalmente pelo pagamento de juros e pela remessa de lucros e dividendos. A elevação do déficit nessa conta foi decorrente da manutenção de altas taxas de juros e da abertura comercial e financeira que, por meio do Investimento Estrangeiro Direto e em Carteira, proporcionaram um crescente fluxo de dinheiro para fora do país sob a forma de remessas de lucros e dividendos. De acordo com Carcanholo (2010b):

A conta de sérvios e renda teve o seu déficit aumentando em todo momento. (...) Por que isso? Justamente porque durante a fase positiva do cenário externo, além do

crescimento da demanda por nossas exportações, as reservas internacionais cresciam em razão da forte entrada de recursos externos, muito em consequência da alta no ciclo de liquidez internacional e das elevadas taxas domésticas de juros (CARCANHOLO, 2010b, p.124).

Nos anos imediatamente anteriores à eclosão da crise, percebe-se que houve uma acentuação do déficit no saldo da conta de rendas e de serviços. Essa acentuação no pós-crise se deu principalmente por dois fatores. Primeiro, por conta da maturação dos investimentos diretos procedentes das privatizações durante o período FHC, que implicavam na elevação das remessas de lucros e dividendos. Segundo, porque a eclosão da crise econômica trouxe a necessidade das multinacionais aqui instaladas em intensificarem a transferência de valor para as suas matrizes, o que se tornou possível a partir do prosseguimento da abertura financeira durante os governos petistas (FILGUEIRAS; PINHEIRO; PHILIGRET; BALANCO, 2010).

Os crescentes déficits em transações correntes exigiram uma elevação da entrada de capital pela conta financeira para fechar o balanço de pagamentos. Em sintonia com as necessidades da acumulação capitalista mundial, os saldos negativos nas transações correntes implicaram em uma elevação dos saldos da Conta Financeira por meio da intensificação da entrada de IED e de IEC na economia brasileira, conforme ilustrado pelo gráfico 16. Ao mesmo tempo em que a entrada massiva de capitais permitiu contrapor a tendência à queda da taxa de lucro no centro diante da crise, contrabalanceou o déficit em conta corrente que se fez presente na economia brasileira a partir de 2007.

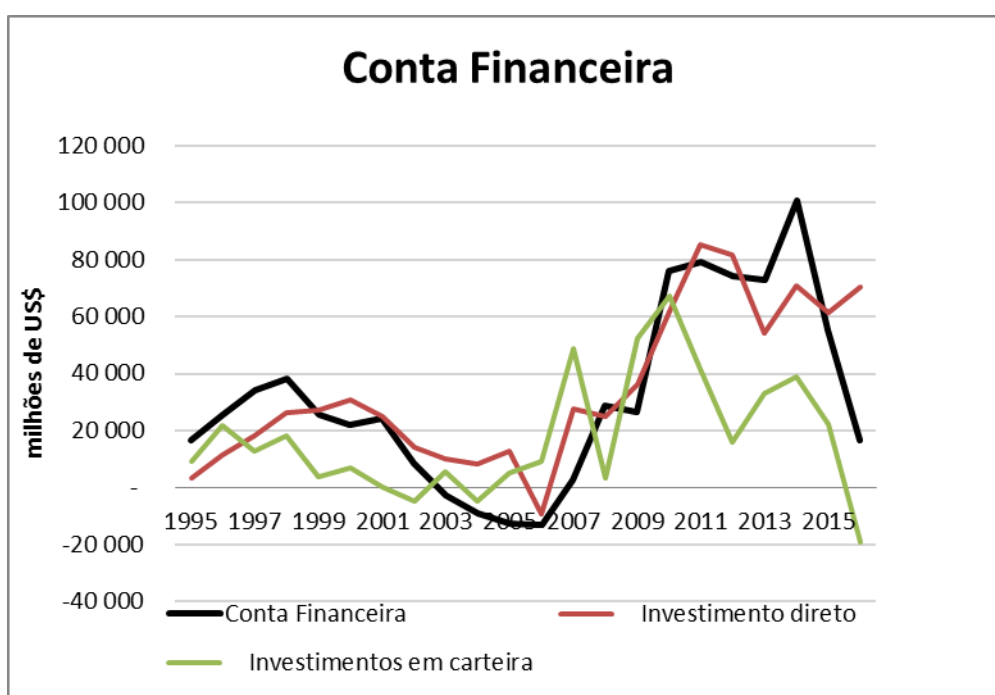


Gráfico 16: Conta financeira brasileira

Fonte: Banco Central. Elaboração da autora.

O estímulo constante à abertura financeira que prosseguiu durante os governos petistas¹⁹ reafirmou a dependência financeira do país que, diante da eclosão dos déficits nas transações correntes, se via diante da necessidade de elevar a taxa de juros para atrair um fluxo satisfatório de capitais. Essa medida, que no curto prazo permitia o fechamento do balanço de pagamentos, colocava o Brasil em uma armadilha financeira. No longo prazo, a entrada de capitais implicava em uma elevação do déficit na balança de renda e de serviços em consequência do aumento das remessas de lucro e dividendos. Dessa forma, o resultado da busca por contrapor o déficit nas transações correntes pela atração de capitais é uma deterioração futura ainda maior desta conta. Assim, há mais necessidade de financiamento externo para saldar o déficit gerado pela balança de rendas e serviço, colocando o país em uma armadilha financeira. De acordo com Sampaio Jr:

(...) o Brasil continua atado a uma armadilha financeira que nos obriga a sacrificar o presente e a hipotecar o futuro para pagar as dívidas. A liberdade de movimento de capitais impõe limites intransponíveis a redução dos juros reais. Os juros estratosféricos estimulam a especulação financeira, bloqueando a retomada dos investimentos privados. Pressionam, ao mesmo tempo, a dívida pública, exigindo superávits fiscais crescentes, o que, por sua vez, obriga a manter o gasto público deprimido. (SAMPAIO JR, 2005, p.308-309)

A fim de tornar mais atrativa e entrada de capitais na economia, contrapor o déficit em transações correntes e proporcionar lucros ainda mais elevados ao setor financeiro, a taxa de juros foi continuamente elevada a partir de 2013, passando de 7,12% a.a. em de janeiro do ano em questão para 14,25% a.a. em agosto de 2016²⁰. Diante da elevação da taxa de juros a partir de 2013, a dívida interna, que teve um caráter ascendente durante os governos petistas, passa a crescer de forma ainda mais acentuada²¹. Os elevados superávits comerciais permitiram uma trajetória descendente da dívida líquida externa do país até o ano de 2008. Propagada enquanto uma prova da redução da vulnerabilidade externa, ela teve como

¹⁹ De acordo com Carcanholo (2010) o estímulo a abertura financeira pode ser exemplificado pela extinção da Conta de Não residentes (CC-5) em março de 2005, que facilitou o envio de remessas de lucro ao exterior; e pela sanção da medida provisória MP 281, a qual previa incentivos fiscais aos investidores para aquisição de títulos da dívida pública interna.

²⁰ A trajetória da taxa de juros foi ilustrada no gráfico 12, p.78. desta monografia

²¹ A trajetória da dívida interna e da dívida externa é ilustrada no gráfico 21, p.105.

contrapartida uma brutal elevação da dívida interna. A reversão da conjuntura internacional e a reversão dos saldos comerciais trouxeram consigo uma mudança da trajetória da dívida externa, que interrompe seu movimento de queda em meados de 2008 e passa a se elevar a partir de 2013.

4.4 O novo padrão exportador de produção na economia brasileira

Após a execução do Plano Real a economia brasileira passou por uma acentuação do processo de reestruturação produtiva que se estendeu por toda a América Latina desde a década de 1970 - processo intitulado por Jaime Osório de novo padrão exportador de especialização produtiva. No Brasil, a conjuntura de elevação dos preços das matérias-primas aliada a uma política de manutenção de taxas de juro elevadas e câmbio valorizado trouxe grandes impactos para a produção interna. De acordo com Carcanholo, as transformações ocorridas na economia brasileira se caracterizam pelo aprofundamento do caráter exportador da economia e da reprimarização das exportações:

A manutenção do padrão de inserção comercial regressiva no governo Lula aprofundou o processo de reprimarização das exportações. Não só a economia brasileira passou a depender cada vez mais das oscilações dos mercados externos para a demanda da sua produção interna, como o componente primário das exportações se acentuou. (CARCANHOLO, 2010b, p.124)

A elevação do preço das commodities gerada pela elevação da demanda externa e pelo “Efeito China” possibilitou uma alta lucratividade ao setor exportador, estimulando o aumento da produção voltada para o mercado externo. Esse movimento contribuiu para reafirmar o caráter exportador da economia brasileira, se expressando em uma elevação da participação das exportações no PIB de 7%, em 1999, para 16,5%, em 2004, mantendo-se razoavelmente estável em 2013 a um patamar de 12% do PIB, de acordo com dados do IBGE. Essas circunstâncias, combinadas com a ausência de uma estratégia robusta de industrialização durante os governos petistas, contribuíram para o fortalecimento do caráter exportador de matérias-primas da economia brasileira.

O Brasil deu centralidade crescente ao setor exportador ao mesmo tempo em que tornou as exportações cada vez menos diversificadas. A especialização produtiva pode ser evidenciada a partir da tabela 6. Em 2003, os oito principais produtos exportados pelo Brasil representavam 57% do total, e em 2016 esse valor elevou-se para 62%. Nesse intervalo de tempo se destaca o crescimento das exportações de produtos soja, de minério de ferro e de seus derivados: a exportação de soja e produtos derivados (soja triturada, farelo de soja, óleo de soja e proteína de soja) representava 11% das exportações em 2003 e passou a representar 14% em 2016; já o minério de ferro e derivados (ferro-ligas, ferro fundido bruto e ferro gusa) passou de 6 para 9%. Em contraposição, as exportações que apresentam uma maior elaboração tecnológica, como os materiais de transporte, a metalurgia e a siderurgia apresentaram uma redução no período analisado. A participação de materiais de transporte na pauta exportadora se reduziu de 13% para 9%, enquanto a metalurgia e a siderurgia apresentaram uma redução de 6 para 4%. Assim, percebe-se uma menor diversificação da pauta exportadora brasileira, que se direciona para a produção voltada à exportação de bens de baixa intensidade tecnológica.

Produto exportado	2003	2016
Soja e derivados	11%	14%
Materiais de transporte	13%	9%
Minério de ferro e derivados	6%	9%
Petróleo e derivados	6%	8%
Carnes e suas preparações	5%	7%
Açúcar e Etanol	*	6%
Outros materiais metálicos	5%	5%
Metalurgia e siderurgia	6%	4%
Papel e Celulose	4%	*
Outros	43%	38%

Tabela 6: Participação em % dos oito principais produtos exportados em cada ano
 *O produto em questão não fez parte dos 9 mais exportados no ano, estando incluído em “Outros”.

Fonte: MDIC. Elaboração da autora.

A regressão da pauta exportadora pode ser observada através da diminuição da participação de produtos manufaturados na exportação. Em 2003, os produtos manufaturados representavam 54% das exportações, valor que caiu para 38% em 2016, conforme ilustrado pela tabela 7. Percebe-se que a queda na participação de bens manufaturados acentuou-se

principalmente a partir da crise de 2008. Inversamente, a participação dos produtos básicos nas exportações elevou-se de 29% para 46% no mesmo período, enquanto a exportação de bens semimanufaturados se manteve estável durante o período.

Ano	Participação nas exportações (%)			Participação nas importações (%)		
	Básicos	Semimanufat.	Manufaturados	Básicos	Semimanufat.	Manufaturados
2003	29	15	54	18	4	78
2004	31	14	53	20	4	75
2005	28	15	56	18	4	77
2006	28	14	56	19	4	76
2007	31	14	54	18	5	77
2008	35	13	49	19	5	76
2009	42	13	43	15	3	81
2010	43	14	41	14	4	82
2011	47	14	37	15	4	81
2012	48	13	37	14	4	82
2013	48	13	37	15	3	82
2014	51	12	34	14	3	83
2015	47	14	37	11	4	85
2016	46	14	38	10	4	86

Tabela 7: Participação de cada fator agregado nas exportações e nas importações brasileiras
 Fonte: MDIC. Elaboração da autora.

De acordo com a tabela 7, observa-se que a importação manteve um movimento inverso ao das exportações. A participação de produtos básicos nas importações saiu de 18%, em 2003, para 10%, em 2016, enquanto a participação de bens manufaturados nas importações cresceu 8 pontos percentuais no período analisado, saindo de 78% para 86%. A importação de bens semimanufaturados manteve-se estável durante o período.

A contrapartida da especialização produtiva em exportação de *commodities* foi a regressão industrial da economia brasileira. A série de políticas implementadas a partir de 1994 com o Plano Real através da valorização cambial, da abertura comercial e da taxa de juros elevada foi prejudicial a indústria. Sua continuidade durante os governos Lula e Dilma levou ao aprofundamento da fragilidade industrial. De acordo com o IBGE, em 2003 a

participação da indústria de transformação no produto era de 16,9%, apresentando uma tendência de queda a partir de então que se tornou mais intensa com a eclosão da crise de 2008, e como resultado, em 2016, a indústria de transformação apresentou participação de apenas 11,7% no PIB. Mesmo diante do prosseguimento da valorização cambial durante os governos Lula e Dilma a burguesia industrial teve seus interesses acomodados. Ainda que seus órgãos representativos como a FIESP tivessem constantemente se queixado da “desindustrialização”, a burguesia industrial se beneficiou da valorização cambial e da abertura dos mercados para importar bens de capital, conforme veremos adiante. As queixas do setor industrial vieram principalmente no sentido de exigir a redução do “custo Brasil” e de reduzir a sua carga tributária. Mesmo com as inúmeras desonerações colocadas em prática pela presidente Dilma, a indústria continuou apresentando uma queda em sua participação no produto.

No conjunto, evidencia-se que a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho enquanto exportador de matérias-primas se intensificou durante os governos Lula e Dilma, movimento que se acelerou a partir da crise de 2008. A elevação da produção voltada para a exportação, a intensificação do seu caráter regressivo e a debilidade industrial fortaleceram a posição histórica do país enquanto exportador de produtos de baixa intensidade tecnológica e importador de produtos manufaturados. A consequência da intensificação dessa posição desfavorável no comércio internacional é a acentuação da troca desigual, a elevação da transferência de valor da periferia para o centro e a consequente superexploração da força de trabalho.

4.5 Aparente recuperação e intensificação da crise

A conjuntura favorável minimizou os impactos iniciais da crise, que viriam a se fazer intensos e persistentes apenas a partir de 2013. Aqui, buscamos compreender porque o país pareceu se recuperar tão facilmente dos impactos negativos de 2008, retomando rapidamente um crescimento elevado, para no final do ano de 2013 tal cenário se reverter de forma brusca.

A crise econômica atinge a economia brasileira sob um cenário de grande otimismo. O governo petista defendeu que a sua política econômica acertada havia permitido que a crise fosse superada na economia brasileira. Os indicadores econômicos nos anos subsequentes a crise pareciam confirmar a tese governista. Os impactos que a economia brasileira sofreu durante os anos de 2008/2009 foram pequenos, de forma com que a economia conseguiu se

recuperar dos mesmos, na aparência, já no fim de 2009. Os motivos que permitiram à economia brasileira minimizar os efeitos iniciais da crise foram: a contínua melhora no preço das *commodities* exportadas pelo país, que garantiam superávits comerciais; as condições específicas do mercado de trabalho brasileiro que ainda permitiam o prosseguimento da acumulação de capital; e a execução de políticas sociais e anticíclicas.

Conforme apresentamos no item 4.3, os saldos na balança comercial permaneceram crescentes até 2007, momento em que atingem certa estabilidade e passam a decrescer. As exportações crescem a ritmos elevados e a eclosão da crise coincidiu com um momento de elevação da demanda externa por matérias primas. O impacto da crise econômica foi pequeno e passageiro no nível de preços das *commodities*, de forma que eles continuaram se elevando e estimulando a produção voltada para exportação, atingindo um ápice de preços no ano de 2011. A partir de 2013, no entanto, os preços das *commodities* passam a se reduzir, conforme foi expresso nos gráficos 5, 13 e 14. No momento em que a crise eclodiu o setor exportador apresentava uma lucratividade elevada por conta da elevação nos preços que ainda se fazia crescente. Diante da contínua e intensa elevação nos preços das mercadorias que incentivava a elevação das exportações, o crescimento do setor exportador acarretou em impactos indiretos de estímulo ao mercado interno. O crescimento das exportações apresentou um duplo caráter na economia brasileira: ao mesmo tempo que deprimiu o mercado interno por direcionar a economia para o comércio exterior, também gerou um dinamismo interno dependente desse setor. De acordo com Filgueiras:

Não há dúvida de que as exportações produzem efeitos multiplicadores para dentro e estimulam o crescimento da produção, da renda e do emprego e, portanto, renovam a importância do mercado interno no processo de acumulação. Entretanto, o impulso primário da acumulação e a dinâmica de crescimento passam a ser dados, principalmente, pelo comportamento da demanda internacional. Isso coloca em novas bases um tipo de dependência que era próprio da fase primário-exportadora. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p.91)

A conjuntura favorável permitiu que o governo realizasse políticas sociais de incentivo ao mercado interno. A expansão do mercado interno que foi puxada indiretamente pela elevação das exportações e pelas políticas sociais foi de caráter limitado por não superar os entraves estruturais da economia dependente, questão necessária para o desenvolvimento de um mercado interno de massas no país. O caráter dependente da demanda internacional do mercado interno citado por Filgueiras é expressão da forma particular que o desenvolvimento capitalista adquire nas economias dependentes. É porque a economia brasileira se baseia na

superexploração do trabalho que é impossível que se sustente no país um mercado interno robusto, com um dinamismo próprio. As políticas de transferência de renda, de crédito e de elevação do salário mínimo foram insuficientes para transformar essa realidade porque não superaram a superexploração, mas apenas a tornaram mais branda por um curto período de tempo. A superexploração é consequência da troca desigual e da transferência de recursos para o exterior, fatores que se acentuaram durante os governos petistas.

O crescimento do mercado interno que advém do maior dinamismo do setor exportador e das políticas sociais e anticíclicas carrega em si uma série de contradições, as quais ao mesmo tempo que contribuíram para amenizar os impactos da crise no curto-prazo, carregavam em seu interior os elementos que levariam a insustentabilidade do crescimento em meados de 2013. Primeiro, conforme já citado, o próprio crescimento do setor exportador ao mesmo tempo em que permitia elevar o dinamismo interno, também o deprimia por voltar a economia para a produção de exportação. Segundo, a inserção do Brasil no mercado mundial enquanto exportador de matérias primas apenas permite que o setor exportador impulse o mercado interno em condições muito específicas, como a conjuntura recente que decorreu do “*boom das commodities*”. A troca desigual decorrente da posição que o Brasil adquire na divisão internacional do trabalho foi camuflada pela excepcionalidade dessa conjuntura, e a reversão conjuntural voltaria, mais cedo do que tarde, a evidenciar a posição desfavorável do Brasil. Dessa forma, no curto-prazo a alta lucratividade do setor exportador aliada às políticas sociais e anticíclicas permitiu afrouxar a superexploração da força de trabalho, porém a inevitável mudança na conjuntura implicaria na necessidade de intensificar a superexploração – e, como consequência da superexploração, levar a um desestímulo ao crescimento do mercado interno.

A elevação das exportações teve uma grande importância para gerar as dívidas necessárias à importação de bens de capital para a intensificação da acumulação de capital. Conforme demonstramos no item 4.3, a expansão das exportações permitiu uma elevação intensa na quantidade das mercadorias importadas. A elevação das exportações fornecia as divisas necessárias para importar e a política de valorização cambial tornava as importações mais atrativas. Ainda que em termos relativos se tenha observado uma queda da participação industrial no produto, em termos absolutos a indústria cresceu, sendo impulsionada pela crescente importação de bens de capital, conforme ilustrado pelo gráfico 17. Esse movimento é acompanhado de uma elevação da entrada de Investimento Estrangeiro Direto na região,

impulsionado pela necessidade de valorização do capital no centro. De acordo com dados do Banco Central, diante da crise o IED tem uma pequena queda abrupta no ano de 2009 de 38% com relação ao ano anterior²². Em 2010 há uma recuperação dos fluxos de IED que se traduzem em um crescimento de 180% com relação ao ano de 2009. O saldo positivo da balança comercial que se mantém até 2013 conjuntamente aos fluxos satisfatórios de investimento externo possibilita o crescimento absoluto e regressivo da indústria. É a expressão da industrialização dependente brasileira que cresce aliada ao setor exportador e ao capital estrangeiro, tal qual descrevera Marini.

O peso que a importação de bens de capital cumpriu para elevar a formação bruta de capital fixo nos anos próximos à eclosão da crise pode ser observado na tabela 8. Durante os anos de 2005 a 2008 a importação de bens de capital foi responsável por mais da metade da elevação total do consumo aparente de bens de capital. Apenas o setor de bens intermediários teve uma participação das importações superior ao setor de bens de capital na variação do consumo aparente, de forma com que a produção interna foi responsável por menos de 40% da elevação no consumo aparente (BIELSCHOWSKY, 2014).

Contribuição para a variação do consumo aparente 2005-2008 – por subgrupo
(Em %)

Subgrupos	Variação total do consumo aparente	Contribuição para a variação do consumo aparente		
		Aumento da produção	Aumento das importações	Redução das exportações
Não duráveis	13,2	6,9	5,1	1,2
Duráveis	48,2	24,4	17,4	6,4
Intermediários	22,0	7,8	12,4	1,8
Bens de capital	45,7	21,2	25,5	-1,0
Total	20,0	15,6	4,6	-0,2

Tabela 8: Contribuição para a variação do consumo aparente no Brasil

Fonte e elaboração: BIELSCHOWSKY, SQUEFF e VASCONCELOS (2014)

Após o ano de 2008, a importância das importações de bens de capital para a formação bruta de capital fixo foi ainda mais intensa, como se pode observar no gráfico 17. Como consequência do peso da importação de bens de capital para a contribuição da variação do

²² A trajetória do IED na economia brasileira pode ser visualizada de forma mais detalhada no gráfico 16, p.87 desta monografia.

consumo aparente, tem-se que a Formação Bruta de Capital Fixo foi influenciada pela capacidade de importar durante o período. Semelhantemente a trajetória da importação de bens de capital e por ela fortemente determinada, a formação bruta de capital fixo apresentou uma tendência de elevação a partir de 2004, conforme pode-se observar no gráfico 17. A queda ocorrida em 2008 diante da crise foi pequena e de rápida recuperação tanto na trajetória da importação de bens de capital quanto na da FBCF. A recuperação rápida foi influenciada pelo prosseguimento da intensificação das exportações, que mantém alta a quantidade de reservas necessárias para realizar as importações. Assim, já no terceiro trimestre de 2009 a acumulação de capital se reestabeleceu, voltando a apresentar uma trajetória decrescente a partir do último trimestre de 2013.

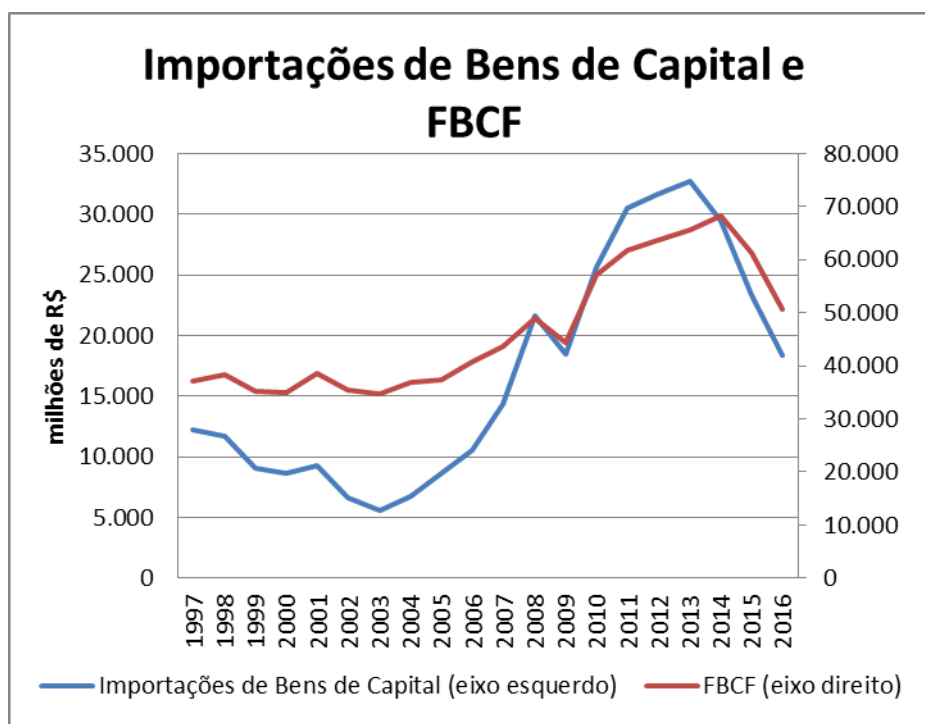


Gráfico 17: Importações de bens de capital e Formação Bruta de Capital Fixo no Brasil

Fonte: MDIC e IBGE.

O gráfico 17 permite elucidar que a crise de 2008 surge em um momento em que o investimento na economia brasileira cresce a ritmos elevados. A acumulação de capital está a todo o vapor diante de uma economia dependente que vive uma conjuntura excepcional de valorização dos bens que a mesma produz, o que incita um dinamismo limitado, mas relevante do mercado interno. Aliada a essas condições do setor externo que estimulam e intensificam a acumulação de capital, tem-se que as condições do mercado de trabalho

também são decisivas para permitir uma rápida recuperação da economia durante os primeiros anos após a eclosão da crise.

Para compreender o fator interno que possibilitou a rápida recuperação aparente da economia, é preciso recapitular as condições do mercado de trabalho nos anos anteriores à eclosão da crise. As reformas neoliberais que se aprofundaram durante a década de 90 intensificaram a superexploração e proporcionaram altas taxas de lucro para os capitalistas. Enquanto a produtividade do trabalhador se elevava, se registrava uma redução da renda dos trabalhadores e uma redução da participação dos salários no PIB. De acordo com Sampaio Jr:

Enquanto entre 1994 e 2001 a produtividade por trabalhador registrou um aumento superior a 50%, a renda real média dos ocupados registrou diminuição de 8%. Não é de se estranhar que a participação do salário na renda nacional tenha sofrido expressiva diminuição, caindo de 36% do PIB em 1993 para 26% em 2002 (desempenho que contrasta com o aumento da participação dos lucros no PIB de 35% para 42%). (SAMPAIO JR, 2005, p.296)

As reformas neoliberais proporcionaram uma elevação da taxa de lucro na economia capitalista brasileira durante o final da década de 90 e início dos anos 2000. A elevação das taxas de lucro foram um incentivo para a elevação da acumulação na economia dependente brasileira, principalmente através da entrada de investimentos externos que procuravam taxas de lucro mais elevadas. O peso das reformas neoliberais permitiu que mesmo diante da melhora na condição de vida da classe trabalhadora que se expressou na elevação real dos salários e na redução do desemprego, as taxas de lucro ainda pudessem se manter em patamares satisfatórios no momento de eclosão da crise.

Diante da intensificação da acumulação, a partir de 2004 a taxa de desemprego entra em um movimento de queda. De acordo com a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) realizada pelo IBGE, em abril de 2004 a taxa de desemprego²³ era de 13,1% e vai se reduzindo paulatinamente, atingindo em novembro de 2011 o valor de 4,7%. A taxa de desemprego da economia brasileira no ano de 2008 ainda se apresentava alta, no valor de 8%. Havia, portanto, um considerável exército industrial de reserva que permitia que a elevação salarial não se exacerbasse e, conseqüentemente, que se prosseguisse a acumulação. Tal conjuntura permitiu que os impactos da crise se demonstrassem a priori modestos na economia brasileira, se traduzindo apenas em pequenos desestímulos a acumulação, que voltaria a se reestabelecer aparentemente de forma plena em 2009. Em outras palavras, a economia brasileira ainda

²³ A evolução da taxa de desemprego pode ser observada no gráfico 23, p.110 desta monografia.

apresentava espaço para prosseguir a acumulação de capital, tendo em vista que a taxa de lucro se mantinha a patamares elevados diante da conjuntura excepcional de preços das matérias primas e das condições existentes no mercado de trabalho.

A redução crescente da taxa de desemprego iniciada em 2004 trouxe um impacto positivo no nível de salários²⁴. Essa elevação salarial tinha como parâmetro anterior um grande rebaixamento dos salários decorrente das reformas neoliberais. Havia um espaço para ampliar o nível de salários sem tornar as taxas de lucro inviáveis para o prosseguimento da acumulação, movimento que foi fortalecido pela alta nos preços das mercadorias exportadas que pressionavam os lucros para cima. Todavia, em 2011 a economia brasileira atinge a taxa de desemprego mais baixa de toda a série analisada desde 2002, e as pressões no nível de salários combinadas com a reversão do preço das matérias primas começam a se apresentar problemáticas para a manutenção de taxas de lucro satisfatórias.

O último elemento que contribuiu para a retomada do crescimento econômico em 2010 foram as políticas anticíclicas, intensificadas a partir do ano de 2007. A execução de políticas anticíclicas tornou-se possível principalmente por conta da conjuntura favorável. A arrecadação estatal, diante da intensidade no ritmo de acumulação, ainda era elevada o suficiente para sustentar um gasto do governo mais elevado na execução de políticas anticíclicas sem que se comprometesse a existência de superávits primários necessários para manter a confiança no pagamento dos juros da dívida. Assim, o governo buscou elevar a demanda agregada por meio de programas como o PAC, os de transferência de renda, de acesso ao crédito, etc. Dessa forma, a elevação nos gastos do governo e também a elevação do consumo das famílias - proveniente tanto das políticas de transferência de renda quanto das elevações reais dos salários - contribuíram para minimizar os impactos da crise nos primeiros anos após a sua eclosão. De acordo com Filgueiras:

Quanto ao comportamento do consumo das famílias, que representa a maior parcela dentre os componentes da demanda (cerca de 60%), e que inicia o período com taxa de crescimento negativa, a partir de 2005 passa a evoluir num ritmo superior ao do crescimento do PIB, inclusive em 2009, ano de crise, com um crescimento de 4,1%. A observação do desempenho da economia pela ótica da despesa em 2009 revela, claramente, não só o impacto da crise mundial, como também os efeitos das políticas de renúncia fiscal e de estímulo à expansão do crédito adotadas pelo governo: despencam os indicadores dos níveis de investimento, das exportações e importações, mas crescem tanto o consumo das famílias quanto o da administração pública. (FILGUEIRAS, 2010, p.58)

²⁴ A trajetória do salário mínimo pode ser observada no gráfico 21, p.108 desta monografia.

A tabela 9 ilustra a forma com que o consumo das famílias e o consumo do governo permitiram minimizar os impactos da crise durante o ano de 2009. Em 2009 as exportações e a formação bruta de capital fixo apresentaram taxas de crescimento inferiores ao ano de 2008, contribuindo para a queda do produto. Os dados mostram que a elevação do consumo das famílias e do governo contribuíram para a elevação do PIB durante o período analisado. Dessa forma, verifica-se que as políticas anticíclicas contribuíram para tornar menos intensos os impactos da crise durante o ano de 2009. Nos anos subsequentes, o desempenho do setor externo permitiu a elevação das exportações e da FBCF.

TAXA ACUMULADA DE CRESCIMENTO						
Em relação ao mesmo período do ano anterior - %						
Período	PIB	Consumo das Famílias	Consumo do Governo	Formação Bruta de Capital Fixo	Exportação	Importação
2007.I	5,2	6,4	4,3	7,2	5,5	19,4
2007.II	5,9	6,3	5,5	9,8	9,2	18,4
2007.III	5,9	6,1	5,3	11,4	6,2	18,8
2007.IV	6,1	6,4	4,1	12,0	6,2	19,6
2008.I	6,2	7,2	3,0	12,0	-1,8	15,5
2008.II	6,2	7,1	1,7	12,9	2,2	19,6
2008.III	6,5	7,5	2,4	14,7	2,6	20,3
2008.IV	5,1	6,5	2,0	12,3	0,4	17,0
2009.I	-2,4	2,3	3,2	-9,5	-14,1	-13,0
2009.II	-2,3	3,1	2,7	-8,9	-11,9	-12,8
2009.III	-1,9	3,6	1,9	-7,0	-11,0	-12,3
2009.IV	-0,1	4,5	2,9	-2,1	-9,2	-7,6
2010.I	9,2	7,5	3,0	29,0	15,5	38,9
2010.II	8,9	6,4	4,1	25,8	10,8	37,4
2010.III	8,2	6,0	4,3	21,8	11,1	37,4
2010.IV	7,5	6,2	3,9	17,9	11,7	33,6

Tabela 9: Evolução dos componentes da demanda agregada brasileira de 2007 a 2010 (em %)

Fonte: IBGE. Elaboração da autora.

Diante das contradições inerentes aos fenômenos que possibilitaram minimizar os efeitos da crise na economia brasileira nos primeiros anos de sua eclosão, tem-se que não houve a superação da crise, mas sim o adiamento das suas consequências mais intensas. Primeiro, pela queda no preço das mercadorias exportadas e o decorrente déficit na balança comercial, que levou o setor exportador a apresentar desestímulos para prosseguir realizando novos investimentos. Esse efeito se estende para a indústria diretamente através do impacto dos preços das mercadorias industrializadas de baixo processamento - como, por exemplo, a indústria siderúrgica, que também se beneficiava dos altos preços do minério de ferro - e

indiretamente, principalmente através da dificuldade em comprar bens de capital para novos investimentos. Somada a essa conjuntura, a redução do desemprego e a elevação dos salários propiciada pela elevação no ritmo de acumulação e pelas políticas sociais levaram a uma atenuação da superexploração que se demonstrava cada vez mais incompatível com a manutenção de taxas de lucro satisfatórias aos interesses dos capitalistas nacionais e internacionais. Da mesma forma, o fim da conjuntura excepcional de elevação no preço das commodities também trouxe uma pressão negativa nas taxas de lucro. Em contrapartida, a intensificação da posição desfavorável da economia brasileira no comércio internacional implicou em uma maior necessidade de superexploração da força de trabalho a fim de compensar as perdas decorrentes da troca desigual e da dependência financeira, que anteriormente poderiam também ser compensadas pela elevação excepcional do preço das *commodities*. Ainda, a dívida pública interna e a dívida externa passaram a se elevar intensamente, o que gerou um descompasso entre a produção em estagnação e a necessidade de elevar a quantia de dinheiro destinada ao pagamento de juros da dívida pública.

4.6 Impactos recentes na produção e na dívida pública

O arrefecimento da produção decorrente da intensificação dos impactos da crise na economia brasileira veio conjuntamente a uma intensificação do crescimento da dívida pública. A estagnação produtiva trouxe a uma redução da massa de mais-valia apropriada ao mesmo tempo em que havia uma necessidade crescente de ampliar a quantidade de recursos a serem destinados à acumulação de capital fictício.

O acirramento das contradições da economia brasileira se expressou em fortes impactos na produção industrial, a qual já se encontrava debilitada e em regressão. Como se pode analisar no gráfico 18, durante o ano de 2009 o Índice de Produção Industrial calculado pelo IBGE cai de forma abrupta, mas se recupera rapidamente, apresentando já em 2010 valores semelhantes aos anos anteriores a crise. A partir de 2013, no entanto, a produção industrial passa a cair continuamente e sem indícios de significativa recuperação até o início do ano de 2017. Observa-se que a produção de bens intermediários e de bens de consumo semidurável apresenta uma maior estabilidade ao longo da série analisada, enquanto a de bens de capital e de bens de consumo duráveis responde de forma mais intensa aos choques externos. A queda na produção industrial se deu de forma mais intensa inicialmente no setor de bens de capital, que inicia um movimento de queda a partir de setembro de 2013, sendo

seguido pela queda produtiva nos demais setores. A partir de 2016 a produção industrial reduz o seu movimento de queda, todavia não há uma recuperação significativa e ela permanece estagnada em patamares muito reduzidos. Os últimos dados disponibilizados pelo IBGE da série analisada expressos no gráfico 18 mostram que o índice de produção industrial da indústria de bens de capital durante os meses de janeiro a maio de 2017 se encontraram em torno de 68%. O índice mede a produção industrial com base fixa em 2012, ou seja, a produção industrial de bens de capital durante os primeiros meses do ano de 2017 equivale a apenas 68% da apresentada em 2012, o que demonstra que a economia ainda sente intensamente os efeitos da crise.

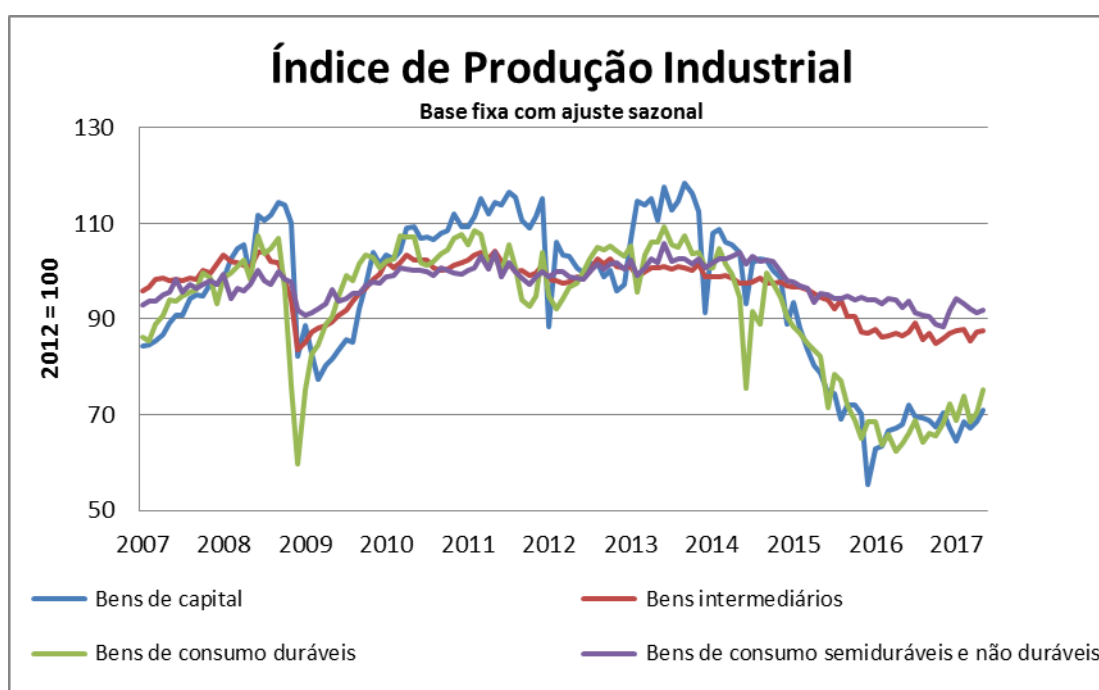


Gráfico 18: Índice de Produção Industrial brasileiro

Fonte: IBGE/Sidra. Elaboração da autora.

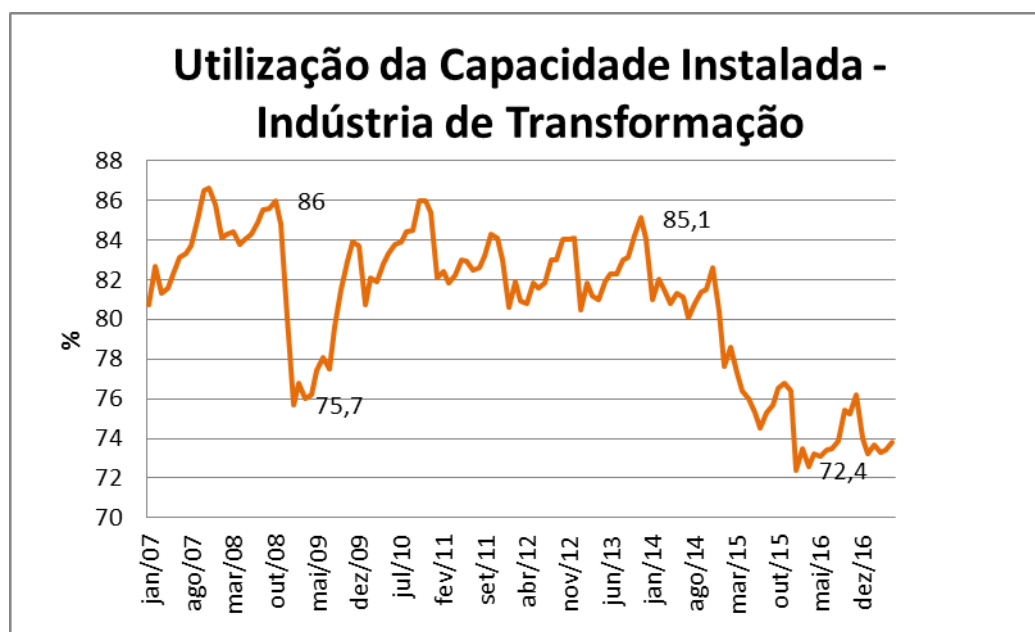


Gráfico 19: Utilização da capacidade instalada da indústria de transformação no Brasil

Fonte: FGV. Elaboração da autora.

A utilização da capacidade instalada da indústria de transformação passa a apresentar tendência de queda a partir de 2014, conforme ilustra o gráfico 19. A elevação da capacidade ociosa industrial ilustra que não apenas deixou-se de realizar novos investimentos como também se reduziu a utilização das máquinas e equipamentos já instalados. Em novembro de 2013 a utilização da capacidade instalada estava no patamar de 85%, valor que se reduziu para 72,4% em janeiro de 2016, o menor da série analisada. Em maio de 2017, o último valor disponibilizado pela FGV, a capacidade industrial permanece em baixos patamares (73,8%), sem indicar significativa recuperação econômica.

Em consequência do baixo dinamismo econômico, o Produto Interno Bruto passa a apresentar um crescimento cada vez menor a partir de 2013. Em 2015, 2016 e no primeiro trimestre de 2017 a taxa de crescimento do PIB é negativa, indicando sua redução com relação ao valor do ano anterior. Em 2016 o PIB se retrai em 4,37%, uma redução da produção muito mais elevada que a ocorrida em 2009, na ordem de 1,69%. Todavia, o comportamento do PIB é uma variável que não nos permite analisar com precisão a situação econômica, e nesse contexto a análise dos componentes da demanda agregada permite compreender mais a fundo o movimento da economia. A tabela 10 permite ilustrar os elementos da demanda agregada que foram responsáveis pela queda da taxa de crescimento do produto. Percebe-se que o primeiro elemento da demanda que apresenta retração é a Formação Bruta de Capital Fixo, que passa a apresentar uma taxa de crescimento negativa a partir do segundo trimestre de 2014. Em 2014, a média trimestral de queda da FBCF com relação ao ano anterior é de 1,1%, passando para 2015 ao valor de 11,8% e atingindo sua maior contração em 2016, com uma redução de 13,05% com relação ao ano anterior. Já o consumo das famílias e o do governo apenas passa a apresentar taxas negativas de crescimento a partir de 2015. Assim como a FBCF, a maior retração apresentada pelos demais componentes da demanda agregada interna se deu no ano de 2016.

TAXA ACUMULADA AO LONGO DO ANO

Em relação ao mesmo período do ano anterior - %						
Período	PIB	Consumo das Famílias	Consumo do Governo	Formação Bruta de Capital Fixo	Exportação	Importação
2011.I	5,2	6,4	2,6	8,2	4,3	11,8
2011.II	4,9	6,5	2,9	8,2	5,5	13,1
2011.III	4,5	5,6	2,5	7,3	5,1	10,4
2011.IV	4,0	4,8	2,2	6,8	4,8	9,4
2012.I	1,7	3,0	2,1	3,1	4,9	6,1
2012.II	1,3	2,6	2,1	2,1	1,4	3,9
2012.III	1,7	3,1	2,0	0,8	-0,6	0,4
2012.IV	1,9	3,5	2,3	0,8	0,3	0,7
2013.I	2,7	3,8	-0,1	2,9	-4,8	7,1
2013.II	3,4	3,9	0,6	5,7	1,0	7,1
2013.III	3,2	3,8	1,2	6,3	1,8	8,8
2013.IV	3,0	3,5	1,5	5,8	2,4	7,2
2014.I	3,5	3,7	1,9	4,3	3,2	0,5
2014.II	1,5	2,7	1,5	-1,2	1,3	-1,7
2014.III	0,8	2,1	1,4	-3,4	2,4	-0,8
2014.IV	0,5	2,3	0,8	-4,2	-1,1	-1,9
2015.I	-1,8	-1,2	0,0	-9,8	3,6	-5,2
2015.II	-2,4	-2,1	-0,6	-11,1	6,0	-8,2
2015.III	-3,1	-3,0	-0,9	-12,4	4,4	-12,2
2015.IV	-3,8	-3,9	-1,1	-13,9	6,3	-14,1
2016.I	-5,4	-5,8	-0,8	-17,3	12,7	-21,5
2016.II	-4,5	-5,3	-0,6	-13,1	7,9	-16,0
2016.III	-4,0	-4,7	-0,7	-11,6	5,2	-13,1
2016.IV	-3,6	-4,2	-0,6	-10,2	1,9	-10,3
2017.I	-0,4	-1,9	-1,3	-3,7	1,9	9,8

Tabela 10: Evolução dos componentes da demanda agregada brasileira de 2011 a 2017 (em %)

Fonte: IBGE. Elaboração da autora.

A queda no consumo das famílias e no consumo do governo foi influenciada pela própria redução do investimento, que levou a elevação do desemprego – e consequentemente a redução da demanda de consumo das famílias – e da arrecadação do governo, que diante do crescimento exorbitante da dívida pública passou a reduzir seus gastos. De acordo com dados da receita federal²⁵, a arrecadação do governo passou a se reduzir a partir de 2013, passando de 1,44 trilhões no ano em questão para 1,31 trilhões em 2016. Já o desemprego, de acordo com a PNAD contínua, passou a se elevar a partir de 2013.

Durante os governos Lula e Dilma, mesmo que durante os anos de 2003 a 2013 os superávits primários tivessem sido ininterruptos e o governo despendido cerca de 2 trilhões

²⁵ Análise de Arrecadação das Receitas Federais, Agosto de 2017. Dados disponíveis em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2017/agosto2017/analise-mensal-ago-2017.pdf>.

para o pagamento de juros e amortizações da dívida, a dívida continuou se elevando brutalmente, conforme explicitado no gráfico 20. Do valor de 987 bilhões apresentado em 2003 a dívida interna mais que triplicou, passando para cerca de 3 trilhões em 2013. Após 2013, a dívida interna passa a crescer de forma ainda mais intensa, chegando em 2016 no valor de 4,6 trilhões de reais. A maior intensidade de crescimento da dívida interna deu-se principalmente por conta da elevação da taxa de juros, que passou de 7,5% a.a., em 2013, para 14,25%, em 2016. A política de elevação paulatina da taxa de juros em um momento de arrefecimento da produção reforça ainda mais a recessão pela qual a economia passa, desestimulando os investimentos produtivos e incentivando a especulação.



Gráfico 20: Evolução da dívida pública externa e interna do Brasil

Fonte: IBGE. Elaboração da autora.

Conjuntamente a elevação da taxa de juros, o governo passou, ainda sob a gestão de Dilma, a cortar sistematicamente as verbas a fim de manter a “credibilidade” dos investidores nacionais e internacionais. Diante da redução da arrecadação do governo decorrente da estagnação produtiva, houve nesse momento um esgotamento da capacidade de efetuar uma política anticíclica sem alterar a estrutura da economia dependente brasileira. Ainda em 2012 a política anticíclica aplicada pelo ex-ministro Mantega já causou desaprovação de grande parte do setor financeiro, mesmo diante de uma conjuntura em que a acumulação ainda era intensa. A insatisfação do setor financeiro e do capital estrangeiro diante das pequenas

políticas anticíclicas aplicadas pelo governo Dilma culminaram na sugestão, ainda em 2012, por parte da revista *The Economist* de que a presidente Dilma retirasse Guido Mantega do ministério da fazenda²⁶. A política econômica, definida enquanto catastrófica pela referida revista foi uma versão muito moderada da implantada pelos EUA durante a crise: elevação do gasto público, redução da taxa de juros, desonerações, etc. Os defensores do livre mercado que haviam ficado calados diante da política econômica anticíclica estadunidense passaram a se debater diante da tentativa pífia do governo brasileiro em promover políticas semelhantes. O que está por trás dessa tentativa de apontar tais políticas como fracassadas é que “para os capitalistas e seus porta-vozes na mídia global o que é bom para proteger os EUA pode ser também para a periferia, mas com certeza não é para seus lucros imperiais” (MARTINS, 2012).

Com a intensificação da crise em 2013 e a consequente queda da arrecadação e da produção doméstica, as pressões do setor financeiro nacional e internacional se elevaram diante da exigência de um pacote de políticas econômicas que deprimisse ainda mais a produção, mas que garantisse que o fluxo de pagamento de juros da dívida continuasse se intensificando. Nesse contexto, a saída de Mantega do ministério da fazenda e a entrada de Levy em 2015 e, posteriormente, de Barbosa, expressam a tentativa do governo de manter acomodado o interesse da classe capitalista financeira.

Ainda sob a gestão de Dilma inicia-se um “ajuste fiscal”, sob a justificativa de reestabelecer o equilíbrio das contas públicas. Todavia, a intensificação da crise econômica em 2016 trouxe a necessidade de intensificar ainda mais o ajuste em andamento, o que culminou no impeachment de Dilma, colocando Temer na presidência. Nas palavras do ex-ministro da fazenda Nelson Barbosa, o ajuste promovido pelo governo Temer é uma continuidade com a política econômica que Dilma tentou implantar, sendo “significativa a opção do governo por seguir a estratégia fiscal anunciada no início deste ano, qual seja: combinar a flexibilização da política fiscal no curto prazo com reformas fiscais de longo prazo”²⁷

²⁶ “A Breakdown Trust”, *The Economist*, 8 de dezembro de 2012:

<https://www.economist.com/news/leaders/21567942-if-she-wants-second-term-dilma-rousseff-should-get-new-economic-team-breakdown-trust>.

²⁷ Nota do ex ministro da fazenda Nelson Barbosa sobre a política fiscal. Disponível em: <http://dilma.com.br/sobre-a-revisao-da-meta-fiscal/>

De acordo com a tabela 11, pode-se perceber que o resultado primário do governo passou durante toda a série analisada muito longe de fazer frente ao pagamento de juros da dívida. O caráter automático de crescimento da dívida aliado às altas taxas de juros da economia brasileira inviabiliza que o resultado primário implique em reduções da dívida pública, o que evidencia que o principal causador do desequilíbrio fiscal no país não são os gastos primários do governo, mas sim a elevada quantia de recursos destinada a favorecer o rentismo. Mesmo no ano de 2005 em que o superávit primário brasileiro foi o mais elevado de toda a série analisada (2003 – 2016), o seu valor de 55 bilhões passou muito longe de fazer frente ao pagamento de juros no valor de 158 bilhões. O resultado é que o país precisa se endividar para garantir a rolagem da dívida, e, ao mesmo tempo, tornar ainda mais elevada a quantidade futura de recursos necessárias para fazer frente ao pagamento de juros.

Período	Dívida interna (R\$ bilhões)	Dívida externa (R\$ bilhões)	Resultado primário (R\$ bilhões)	Pagamento de Juros (R\$ bilhões)
2003	987,12	241,45	38,74	144,59
2004	1.111,25	220,51	52,39	128,52
2005	1.262,92	190,69	55,74	158,09
2006	1.405,89	150,59	51,35	161,93
2007	1.597,67	116,76	59,44	162,54
2008	1.765,03	145,01	71,31	165,51
2009	2.045,09	111,44	42,44	171,01
2010	2.316,66	109,40	78,72	195,37
2011	2.545,18	108,38	93,04	236,67
2012	2.837,52	129,06	86,09	213,86
2013	3.027,70	149,66	75,29	248,86
2014	3.371,53	189,29	-20,47	311,38
2015	4.038,35	262,41	-116,66	501,79
2016	4.625,71	228,14	-159,47	407,02

Tabela 11: Dívida interna e externa, resultado primário e pagamento de juros da dívida pública

Fonte: Banco Central. Elaboração da autora.

A política econômica implantada pelo segundo governo Dilma e posteriormente intensificada por Temer além de não resolver de fato a causa do desequilíbrio das contas públicas, agrava a recessão na medida em que consiste em desestímulos ao investimento produtivo. De acordo com Martins e Grossman:

É a expansão da economia que, aumentando as receitas fiscais, possibilita a redução do déficit público. E não o contrário. Travar o crescimento econômico – via elevada taxa básica de juro – para reduzir o déficit público provoca inevitavelmente a sua elevação. É isso que ocorre com a atual política econômica brasileira, iniciada com

Levy e Barbosa (governo Dilma) e meramente continuada com Meireles (governo Temer). (...) o problema desta insana política econômica brasileira não é apenas o fato que ela é tecnicamente impotente para reequilibrar as contas públicas. Na verdade ela é o próprio motivo para torná-las ainda mais desequilibradas, na medida em que, via Banco Central, ela comete o crime lesa pátria de manter congelada por mais de dois anos a maior taxa básica de juros do mundo enquanto a taxa de inflação cai com enorme rapidez. (GROSSMAN & MARTINS, 2016)

A função prioritária das políticas econômicas implantadas a partir do segundo governo Dilma e intensificadas por Temer não tem a função de retirar o país da crise, mas sim de manter intacto o interesse do capital financeiro. São políticas ineficientes tanto para retomar o crescimento econômico no país quanto para reestabelecer um equilíbrio fiscal. Tais medidas permitiram que mesmo em momento de crise o lucro do setor financeiro permanecesse elevado, inclusive batendo recordes de arrecadação²⁸, tendo como contrapartida o prolongamento da crise e a intensificação da superexploração da força de trabalho brasileira.

4.7 Políticas sociais e mercado de trabalho

Conforme demonstrado no capítulo II desta monografia, o comportamento do mercado de trabalho está intimamente ligado à dinâmica do ciclo econômico. Em momentos de ascendência do ciclo econômico é possível aos trabalhadores usufruírem de elevações salariais, a depender da dinâmica da luta de classes, sem que tais ganhos impliquem em uma ameaça à acumulação de capital. Da mesma forma, na economia dependente uma conjuntura favorável pode permitir que a superexploração da força de trabalho se torne menos intensa, sem romper com o capitalismo dependente.

Durante os governos Lula e o primeiro governo Dilma, a conjuntura externa favorável permitiu que ao mesmo tempo em que se prosseguisse com a estrutura da economia dependente brasileira intacta e se mantivesse a classe trabalhadora mais acomodada diante de melhorias no nível real de salários e da ampliação de políticas sociais. Sem romper com as políticas neoliberais, a conjuntura favorável permitiu unir o atendimento dos interesses das

²⁸ Por exemplo, no primeiro trimestre de 2017, o Itaú Unibanco registrou um lucro líquido de 6,176 bilhões, valor 19,64% acima do ano anterior (Portal G1 de O Globo, 03/05/2017). O Banco Bradesco atingiu o lucro líquido de 4,6 bilhões no mesmo período, um crescimento de 13% com relação ao ano anterior (Folha de São Paulo, 27/04/2017). O Banco Santander obteve um lucro líquido de 2,28 bilhões nesse mesmo período, resultado 37,3% mais elevado que o de 2016 (Folha de São Paulo, 26/04/2017).

classes capitalistas com a melhora de curto-prazo das condições do mercado de trabalho e com a execução de políticas sociais.

A política de redução da pobreza durante os governos petistas se deu por meio da ampliação da capacidade de consumo das classes subalternas - principalmente por meio de uma política de elevação do salário mínimo, das políticas de transferências de renda e de facilitações do acesso ao crédito. De acordo com Filgueiras, a conjuntura permitiu – com pesos distintos - acomodar interesses conflitantes:

De um lado, os juros, lucros e rendas das frações do grande capital financeiro/agronegócio/empresas estatais/fundos públicos/ grandes grupos nacionais e, de outro, a ampliação do crédito para segmentos da população como menor renda, os aumentos reais do salário mínimo e a ampliação da política social focalizada (FILGUEIRAS, 2010, p.39).

O mais significativo em termos da política de rendas durante os governos petistas foi o aumento sistemático do salário mínimo. Sua elevação implicou em uma melhora na capacidade de consumo da classe trabalhadora, a qual consistiu em um estímulo ao crescimento do mercado interno. Em 2003, o salário mínimo nominal era de R\$ 240,00, valor que se elevou continuamente até atingir em 2016 o valor de R\$ 880,00. A evolução do salário mínimo nominal pode ser observada no gráfico 21, onde a sua trajetória manteve-se crescente durante todo o período analisado, não demonstrando apresentar variações significativas em consequência à crise econômica.

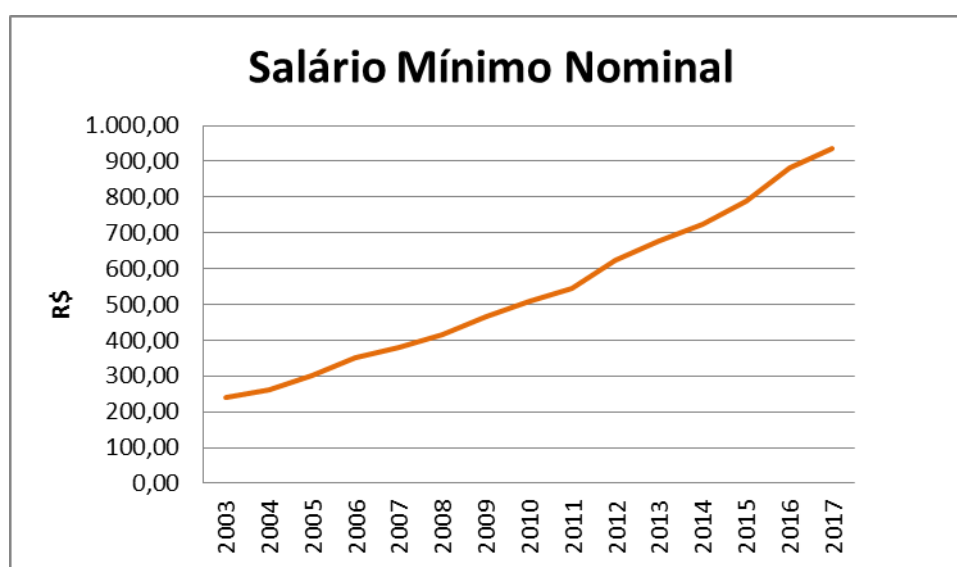


Gráfico 21: Evolução do salário mínimo nominal no Brasil

Fonte: DIEESE. Elaboração da autora.

A evolução do salário mínimo nominal é uma medida limitada para avaliar as condições de vida da classe trabalhadora. O salário mínimo calculado pelo DIEESE é uma medida aproximada do valor da força de trabalho, de tal modo que a divisão entre o salário mínimo efetivo e o salário mínimo necessário corresponde a uma medida geral da intensidade da superexploração da força de trabalho. O gráfico 22 explicita a porcentagem que o salário mínimo efetivo representa do salário mínimo calculado pelo DIEESE durante os anos de 2003 a 2016. O período em que ocorreu maior elevação da razão salário mínimo/mínimo necessário na série analisada foi durante o primeiro governo Lula, em que o salário em 2003 representava 13% do necessário e passou para cerca de 20%, em 2007, continuando sua tendência de elevação e chegando a cerca de 25%, em 2012.

Ainda que o salário mínimo tenha se elevado e permitido um maior acesso das classes populares ao consumo, a superexploração continuou se fazendo presente, visto que o salário mínimo real continuou representando apenas cerca de $\frac{1}{4}$ do suficiente para reproduzir a força de trabalho em condições normais. De acordo com o DIEESE, nota-se ainda que ocorreu uma redução da relação salário mínimo/salário mínimo necessário a partir do ano 2007 que se estendeu até 2009, movimento agravado pela eclosão da crise. Todavia, a relação volta a apresentar uma tendência ascendente até o ano de 2012, momento em que há uma estabilização da relação salário mínimo/salário mínimo necessário. Com a intensificação da crise a partir de 2013, há uma tendência à redução da relação salário mínimo/mínimo necessário, indicando uma intensificação da superexploração na conjuntura recente.

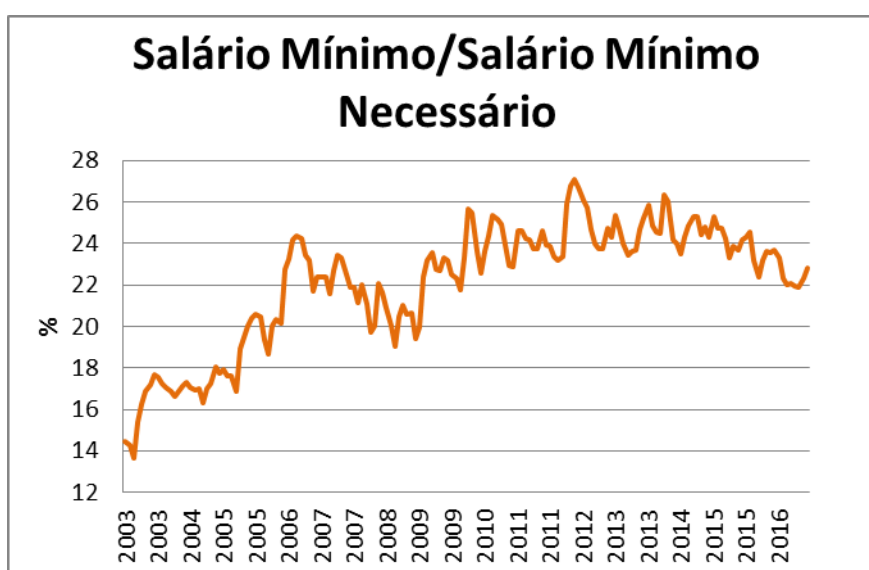


Gráfico 22: Razão entre o salário mínimo e o salário mínimo necessário do DIEESE

Fonte: DIEESE. Elaboração da autora.

Conjuntamente à elevação do salário mínimo, o mercado de trabalho apresentou uma queda significativa da taxa de desemprego durante os governos petistas. Conforme ilustrado no gráfico 23, a taxa de desemprego em janeiro de 2003 era de 11,2%, valor que foi se reduzindo paulatinamente até atingir em dezembro de 2011 o valor mais baixo da série analisada, de 4,7%. Ao final do ano de 2011 até 2014, a taxa de desemprego permaneceu razoavelmente estável por volta dos 6%. . Em janeiro de 2015 a taxa de desemprego era de 6,8%, valor que se elevou para 9,5 em janeiro de 2016 e atingiu um pico de 13,7% em março de 2017. No espaço de tempo de dois anos a taxa de desemprego na economia brasileira mais que dobrou, avançando em 6,9 pontos percentuais de 2015 a 2017. O último valor da série disponibilizada pelo IBGE pela PNAD contínua data o mês de agosto de 2017, em que a taxa de desemprego apresenta-se no patamar de 12,7%, valor correspondente a 13,1 milhões de pessoas desempregadas.

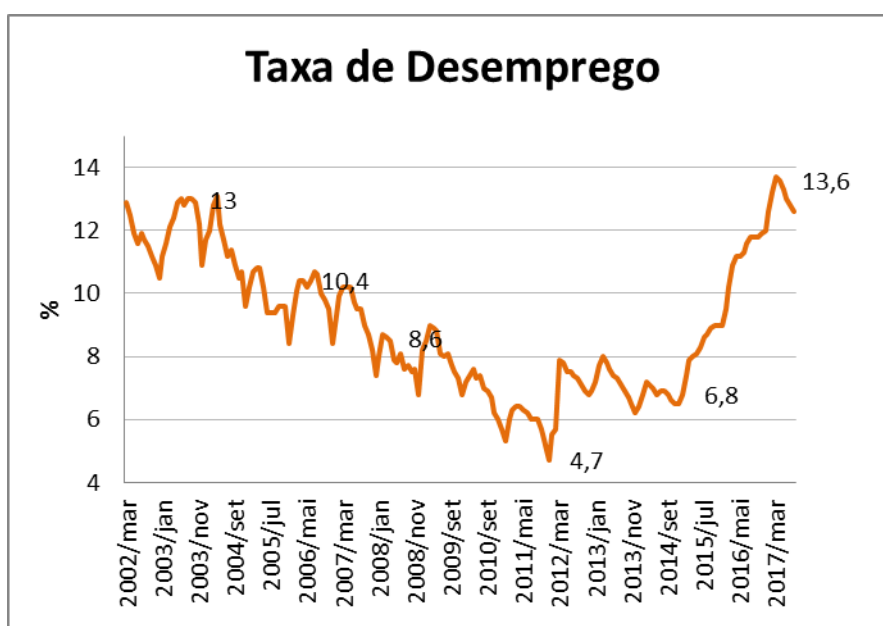


Gráfico 23: Taxa de desemprego no Brasil

Fonte: PME (2003/jan – 2011/dez) e PNAD contínua (2012/jan – 2017/abr). Elaboração da autora.

Os empregos com carteira assinada foram os principais responsáveis pela elevação do nível de emprego. Conforme ilustra a tabela 12, durante o período houve um crescimento

contínuo da geração de empregos com carteira assinada, com exceção do ano de 2011²⁹ e de 2015 em que houve uma redução com relação ao ano anterior. Já os empregos sem carteira assinada mantiveram uma tendência mais instável, elevando-se de 2003 a 2008 e passando a apresentar uma tendência de queda a partir de então. Como resultado, nota-se que durante o período analisado houve uma elevação da formalidade, expressada em uma redução da proporção de trabalhadores sem carteira assinada no mercado de trabalho. Durante os anos de 2003 a 2008, a porcentagem de trabalhadores sem carteira assinada teve uma trajetória instável, passando a apresentar uma tendência contínua de queda a partir de 2009. Em 2008, a porcentagem de trabalhadores sem carteira assinada era de 34,10, valor que se reduz em mais de 10 pontos percentuais até o ano de 2015 (23,12%). Com a eclosão da crise em 2008, os empregos com carteira assinada passaram a sustentar o nível de emprego, enquanto os empregos informais passaram a decair. A elevação do grau de formalidade no mercado de trabalho foi um dos fatores que contribuiu para conter os impactos da crise sobre a taxa de desemprego e, conseqüentemente, no nível de salários durante os anos imediatamente seguintes à eclosão da crise.

Ano	Empregados	Com carteira	Sem carteira	Sem carteira (%)
2003	43.089.178	23.704.107	14.150.431	32,84
2004	46.699.957	25.692.468	15.435.870	33,05
2005	47.985.988	27.046.296	15.448.900	32,19
2006	50.056.000	28.344.000	15.810.000	31,58
2007	52.083.000	30.189.000	15.697.000	30,14
2008	60.813.000	33.656.000	20.736.000	34,10
2009	61.537.000	34.360.000	20.539.000	33,38
2010	61.176.567	43.758.448	17.418.119	28,47
2011	56.939.000	36.233.000	14.016.000	24,62
2012	58.328.000	37.197.000	14.155.000	24,27
2013	59.696.000	38.505.000	14.053.000	23,54
2014	60.460.000	38.906.000	14.386.000	23,79
2015	57.425.000	36.821.000	13.276.000	23,12

Tabela 12: Número de empregados com e sem carteira assinada no Brasil

Fonte: IGBE, PNAD e Censo (ano de 2010).

²⁹ A redução do emprego com carteira assinada do ano de 2011 com relação ao ano de 2010 não permite que se afirme que houve de fato uma redução do emprego com carteira nesse ano, pois a fonte do dado do ano de 2010 (Censo) difere dos demais anos por conta da não realização do PNAD no ano em questão.

A ampliação do crédito durante os governos Lula e Dilma consistiu em outra forma de elevar o consumo das famílias via endividamento, bem como de buscar incentivar o investimento. O crédito na economia brasileira passou a se elevar de forma mais intensa a partir de 2004, quando representava 25,7% do PIB, se elevando em 2014 para o valor de 57,3% (BRAGA & PALLUDETO, 2015, p.11). De acordo com Braga e Palludeto (2015), de 2004 a 2008 a expansão do crédito concedido pelos bancos públicos foi também acompanhada de uma crescente oferta de crédito pelos bancos privados. Após a crise, houve uma estagnação da oferta de crédito pelos bancos privados, que permaneceu em torno de 26% do PIB. Nesse contexto, os bancos públicos tiveram o papel de ampliar o crédito como uma forma de minimizar os impactos da crise. Ou seja, “a expansão do crédito entre os anos de 2008 e 2014 é resultado da explícita orientação das autoridades domésticas para fomentar o crescimento frente à eclosão da crise internacional por meio dos bancos públicos” (ibid., p.11). Como resultado, “os bancos públicos, que respondiam por 36,9% do saldo de crédito no Brasil em janeiro de 2007 passaram a corresponder a 55,6% em outubro de 2015” (OLIVEIRA & WOLF, 2016, p.75). O papel crescente que as instituições públicas tiveram nos saldos de crédito é ilustrado no gráfico 24.

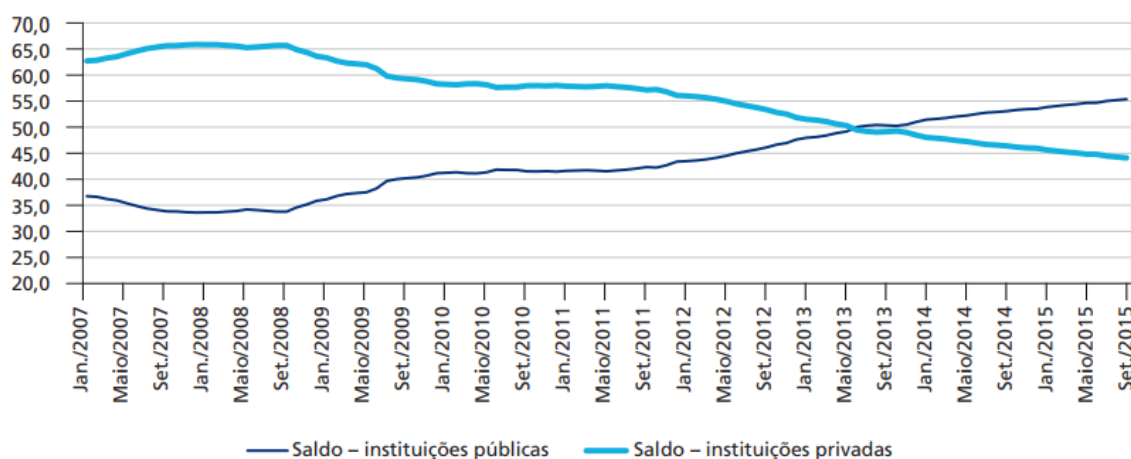


Gráfico 24: Saldo de crédito por controle de capital – Instituições públicas e privadas em relação ao total (%)

Fonte e elaboração: OLIVEIRA & WOLF, 2016.

Paralelamente a política de elevação do salário mínimo real e da ampliação do crédito, as transferências de renda consistiram em uma relevante forma de ampliar a capacidade de consumo das famílias. Os maiores programas de transferência de renda formulados durante os

governos petistas foram o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Em 2015, o Bolsa Família atendeu cerca de 14 milhões de famílias, garantindo um benefício de R\$ 170,00 àquelas que estavam abaixo da linha de pobreza, ou seja, que possuíam renda per capita inferior a R\$ 154,00 mensais (LAVINAS, 2015). Já o BPC contempla idosos com mais de 65 anos e portadores de deficiência cujas famílias vivem com renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo, concedendo a cerca de 4 milhões de pessoas o benefício de 1 salário mínimo (ibid). A despesa com esses dois programas representou cerca de 1,2% do PIB em 2014 (ibid).

De acordo com o IPEA, a área de assistência social³⁰ foi a que mais cresceu no Gasto Social Federal (GSF)³¹ durante os anos de 1995 a 2010. Em 1995, a área correspondia a apenas 0,7% do GSF, valor que se elevou para 3,2% em 2000 6% em 2005 e 6,8% em 2009. Em 2003, foi destinado para a área de assistência social cerca de R\$ 17,4 bilhões (o equivalente a 0,66% do PIB), valor que se elevou paulatinamente, chegando a 2010 a R\$ 44,2 bilhões (ou 1,07% do PIB), conforme ilustra o gráfico 25.

Gasto social federal em assistência social

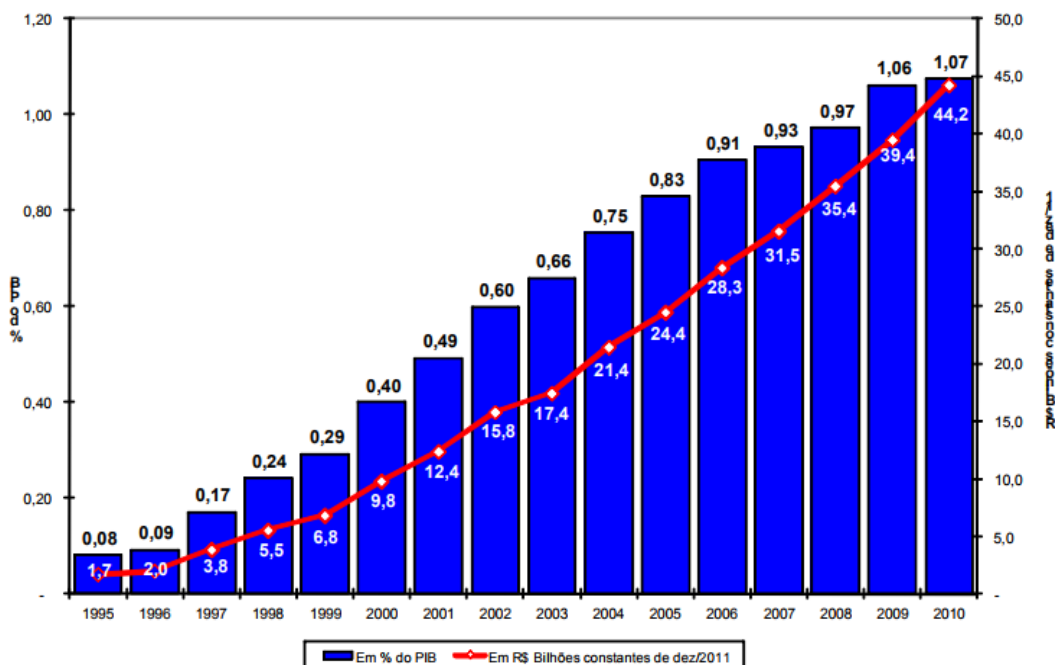


Gráfico 25: Trajetória do Gasto Social Federal, 1995 a 2010: Assistência Social

³⁰ A área de assistência social corresponde às políticas de transferência de renda.

³¹ O Gasto Social Federal é dividido, para além da assistência social, em mais 10 áreas: previdência social, benefícios aos servidores públicos, saúde, alimentação e nutrição, habitação e urbanismo, saneamento básico, trabalho e renda, educação, desenvolvimento agrário e cultura.

Fonte e Elaboração: IPEA (2010).

O gráfico 26 ilustra a redução do percentual de pobres e de indigentes no país durante os anos de 2001 a 2013. O parâmetro adotado no gráfico com relação à definição da linha de pobreza e de indigência foi o mesmo adotado pelo Bolsa Família, ou seja, de \$ 154,00 mensais per capita e R\$ 77,00 mensais per capita, respectivamente. Dessa forma, percebe-se que a elevação das políticas de transferência de renda e a elevação do salário mínimo vieram acompanhadas de uma redução da pobreza. Todavia, Lavinias (2015) salienta que os parâmetros utilizados para as linhas de pobreza e de indigência são extremamente baixos, não seguindo nem mesmo as orientações do Banco Mundial. Dessa forma, ainda que se tenha observado uma redução no nível de pobreza e indigência ao longo da série analisada, os parâmetros adotados não são suficientes para se analisar com precisão os níveis absolutos de pobreza e indigência no país.

Percentual de pobres e indigentes

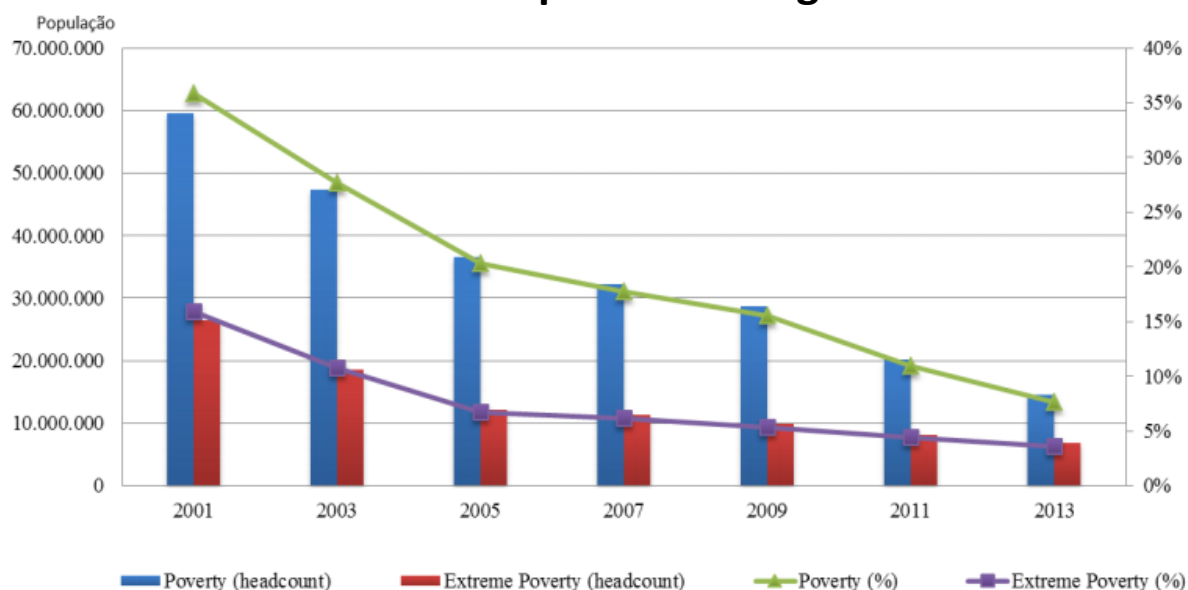


Gráfico 25: Evolução do percentual de pobres e indigentes no Brasil

Fonte e Elaboração: LAVINAS (2015).

Ainda que as políticas de transferência de renda tenham atendido amplas parcelas da população e permitido que as mesmas obtivessem um mínimo acesso ao consumo, o gasto total do governo com a assistência social consumiu uma parcela muito pequena do produto, valor que apenas superou a marca de 1% do PIB a partir de 2009, conforme demonstramos no gráfico 24. Em contrapartida, parte crescente da apropriação de mais-valia continuou sendo

direcionada para o setor financeiro via pagamento de juros da dívida. A discrepância do peso concedido às políticas sociais que visavam beneficiar a classe trabalhadora e às políticas voltadas para o grande capital são explicitadas por Boito Jr:

Esse quinhão é composto pelos programas sociais dos governos petistas e pela política de recuperação do salário mínimo. Mas esses auxílios e melhorias estão longe de concorrer com os ganhos do grande capital. Basta compararmos alguns grandes gastos do Estado brasileiro que são transferências dirigidas a públicos específicos. O pagamento de juro, amortização e refinanciamento da dívida pública colocam, anualmente, mais de 40% do orçamento da União nas mãos de apenas 22 mil famílias que detêm os títulos da dívida pública. Em 2012, o valor destinado à dívida pública correspondeu a 47,19% de todo o orçamento, o que equivalia a R\$ 1.014.737.844.451,00, ou seja, mais de R\$ 1 trilhão (Fatorelli; Ávila, 2013); em contrapartida, a cobertura do programa Bolsa Família, que contempla o impressionante número de 13 milhões de famílias, custa ao Estado apenas R\$ 13 bilhões (BOITO JR, 2013, p.176).

O atendimento dos interesses da classe trabalhadora ficou circunscrito às estreitas possibilidades proporcionadas pela estrutura capitalista dependente em um momento de ascensão do ciclo econômico. Sem rupturas com a agenda neoliberal, a tarefa fundamental da política econômica foi garantir o pagamento da dívida pública e a lucratividade para as classes dominantes. Nesse contexto, a política voltada para a melhoria de vida das classes subalternas esteve limitada ao que foi possível ser feito sem que se alterasse o atendimento dos interesses da classe dominante.

4.8 Intensificação da superexploração na conjuntura recente

Os impactos iniciais da crise de 2008 no mercado de trabalho brasileiro expressaram-se de forma modesta nos indicadores de salários e emprego explicitados no item 4.7 desta monografia. Todavia, as contradições inerentes aos mecanismos que permitiram adiar os impactos da crise viriam a se tornar insustentáveis ao final do ano de 2013. A análise feita no item 4.7 traz elementos que indicam uma importante e persistente intensificação da superexploração na conjuntura recente, que deve ser investigada mais profundamente.

No que concerne ao desemprego, a elevação brusca de sua taxa a partir do último trimestre de 2014 veio acompanhada de uma tendência de deterioração da estrutura setorial e ocupacional do mercado de trabalho do país. O desemprego se elevou sobremaneira nos setores que exigem mão de obra mais qualificada, reduzindo os empregos existentes na

economia como um todo e direcionando os empregos gerados para os setores de menor qualificação. A partir do gráfico 26 pode-se observar que o trimestre de junho-julho-agosto de 2016 comparativamente ao de 2015 contou com uma queda substancial da ocupação no setor industrial, equivalendo a uma redução de mais de 1,4 milhões de ocupações no setor. Uma redução ocupacional de grande intensidade também foi observada no setor de informação (queda de 996 mil ocupações), seguida de uma de menor intensidade no setor agrícola (queda de 272 mil ocupações) e de construção (queda de 103 mil ocupações). Em contrapartida, houve um crescimento do emprego na área de serviços domésticos, de serviços e de comércio, os quais além de terem sido muito reduzidos para fazer frente a retração ocupacional verificada na indústria, oferecem, no geral, rendimentos mais baixos. De acordo com nota técnica do DIEESE (2016) esse direcionamento dos postos de emprego que acompanhou a elevação da taxa de desocupação pode indicar que parte da população foi retirada das ocupações industriais mais qualificadas, tendo que adentrar em setores onde o trabalho é mais precário para permanecerem empregadas.

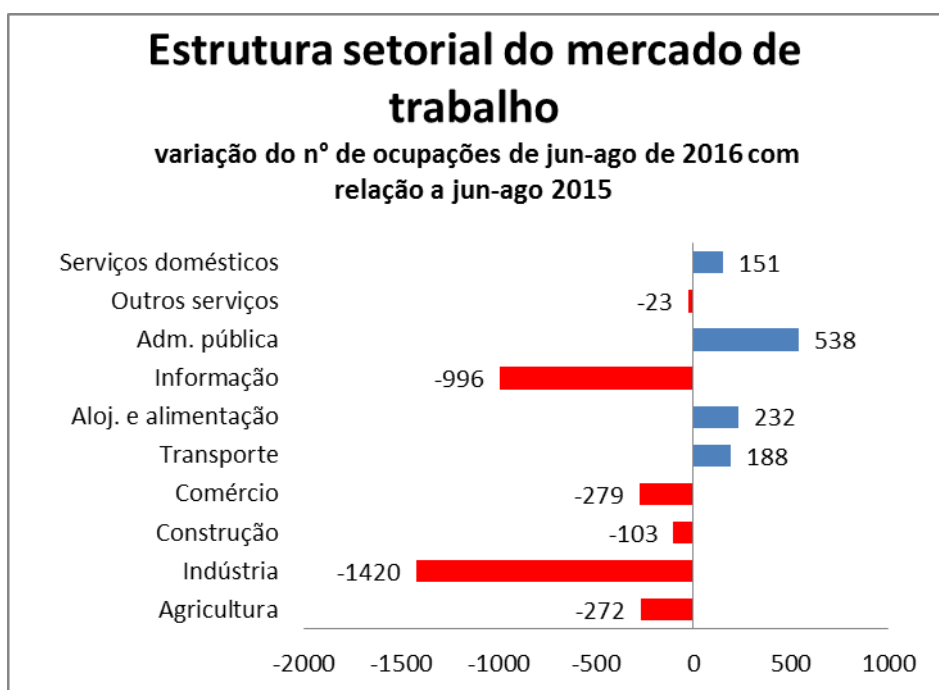


Gráfico 26: Estrutura setorial do mercado de trabalho brasileiro, variação do número de ocupações em cada setor de junho-julho-agosto de 2016 com relação ao mesmo período de 2015 (em nº 1000)

Fonte: IBGE/PNAD Contínua

Os últimos dados disponibilizados pelo IBGE datam o trimestre dos meses de junho, julho e agosto de 2017, onde os resultados setoriais estão ilustrados no gráfico 27. Os dados indicam que a ocupação no setor agrícola - que engloba a agricultura, a pecuária, a produção florestal, a pesca e a aquicultura - foi a que mais se reduziu comparativamente ao mesmo trimestre de 2016, com uma queda de 627 mil ocupações. Na sequência, o setor que mais apresentou redução na ocupação foi o de construção (-353 mil ocupações), logo depois a administração pública (-102 mil ocupações) e, por último, o de serviços domésticos (-37 mil ocupações). No que concerne aos setores que obtiveram uma variação positiva com relação ao mesmo período do ano de 2016, destaca-se o setor de alojamento e alimentação (elevação de 603 mil ocupações) e o setor industrial (incremento de 365 mil ocupações).

A elevação das ocupações no setor industrial observada no gráfico 27 indica que a grande queda das ocupações observada durante os anos de 2015/2016 encontrou uma estabilização. Todavia, o aumento das ocupações no setor industrial no trimestre julho-julho-agosto de 2017 comparativamente ao mesmo período do ano de 2016 não foi suficiente para contrapor a grande queda existente durante o ano de 2016/2015 no setor. De acordo com os dados da PNAD Contínua no trimestre de julho-julho-agosto de 2015 o setor industrial contava com 12,9 milhões de ocupações, valor este que se reduziu no mesmo trimestre de 2017 para 11,8 milhões, de maneira que houve uma redução de mais de 1 milhão de ocupações durante o período. Ou seja, o crescimento existente no trimestre julho-julho-agosto de 2017 com relação ao mesmo período do ano de 2016 foi muito pequeno para contrapor a queda da ocupação nesse setor ocorrida durante o ano de 2016/2015, e dessa forma insuficiente para reverter a deterioração da estrutura setorial e da intensificação da superexploração do trabalho em curso.

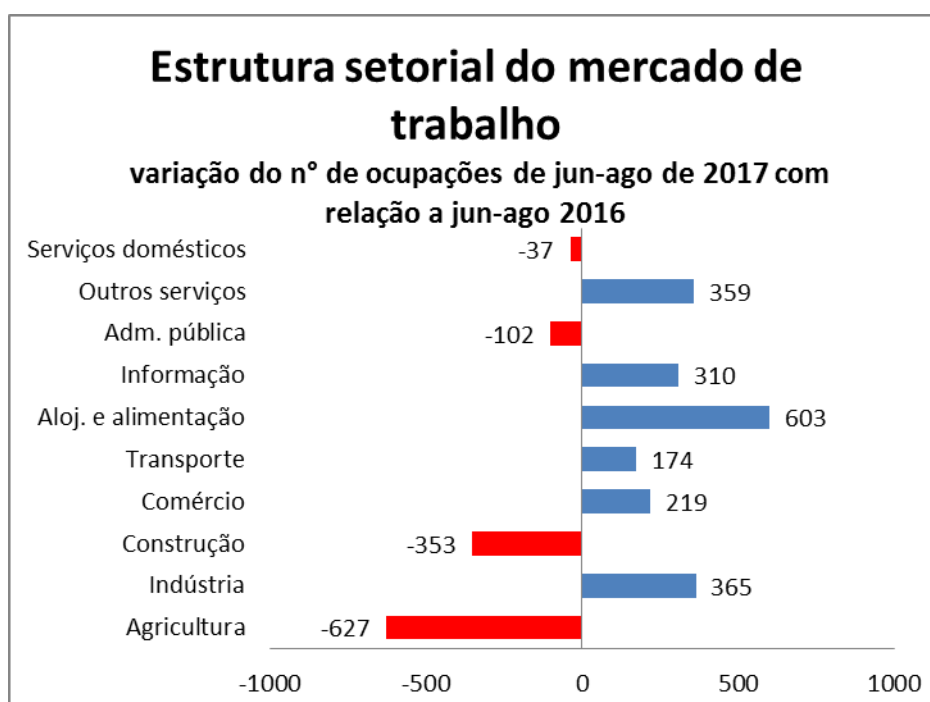


Gráfico 27: Estrutura setorial do mercado de trabalho brasileiro, variação do número de ocupações em cada setor de junho-julho-agosto de 2017 com relação ao mesmo período de 2016 (em n° 1000)

Fonte: IBGE/PNAD Contínua.

O indicativo de que houve uma elevação da superexploração é fortalecido pelas mudanças recentes na estrutura ocupacional do mercado de trabalho no país. O gráfico 28 ilustra que houve uma redução de quase 1,4 milhões de postos de trabalho com carteira assinada no setor privado no trimestre de junho-julho-agosto de 2016 comparativamente ao mesmo período de 2015. No mesmo período do ano de 2017 comparativamente ao ano de 2016 a tendência de queda dos postos de trabalho com carteira assinada permanece presente, acarretando em uma redução de 765 mil ocupações. No período analisado no ano de 2017, nota-se que houve um incremento das ocupações principalmente no setor privado sem carteira assinada (elevação de 553 mil ocupações) e nos trabalhos por conta própria (aumento de 612 mil ocupações).

A pequena redução da taxa de desemprego que se observou a partir de maio de 2017, onde o nível de desocupação passou de 13,7% para 12,6% no mês de agosto, foi uma consequência da elevação da informalidade e uma redução dos empregos formais. Na contramão de indicar uma melhoria das condições de trabalho no país, a pequena redução da taxa de desemprego se deu com base na redução dos postos de emprego em que os trabalhadores possuem mais garantias trabalhistas e uma elevação dos empregos informais, com poucas garantias aos trabalhadores.

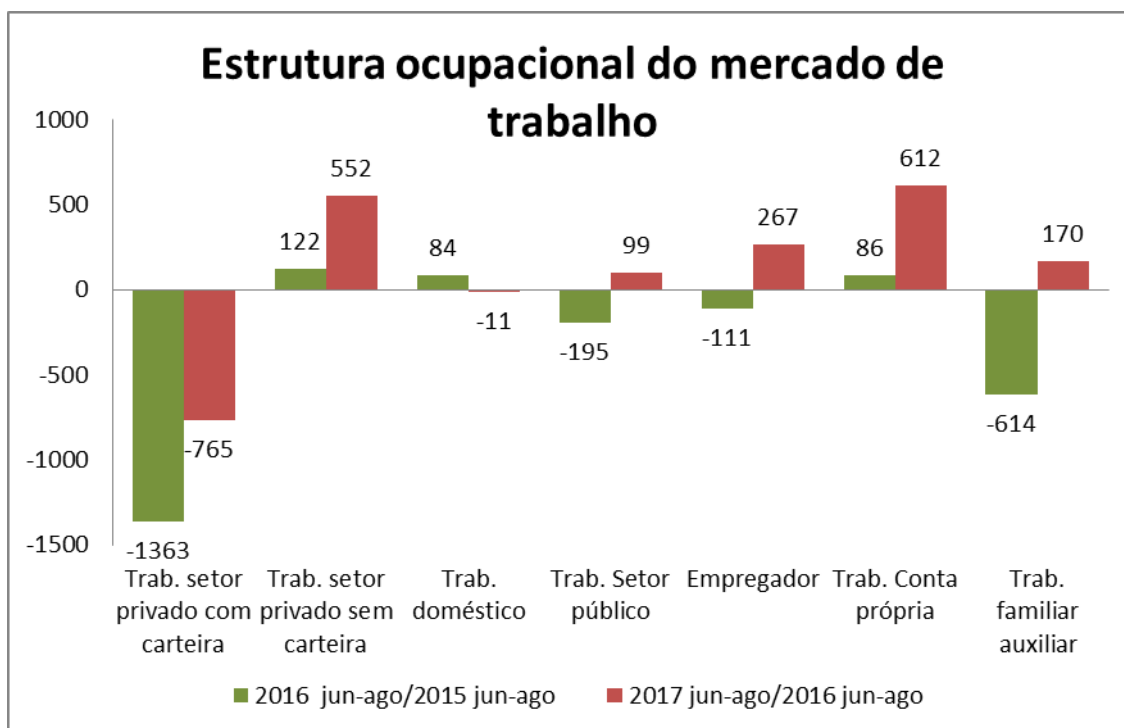


Gráfico 28: Estrutura ocupacional do mercado de trabalho brasileiro, variação do número de ocupações de junho-julho-agosto de 2017 com relação ao mesmo período de 2016 e variação de junho-julho-agosto de 2016 com relação ao mesmo período de 2015 (em n° 1000).

Fonte: IBGE/PNAD Contínua.

A precarização das ocupações e a deterioração do mercado de trabalho brasileiro teve como contrapartida uma redução da massa de rendimento dos trabalhadores, o que é ilustrado pelo gráfico 29. De 2012 a 2014 a massa de rendimento real do trabalho contava com uma trajetória ascendente, que se reverteu no 4º trimestre de 2014 e adentrou em um movimento de queda constante até o 3º trimestre de 2016. No 4º trimestre de 2016 é observada uma elevação da ordem de 2,2% com relação ao trimestre imediatamente anterior, seguida de uma estagnação da massa de rendimento real. A pequena elevação da massa de rendimento real observada na conjuntura recente foi insuficiente para contrapor a queda a partir de 2015, de forma com que no segundo trimestre de 2017 o valor ainda é inferior ao observado no 3º trimestre de 2013.

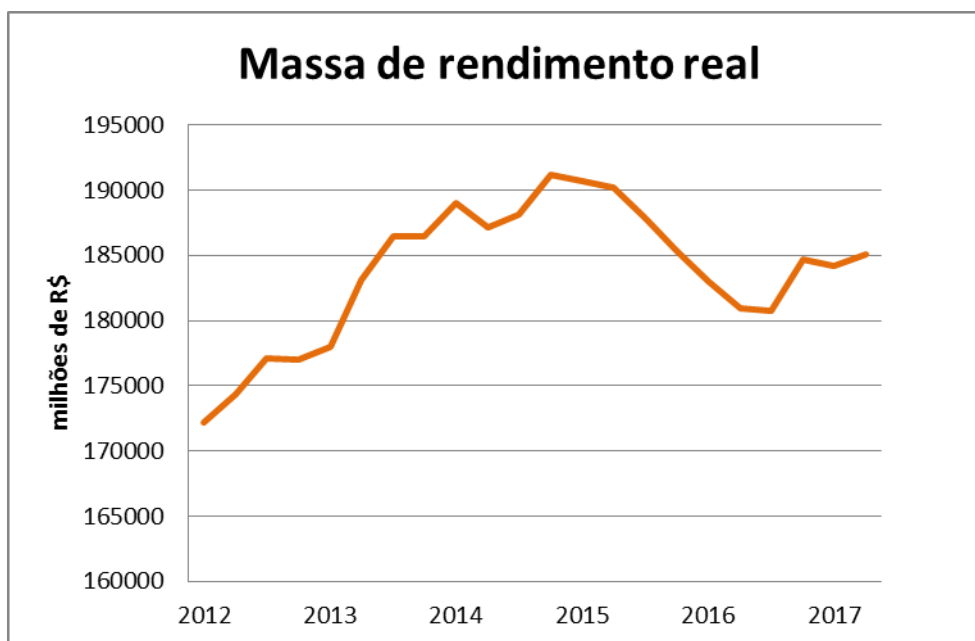


Gráfico 29: Rendimento médio real

Fonte: IBGE/PNAD Contínua.

A deterioração das condições do mercado de trabalho se expressa também nos direitos trabalhistas, sendo exemplo o estabelecimento de critérios mais rígidos para o acesso ao seguro desemprego pela Medida Provisória nº665 de dezembro de 2014, que posteriormente se converteu na Lei nº 13.134 de 16 de junho de 2015. De acordo com Moretto (2015) a principal alteração proposta pela MP consistiu no aumento de 6 para 12 meses do tempo mínimo de emprego para o trabalhador solicitar o primeiro benefício. O resultado foi uma maior rigidez para a obtenção do benefício, o que teve como consequência uma redução do número de beneficiados a partir do início do ano de 2015. A evolução do número de segurados acumulados nos últimos 12 meses pode ser observada no gráfico 30, que demonstra a inflexão da trajetória de elevação do número de segurados a partir de 2015. O contexto de elevação das demissões durante o período analisado evidencia que a redução dos segurados “reflete, portanto, não a diminuição da rotatividade ou das demissões decorrentes da crise, mas a redução da cobertura representada pelas alterações no seguro-desemprego”(DIEESE, 2016). A redução do benefício em questão em uma conjuntura de elevação da taxa de desemprego implica que os trabalhadores têm de recorrer a empregos mais precários para garantir a sua subsistência, principalmente aqueles empregados em setores com maior rotatividade.

**Evolução do acumulado em doze meses do número de segurados⁽¹⁾
Brasil jan/2012 a mar/2015⁽²⁾ (em nº 1000)**



Fonte e elaboração: DIEESE, 2016

1: Compreende o número de requerentes aptos a receberem o benefício

2: Corresponde ao mês de requerimento do seguro desemprego por cada segurado

Gráfico 30: Evolução do acumulado em doze meses do número de beneficiados pelo seguro desemprego (em nº 1000)

No que concerne às principais políticas de transferência de renda governamentais - o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada - as tabelas 13 e 14 expressam a evolução do número de beneficiados e do valor repassado para ambos os benefícios. O Bolsa Família passou a apresentar uma queda no número de famílias atendidas pelo programa a partir de 2014, a qual persiste até o último dado da série analisada em 2016. O valor total real repassado para as famílias pelo programa apresentava um crescimento acentuado de 2008 até 2014, intervalo de tempo em que o valor repassado pelo programa às famílias praticamente dobrou. Todavia, a partir de 2014 o valor repassado pelo programa às famílias entra em queda. Os dados indicam que há uma leve regressão no que concerne a tal política de transferência de renda pautada pelo Bolsa Família, que vinha apresentando uma trajetória crescente de 2008 e 2014 tanto no número de famílias atendidas quanto no valor total repassado. No que diz respeito ao BPC, os impactos da crise se mostram menos visíveis nos dados analisados, de maneira que tanto o número de beneficiados como o valor real repassado prosseguiu se elevando ininterruptamente de 2008 a 2016.

	Bolsa Família			
Ano	Famílias	Valor total repassado	INPC	Valor repassado

	beneficiadas		(2008=100)	deflacionado
2008	10.557.996	10.606.500.193,00	100,00	10.606.500.193,00
2009	12.370.915	12.454.702.501,00	104,11	11.963.022.285,08
2010	12.778.220	14.372.702.865,00	110,84	12.967.072.234,75
2011	13.361.495	17.364.277.909,00	117,58	14.768.054.013,44
2012	13.902.155	21.156.744.695,00	124,87	16.943.016.493,15
2013	14.086.199	24.890.107.091,00	131,81	18.883.322.275,24
2014	14.003.441	27.187.295.233,00	140,03	19.415.336.165,82
2015	13.936.791	27.650.301.339,00	155,82	17.745.027.171,74
2016	13.569.576	28.506.185.141,00	166,08	17.164.128.818,04

Tabela 13: Número de famílias beneficiadas e valor total repassado pelo programa Bolsa Família

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social

BPC				
Ano	Total de beneficiados	Valor total repassado	INPC (2008=100)	Valor repassado deflacionado
2008	2.934.472	13.785.788.691,16	100,00	13.785.788.691,16
2009	3.166.845	16.859.412.605,74	104,11	16.193.845.553,49
2010	3.401.541	20.104.033.027,29	110,84	18.137.886.166,81
2011	3.595.337	22.854.838.824,10	117,58	19.437.692.485,20
2012	3.771.842	27.435.042.382,47	124,87	21.970.883.624,95
2013	3.964.192	31.412.336.945,35	131,81	23.831.527.915,45
2014	4.130.432	35.141.429.410,52	140,03	25.095.643.369,65
2015	4.242.726	39.645.792.847,52	155,82	25.443.327.459,58
2016	4.411.550	46.038.074.101,07	166,08	27.720.420.340,24

Tabela 14: Número de beneficiados e valor total repassado pelo programa Benefício de Prestação

Continuada

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social

Ainda que o impacto da crise sobre as políticas de transferência de renda tenham sido até então relativamente modestos, as tentativas de reduzir as verbas destinadas a tais programas tem se feito presente. Exemplo mais marcante disso é a proposta inicial feita na PEC 287/2016 da reforma da previdência, que buscava desvincular o BPC do salário mínimo e elevar o ano de para recebimento do benefício de 65 para 70 anos. Diante da grande pressão política contra a reforma uma série de mudanças ocorreu em seu texto, dentre elas a vinculação ao salário mínimo foi mantida e a idade para acesso ao BPC modificada para 68 anos na proposta da reforma da previdência aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

4.8.1 Modificações recentes na legislação brasileira

As modificações em curso no mercado de trabalho ainda que indiquem uma forte intensificação da superexploração se demonstram insuficientes para atender aos interesses da classe dominante. É a fim de garantir a manutenção da intensificação da superexploração a médio e longo prazo que surgem leis e reformas como a lei da terceirização (Lei nº13.429/2017), a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) e a Reforma da Previdência. Tem-se também o ajuste fiscal que teve na PEC 55 sua principal expressão.

A lei da terceirização foi a primeira das modificações legais postas em prática pelo atual governo para alterar direta e amplamente as relações trabalhistas no país, tratando do trabalho temporário em empresas urbanas e das relações de trabalho nas empresas que prestam serviços a terceiros. De acordo com nota técnica do DIEESE (2017a) os trabalhadores temporários possuem direitos limitados, não tendo direito a normas previstas na CLT como a regulamentação da jornada noturna, adicional de periculosidade, o aviso prévio, proteção à mulher e ao menor, etc. Dessa forma, nos contratos temporários nota-se a precarização das condições de trabalho por estabelecer um vínculo empregatício mais instável e com menos garantias que nos contratos de prazo indeterminado. A Lei 13.429/2017 alterou o conceito de trabalho temporário, ampliando os casos possíveis de uso dessa modalidade e retirando seu caráter extraordinário³², ampliando o prazo de duração dos contratos temporários³³ e possibilitando que um mesmo trabalhador tenha um novo contrato temporário 90 dias após a conclusão do anterior – ou seja, permitindo um rodízio entre os trabalhadores que permite tornar o trabalho temporário permanente. No que concerne às terceirizações, a regulamentação proposta a ela pela Lei 13.429/2017 é demasiado genérica e omissa no que diz respeito às relações trabalhistas, podendo ocasionar o “aumento da insegurança laboral e jurídica para os trabalhadores e empresas, motivando consequente aumento de ações trabalhistas na justiça (...) e aumentando riscos de crescimento de precarização das condições de trabalho e rotatividade” (DIEESE, 2017a)

A precarização das relações trabalhistas teve prosseguimento com a aprovação da Reforma Trabalhista, sancionada por Temer em 13 de julho de 2017. De acordo com nota

³² Anteriormente à aprovação da Lei 13.429/2016 a Lei 6,019/1974 definia os contratos temporários apenas para casos extraordinários, e com a nova lei o conceito de trabalho temporário foi estendido também para “*quando decorrente de fatores previsíveis, tenha natureza intermitente, periódica ou sazonal*”, conforme consta no Art.2 da lei em questão.

³³ O prazo de duração dos contratos temporários passou de 90 para 180 dias consecutivos, com a possibilidade de extensão por mais 90 dias – ou seja, possibilitando uma duração de até 270 dias -, conforme disposto no Art.10 da referida lei.

técnica do DIEESE a Lei nº 13.467/2017 se sustenta sobre o fundamento de “reduzir a proteção institucional aos trabalhadores, por parte do Estado e do Sindicato, e aumentar as garantias, a autonomia e a flexibilidade para as empresas nas relações de trabalho” (DIEESE, 2017b). A principal forma encontrada pela nova legislação que modifica a CLT para intensificar a exploração dos trabalhadores e a liberalização do mercado de trabalho é a prevalência do negociado sobre o legislado, o que na prática consiste em uma autorização legal para burlar os próprios direitos previstos em lei.

Uma série de regras e de direitos poderão ser determinados com base no acordo individual entre o trabalhador e o empregador. Como por exemplo, tornou-se possível estabelecer mediante acordo individual a quitação das horas extras, a qual pode ser feita tanto mediante pagamento – no valor de pelo menos 50% superior à da hora normal - como de compensação por banco de horas, deixando em aberto quanto vale cada hora extra em relação às horas normais (art. 59); a elevação da jornada máxima de trabalho diário de 8 para 12h, a qual deve contar com 36h de descanso e não consta com pagamento adicional sobre feriados (art. 59-A); a execução do teletrabalho, ou seja, trabalho não presencial mediante o uso da tecnologia da informação (art. 75); dentre outros.

No que concerne aos acordos coletivos o Art. 611-A da lei estabelece a prevalência do acordo coletivo sobre a lei quando dispuserem, “entre outros”, sobre 15 temas, como a amplitude da jornada de trabalho; intervalo intrajornada, que pode ser reduzido de 1h para 30 minutos no caso de jornadas de 8h e suprimido no caso da jornada de 6h ou menos; remuneração por produtividade; prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho; trabalho intermitente; etc. A nova legislação é extremamente flexível diante do que pode ser acordado coletivamente e apenas cita no Art. 611-B 30 itens em que obrigatoriamente não podem ser dispostos por acordo coletivo, de forma que permite que os pontos não expressos na lei possam ser acordados coletivamente. Ainda, o Art. 620 estabelece que “as condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho”, ou seja, as decisões feitas em uma empresa em específico passam a prevalecer sobre as decisões gerais de toda a categoria. Além disso, a trabalhista limita a atuação da Justiça do Trabalho, por exemplo, ao afirmar que a mesma “balizará sua atuação pelo princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva” (Art. 8).

A fragilização imposta aos sindicatos pela reforma trabalhista se expressa diretamente pelo fim da contribuição sindical obrigatória, tanto a contribuição individual (Art. 545) quanto para a cobrança do “imposto sindical” (Art.578); por permitir a demissão coletiva sem que seja necessário a negociação da empresa com a entidade sindical (Art.477-A); por estabelecer uma representação trabalhista independente do sindicato no local de trabalho, o que de acordo com o DIEESE “extingue o monopólio da representação dos trabalhadores pelo sindicato, previsto na CLT e na Constituição Federal” (DIEESE, 2017c); por revogar a o §1º do artigo 477 que afirmava que a rescisão do contrato de trabalho do empregado com mais de um ano de emprego deveria ocorrer no sindicato da categoria. Além disso, a prevalência do negociado por acordos individuais dificulta a organização coletiva por meio dos sindicatos. Por fim, ao tornar as decisões ocorridas em cada empresa superiores às decisões da categoria como um todo a reforma conduz a uma fragmentação da luta política.

A PEC 287 da reforma da previdência surge sob o argumento de garantir a sustentabilidade dos gastos na previdência diante de um suposto déficit importante e crescente na mesma. Aprovada em maio de 2017 com alterações pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, a proposta encontra-se paralisada câmara diante da emergência de denúncias contra Temer. A reforma propõe uma série de mudanças constitucionais que implicariam na minimização do alcance da previdência e da assistência social, reduzindo o número de beneficiados e o valor dos benefícios.

Atualmente, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) estabelece a aposentadoria por tempo de contribuição, na qual é necessário haver 30 anos de contribuição para o INSS para as mulheres e 35 anos para os homens, sem o estabelecimento de idade mínima; e por idade, onde é possível se aposentar com a idade mínima de 60 anos para as mulheres e 65 para os homens, concomitantemente a pelo menos 15 anos de contribuição. Caso aprovada a PEC, a modalidade de aposentadoria por tempo de contribuição será extinta. A idade mínima para a aposentadoria passará para 62 anos para as mulheres, mantendo-se o valor de 65 anos para os homens e elevando o tempo mínimo de contribuição para 25 anos. De acordo com o DIEESE (2017d) 79% dos beneficiados no ano de 2015 não haviam acumulado os 25 anos de contribuição propostos pela PEC, o que evidencia o enorme impacto que a elevação do tempo de contribuição trará para o acesso ao benefício. Para as mulheres, além da elevação do tempo de aposentadoria o fato das mesmas se alocarem em trabalhos mais precários e de maior rotatividade impõe dificuldades extras para alcançarem o tempo mínimo de contribuição

(*ibid.*). São também determinadas outras limitações do acesso para casos específicos de aposentadoria, como por exemplo a aposentadoria dos trabalhadores assalariados rurais, os quais perderiam a aposentadoria antecipada em cinco anos (de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres).

De acordo com o texto da PEC, o valor da aposentadoria passa a ser determinado por 70% da média dos salários de contribuição para quando há 25 anos de contribuição, sendo elevado proporcionalmente a cada ano a mais de contribuição, de forma com que apenas após 40 anos de contribuição atinge-se o valor de 100% da média salarial. De acordo com o DIEESE esse novo cálculo para o valor das aposentadorias reduz o benefício principalmente por dois fatores: primeiro, porque atualmente o valor que serve de base para o cálculo da aposentadoria atinge os 80% maiores salários, e a reforma faz com que sejam computados todos os salários de contribuição; segundo, porque atualmente quem se aposenta com 25 anos de contribuição tem acesso a uma aposentadoria de 95% ao valor da sua média, valor muito superior aos 70% estabelecidos pela PEC.

No que diz respeito ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) a reforma da previdência atua no sentido de convergir ainda mais as regras do RPPS com as do RPPS, tornando a situação da aposentadoria dos servidores públicos mais semelhante à dos trabalhadores privados por meio da retirada de direitos. Com relação à aposentadoria voluntária dos servidores públicos que atualmente pode se dar aos 55 anos para as mulheres e 60 para os homens, ela passa a se basear na regra geral em que a idade mínima é 62 e 65 anos e o tempo de contribuição mínimo de 25 anos. O valor da aposentadoria também será determinado pela regra geral, tal qual o RGPS.

As inconsistências da reforma da previdência foram evidenciadas pela própria CPI do Senado Federal destinada a investigar a contabilidade da previdência social. De acordo com o relatório final da CPI publicado em outubro de 2017 as estimativas que serviram de base para a proposta são imprecisas, baseadas em projeções catastróficas e pouco realistas. O relatório concluiu que “é possível afirmar com convicção que inexistente déficit da Previdência Social ou da Seguridade Social” (PAIM; MOTA; JOSÉ, 2017, p.183). Além disso, foi evidenciado pelo referido relatório que é inadmissível que “pretenda-se impor à sociedade brasileira como solução à crise atual, a extinção e a redução de direitos sociais necessários e imprescindíveis à mínima existência humana digna” (*ibid.*, p.188).

As atuais modificações em curso na legislação brasileira indicam um profundo ataque aos direitos trabalhistas e sociais no Brasil, abrindo o caminho para uma intensificação ainda maior da superexploração da força de trabalho do país no futuro. A contrapartida da manutenção do capitalismo dependente em uma conjuntura de profunda crise exige a aplicação de políticas econômicas que elevam a superexploração e que atuam na contramão de retirar o país da crise, embora atendam o objetivo de favorecer o setor financeiro e às demais frações da classe dominante a ele aliadas.

No que concerne a PEC 241/55, que se tornou a Emenda Constitucional nº95/2016, surge explicitamente enquanto uma medida que leva a uma “necessária mudança de rumos nas contas públicas, para que o País consiga, com a maior brevidade possível, restabelecer a confiança na sustentabilidade dos gastos e da dívida pública”³⁴. A nova política fiscal não hesita em tornar explícito que a sua função é controlar os gastos primários, os quais dizem respeito à saúde, à educação, à previdência – questões que afetam fortemente os trabalhadores – a fim de poupar a confiança no pagamento da dívida. A proposta limita os gastos do ano de 2017 com relação a despesa primário de 2016 corrigida pelo IPCA, ficando limitada nos anos posteriores ao valor do ano imediatamente anterior corrigido pela inflação. Ou seja, “a despesa primária, como um todo, ficará congelada por 20 anos no mesmo patamar real de 2016” (DIEESE, 2016). Uma redução na oferta dos serviços públicos ofertados implica que o trabalhador terá de retirar do seu salário uma parte superior para gastos essenciais à sua sobrevivência que outrora eram gratuitos, atuando enquanto uma forma indireta de elevar a superexploração.

³⁴ Exposição de Motivos Interministerial nº 00083/2016 MF MPDG. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1468431

CAP V: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do desempenho do mercado de trabalho brasileiro após a crise de 2008 evidencia que as mudanças ocorridas trouxeram impactos gritantes para às condições de vida dos trabalhadores. A conjuntura atual traz a tona elementos que permaneciam encobertos no período anterior de auge do ciclo econômico. Indica uma mudança quantitativa no capitalismo dependente brasileiro por exacerbar a transferência de recursos para o centro e pela consequente intensificação da superexploração. Não consiste, entretanto, em uma mudança qualitativa da dependência sob hegemonia do capital fictício, que foi progressivamente instaurada desde a década de 1970 no país, tendo consolidação plena com o Plano Real e se mantendo até o presente.

Em momentos de ascensão do ciclo econômico é possível que a superexploração se torne mais branda, ao mesmo tempo em que é reproduzida a condição dependente do país. Na América Latina a dinâmica do ciclo econômico adquire um caráter extremamente sensível às condições externas. Nos momentos em que o ritmo de acumulação no centro é intenso, quando cresce a demanda pelos produtos exportados pelos países dependentes e há uma elevada liquidez internacional é possível que os mesmos tenham um crescimento econômico significativo, embora sem romper com o subdesenvolvimento. Todavia, quando há uma inflexão na conjuntura expressa de forma mais explícita a impossibilidade de ruptura com a dependência pela via capitalista. Nas palavras de Theotônio dos Santos:

”A história das economias e sociedades dependentes se divide entre as pressões para se ajustar a essas demandas e as tentativas de escapar a esta sorte. As que melhor se ajustaram, por diferentes razões históricas, viveram grandes auges econômicos que, entretanto, não permitiram que iniciassem um processo autônomo de crescimento e se submeteram, em geral, a uma sorte ingrata quando as suas riquezas se esgotaram ou quando mudou a orientação da demanda dos centros dominantes” (DOS SANTOS, 1994, p. 14).

O momento de ascensão econômica que a economia brasileira vivenciou após o ano de 2003 e que se estendeu de maneira geral até meados de 2014 deve ser analisado em toda a sua complexidade. As condições que aparentemente pareciam reduzir a dependência do Brasil durante o período em questão consistiram na *realidade fenomênica*, ou seja, aquilo que Kosik (1976) descreveu como a realidade que percebemos de imediato, sem que tenhamos acesso

aos seus determinantes internos e à sua essência . A elevação dos saldos na balança comercial e a alta na liquidez trouxe de fato uma melhora momentânea nas contas externas e deu ao país uma maior margem de manobra às suas políticas econômicas. Essa é apenas uma parte da realidade, visto que “a realidade é a unidade do fenômeno e da essência” (KOSIK, 1976. p.12). No interior dessa aparente redução da “vulnerabilidade externa” o capitalismo dependente permaneceu intacto, carregando em seu interior as contradições que se expressam atualmente na insustentabilidade do prosseguimento de tal arranjo econômico e político. A importância de se ir além do movimento dos preços definido pelos “termos de troca” e analisar as trocas desiguais no que concerne ao valor das mercadorias, o que foi proposto pela Teoria Marxista da Dependência, permite compreender a situação econômica do país em sua totalidade.

Durante o período de ascensão econômica iniciado em 2003 se consolidaram as condições para a intensificação da superexploração da força de trabalho que atualmente está em curso. Por trás dos amplos superávits comerciais observou-se a acentuação da posição do Brasil na divisão internacional do trabalho enquanto exportador de matérias primas e importador de bens de alta tecnologia, bem como um crescimento absoluto a regressivo da indústria aliado ao capital estrangeiro, tal qual explicitado no item 4.4 deste trabalho. A acentuação do caráter exportador da economia fortaleceu a independência da realização das mercadorias produzidas no país com relação ao nível de salários dos trabalhadores. Ainda, a especialização em exportar produtos básicos fez com que a partir do momento que a conjuntura excepcional de elevação no preço das commodities tivesse fim a troca desigual se acentuasse, exigindo a intensificação da superexploração.

A abertura comercial e financeira da qual se beneficiaram não apenas os capitais estrangeiros, mas também as classes dominantes locais elevaram constantemente endividamento interno. Enquanto os saldos comerciais aliados às políticas econômicas expansivas e de transferência de renda impulsionavam o crescimento interno foi possível aliar um moderado crescimento econômico, reduzir o desemprego e elevar os salários com o atendimento dos interesses da classe dominante, sob hegemonia do setor financeiro. Todavia, mais uma vez na história brasileira o que se observou não foi uma ruptura com a dependência

mas sim um *desenvolvimento do subdesenvolvimento*³⁵. A inevitável mudança conjuntural tornou impraticável o prosseguimento com o pacto de classes em curso.

Ao contrário dos países centrais, como, por exemplo, o EUA, que reduziu a taxa de juros e elevou seus gastos para impulsionar a atividade econômica, o governo brasileiro cortou bruscamente seus gastos, comprimiu a capacidade de consumo dos trabalhadores e elevou a taxa de juros. É uma política econômica que atua no sentido de intensificar ainda mais a crise pela qual o país passa. O foco de tais políticas não é o de retirar o país da crise, mas sim manter a confiança no pagamento de juros da dívida e em proporcionar lucros cada vez mais elevados para o setor financeiro. Ainda, não é apenas o setor financeiro e o capital estrangeiro que lucram com a atual crise: por estar aliada tanto ao setor financeiro – como, por exemplo, por meio do sistema de crédito – como ao setor estrangeiro pela importação tecnológica, a burguesia industrial também permanece acomodada atual conjuntura, principalmente por fazer uso da superexploração da força de trabalho.

Afinal, por que quando mais é necessária uma política expansionista, tal qual defendem os keynesianos em momentos de crise, o governo brasileiro atua de maneira oposta? Primeiro, a política econômica atual não é apenas uma escolha que se restringe a Temer, mesmo porque ela já estava sendo colocada em prática desde 2014. Para além de questionar a validade de tais políticas é necessário compreender porque o atual momento econômico as exige para a manutenção do capitalismo dependente. Nos anos iniciais à crise de 2008 o governo brasileiro, sob presidência de Lula, realizou políticas anticíclicas modestas, que se expressaram em uma pequena elevação no gasto do governo, na facilitação de acesso ao crédito e na redução da taxa de juros – embora a mesma permanecesse muito elevada com relação à média mundial. O governo do PT, sob presidência de Dilma, optou por uma política econômica oposta após a intensificação da crise a partir de 2014: cortou os gastos e elevou a taxa de juros. A mudança da política econômica diz respeito não a uma estrita opção do governo, mas sim na resposta necessária para o prosseguimento da dependência em momentos distintos do ciclo econômico.

Conforme demonstramos no item 4.5 desta monografia, em 2008 a lucratividade da classe dominante permaneceu elevada tanto pelo boom das commodities como pelas

³⁵ A expressão desenvolvimento do subdesenvolvimento foi elaborada por André Gunder Frank, expressando que dentro do sistema capitalista mesmo através da industrialização e das mais diversas tentativas de modernização seria impossível romper com o subdesenvolvimento. Ao invés de atingir o desenvolvimento, o máximo que os países dependentes conseguem é desenvolver o próprio subdesenvolvimento.

condições do mercado interno no país. Era possível, diante do elevado grau de acumulação interna, reduzir os gastos do governo sem colocar em risco a “confiança” dos detentores de títulos da dívida. A partir de 2014, a conjuntura é de queda nos preços externos e de uma saturação no mercado de trabalho que leva a redução das taxas de lucro. Em contrapartida, a dívida cresce bruscamente diante das elevadas taxas de juro. Diante desta nova conjuntura, as exigências do setor financeiro são a de um ajuste fiscal que garanta a sua manutenção enquanto principal beneficiado deste momento de crise. Não há, dessa forma, possibilidade de um receituário macroeconômico que retire o país da crise sem que seja feito o enfrentamento às classes econômicas que dominam o país.

Mesmo com o enorme esforço de reduzir os gastos do governo, a política econômica tem atuado no sentido contrário de estabelecer o equilíbrio fiscal brasileiro. Exemplo disso é a revisão da meta de déficit fiscal para os anos de 2017 e de 2018 de, respectivamente 139 e 129 bilhões para 159 bilhões em ambos os anos³⁶. Indica que mesmo diante do enorme esforço fiscal para atender os interesses do setor financeiro, as projeções são insuficientes para garantir a “confiança” no pagamento do juros da dívida. As causas do desequilíbrio das contas públicas não são os gastos correntes, mas sim o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, que consome cerca de 42%³⁷ do Orçamento Geral da União e a própria política econômica que é posta em prática pelo atual governo.

Se a classe dominante tem seus interesses preservados na crise - seja pelas desonerações do setor industrial, seja pela elevada taxa de juros ao setor financeiro, e, principalmente através da superexploração - a história é inversa com os trabalhadores, que conforme demonstrado no item 4.7 e 4.8 são superexplorados de maneira ainda mais intensa. Não interessa ao povo brasileiro a manutenção das políticas econômicas vigentes, nem tampouco um retorno a um passado da qual o presente se faz continuidade.

Na epígrafe desta monografia Darcy Ribeiro afirma a necessidade de “criar uma economia de prosperidade generalizável a toda à população, para que o Brasil dê certo”³⁸. Trata-se, primeiro, de criar, e não de reproduzir um passado que já mostrou inúmeras vezes suas limitações. É necessário buscar uma alternativa “à escolha binária entre o modernismo

³⁶ Lei nº 13.480, de 13 de setembro de 2017. Disponível em:

<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=17763810&id=17763815&idBinario=17763819&mime=application/rtf>.

³⁷ Valor para o ano de 2015, de acordo com a metodologia da Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec161novoRegimeFiscal.pdf>

³⁸ RIBEIRO, Darcy. Universidade pra quê?

desvairado dos neoliberais e a nostalgia extemporânea do nacional desenvolvimentismo” (SAMPAIO JR, 2007). Não há um caminho mais curto para o desenvolvimento brasileiro que o da ruptura com o sistema capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marisa Silva. A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

AQUINO, Dayani Cris & CIPOLLA, Francisco Paulo. O capital fictício e a crise imobiliária. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, nº23, p.7-25, Rio de Janeiro, Dezembro de 2008.

BARROS, Daniel Chiari; PEDRO, Luciana Silvestre. O papel do BNDES no desenvolvimento automotivo brasileiro. BNDS, 2011. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1483/1/A%20BS%2034%20As%20mudan%C3%A7as%20estruturais%20do%20setor%20automotivo%2C%20os%20impactos%20da%20crise%20e%20as%20perspectivas%20para%20o%20Brasil_P.pdf. Acesso em: 15 de Agosto de 2017.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. In: CALIXTRE, André Bojikian.; BIANCARELLI, André Martins.; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. (Org.). Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro. Brasília, DF: Ipea, 2014.

BOITO JR, Armando. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. Revista Crítica Marxista, nº37, 2013.

BRAGA, José Carlos; PALLUDETTO, Alex Wilhans Antonio. A construção novamente interrompida? Dilemas da economia brasileira no período recente (2004-2014). In: Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro, Revista Política Social e Desenvolvimento, ano 03, novembro de 2015.

BRASIL. Emenda Constitucional nº95, 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>. Acesso em: 25 Out. 2017.

_____. Proposta de Emenda à Constituição 287/2016. Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências.. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D1CCC6EC804C629FE6CFF9C789BEFD97.proposicoesWebExterno2?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016. Acesso em: 22 Out. 2017.

_____. Lei nº 13.429, de 31 de Março de 2017. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm. Acesso em: 20 Out. 2017.

_____. Lei nº 13.467 ,de 13 de Julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=17728053>. Acesso em: 21Out. 2017.

_____. Lei nº 13.480, de 13 de Setembro de 2017. Altera o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017, e o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2018. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=17763810&id=17763815&idBinario=17763819&mime=application/rtf> . Acesso em: 24 Out. 2017.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista. Dissertação de Mestrado, UFF, Rio de Janeiro, 1996.

_____. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. Revista Aurora, ano IV, número, 2010a. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/1%20CARCANHOLO.pdf> Acesso em: 09 Set. 2017.

_____. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: MAGALHÃES et al. Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010b.

CEPAL. Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2016: La Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible y los desafíos del financiamiento para el desarrollo. Jul, 2016. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/40326-estudio-economico-america-latina-caribe-2016-la-agenda-2030-desarrollo>. Acesso em: 13 de Setembro de 2017.

_____. Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2017: La dinámica del ciclo económico actual y los desafíos de política para dinamizar la inversión y el crecimiento. Set, 2017. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/42001-estudio-economico-america-latina-caribe-2017-la-dinamica-ciclo-economico-actual>. Acesso em: 15 de Setembro de 2017. Acesso em: 15 de Setembro de 2017.

COLLETTI, Lucio. El Marxismo y el Derrumbe del Capitalismo. México: Siglo XXI Editores, 1983.

DE OLIVEIRA, Giuliano Contento; WOLF, Paulo José Whitaker. A Dinâmica do Mercado de Crédito no Brasil no Período Recente (2007-2015). Texto para discussão: IPEA, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2243.pdf. Acesso em: 04 Out. 2016.

DIETERICH, Heinz. Novo Guia para a Pesquisa Científica. Blumenau: Editora da FURB, 1999.

DIEESE. PEC 287: A reforma da Previdência e da Assistência Social na versão aprovada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Nota Técnica, n. 186, Jul. 2017d. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec175TerceirizacaoTrabalhoTemporario/?page=1>. Acesso em: 23 de Outubro de 2017.

_____. Impactos da Lei 13.429/2017 (antigo PL 4.302/1998) para os trabalhadores: Contrato de trabalho temporário e terceirização. Nota Técnica, n. 175, Abr. 2017a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec175TerceirizacaoTrabalhoTemporario/?page=1>. Acesso em: 18 de Outubro de 2017.

_____. Impactos da recessão e do ajuste no mercado de trabalho do Brasil. Nota Técnica, n. 159, Mai. 2016a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec159recessaoAjusteFiscal.html>. Acesso em: 14 de Outubro de 2017.

_____. PEC nº 241/2016: O novo regime fiscal e seus possíveis impactos. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec161novoRegimeFiscal.html>. Nota Técnica, nº161, Set. 2016b. Acesso em: 22 de Outubro de 2017.

_____. Reforma Trabalhista: Riscos e perdas impostos pelo PL 6.787/2016 aos trabalhadores e ao movimento sindical. 2017c. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2017/reformaTrabalhistaSintese.pdf>. acesso em: 22 de Outubro de 2017.

_____. Relações de trabalho sem proteção: de volta ao período anterior a 1930? Nota Técnica, n. 175, Abr. 2017b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec175TerceirizacaoTrabalhoTemporario/?page=1>. Acesso em: 22 de Outubro de 2017.

DOS SANTOS, Theotonio. Evolução Histórica do Brasil: da Colônia à Crise da Nova República. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

FILGUEIRAS, Luis. A história do Plano Real. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

_____; GONÇALVES, Reinaldo. A economia política do governo Lula. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.

_____; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET Celeste; BALANCO Paulo. Modelo liberal periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica os governos Lula. In: MAGALHÃES et al. Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010b.

FRANCO, Gustavo H.B. Inserção externa e o desenvolvimento. Revista de Economia Política, vol 18, nº3, jul./set., 1998.

FRANK, André Gunder. The development of underdevelopment. Monthly Review, New York, v.18, n.4, p.17-31, 1966.

GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. O Brasil endividado: Como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões nos anos 90. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GROSSMAN, Fernando; MARTINS, José Antônio. O Inevitável Fracasso Da Atual Política Econômica Brasileira. Crítica da Economia, 19 nov. 2016. Disponível em: <http://criticadaeconomia.com.br/o-inevitavel-fracasso-da-actual-politica-economica-brasileira>. Acesso em: 20 de Outubro de 2017.

HINKELAMMERT, Franz J. A dívida externa da América Latina: o automatismo da dívida. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1989.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUCISKI, Bernardo; BRANFORD, Sue. A ditadura da dívida: causas e consequências da dívida latino-americana. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LAVINAS, Lena. A financeirização da política social: o caso brasileiro. Forthcoming at Politika, n. 2, July 2015, Rio de Janeiro, Fundação João Mangabeira em colaboração com Humboldt-Viadrina Governance Platform, p.35-51.

MARX, Karl. Grundrisse. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. O Capital: Crítica da Economia Política, Livro primeiro: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. O Capital: Crítica da Economia Política, Livro terceiro: O processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. 1979. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/057_plusvalia_extraordinaria.html. Acesso em: 02 Ago. 2017.

MARTINS, José Antônio. No fundo da bolha. Crítica Semanal da Economia, Ano 21, no. 30 e 31; 2ª e 3ª semanas de agosto 2007.

_____. Surfando nas ondas do ciclo. *Crítica Semanal da Economia*, Ano 22, nº 11 e 12/2008; 3ª e 4ª semanas de abril 2008a.

_____. A situação da indústria mundial se agrava. *Crítica Semanal da Economia*, Ano 22, nº 9; 4ª semana de novembro 2008b.

_____. Contradições e realidade da crise. *Crítica Semanal da Economia*, Ano 22, nº 7 e 8; 3ª e 4ª semana de março 2008c.

_____. Loucuras capitalistas nos limites da grande derrocada. *Crítica Semanal da Economia*, Ano 22, nº 952; 1ª semana de dezembro 2008d.

_____. O pibinho é nosso. *Crítica Semanal da Economia*, Ano 27, 2ª e 3ª Semanas Dezembro 2012.

MIRANDA, Flávio Ferreira. As interpretações marxistas da crise econômica atual: uma análise com base na teoria das crises de Marx. Dissertação de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

MODENESI, André de Melo. Política Monetária no Brasil pós Plano Real (1995-2008): Um breve retrospecto. *Economia & Tecnologia*, Ano 06, Vol. 21, Abril-Junho de 2010.

OSORIO, Jaime. “América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região”. In: Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. Carla Ferreira, Jaime Osorio, Mathias Luce (Org.). São Paulo: Boitempo, 2012.

OURIQUES, Nildo. Plano Real: Estabilização monetária e estratégia recolonizadora. In.: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *A crise brasileira e o governo FHC*. 1ª ed. São Paulo: Xamã, 1997.

PAIM, Paulo Renato; OLIVEIRA, Telmário Mota; LIMA, Hélio José da Silva. Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal destinada a investigar a contabilidade da previdência social: Relatório Final. Senado Federal, 2017.

PAULANI, Leda. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.77, 2013.

_____. Brasil delivery: razões, contradições e limites da política econômica nos primeiros seis meses do governo Lula. In: DE PAULA, João Antonio. *A economia política da mudança: Os desafios e os equívocos do início do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RUTKOSKI, Márcio Moraes. O papel das crises para a teoria de Marx sobre a derrocada do capitalismo. Dissertação de Mestrado, UFSC, Santa Catarina, 2004.

SAMPAIO JR, Plínio Arruda. Desafios do momento histórico e lições do governo Lula. In: DE PAULA, João Antonio. Adeus ao desenvolvimento: A opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILGER, Paul. Políticas sociais e econômicas do governo Lula. In: DE PAULA, João Antonio. Adeus ao desenvolvimento: A opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.